



Boletim de Transparência Fiscal

RIO DE JANEIRO | 4º BIMESTRE DE 2013



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Paulo Sérgio Braga Tafner

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Rebeca Virginia Escobar Villagra

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

George André Palermo Santoro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Juliana Azevedo Cruz

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alexandre Emilio Zaluar

Alessandro Lima da Rocha

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Denise Gomes de Castro

Eduardo de Andrade

Fabio Souza Pontes

Fernando Rezende Filho

Flávia Augusta Melgaço Rocha Lima

Guilherme Vasconcelos Severino

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Diniz de Oliveira

Joana Pimentel Meneses de Farias

João Souza

Karine de Souza Vargas

Larissa Silva Carvalho

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Leonardo Silva Carvalho

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Pablo Villarim Gonçalves

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Raphael Philipe Moura

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto

Tiago Costa Bonates

Victor Hugo Martins Bello Honaiser



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. Sua elaboração é de responsabilidade da Subsecretaria de Política Fiscal, da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria Geral. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, nº 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910.



SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	14
I.I The Domestic and International Context.	14
I.II Economic Activity in Rio de Janeiro.....	16
I.III Labor Market.....	20
I.V External Sector	23
I. Panorama Econômico	24
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	24
I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro	27
I.III Mercado de Trabalho.....	30
I.IV Inflação	32
I.V Setor Externo.....	33
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro	34
III. Resultados Fiscais.....	41
III.I Resultado Orçamentário.....	41
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA	42
III.III Resultado Primário	44
IV. Receita Estadual	46
IV.I Receitas Correntes.....	48
IV.I.1 Receita Tributária	49
Box 01 - O FECP a redução do coeficiente do Estado.....	54
IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico	57
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	62
IV. I.3 Demais Receitas Correntes	64
IV.I.3.1 Receita de Transferências	66



IV.I.3.2 Transferências da União	68
IV.II Receitas de Capital	71
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	73
V.I Despesa Total	73
V.II Créditos Adicionais.....	74
V.IV Despesas por Grupo	77
V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	85
Box 02 - DESPESAS DO TRANSPORTE	102
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	106
VI.1 Cota Financeira	106
VI.2 Pagamento de PD's	107
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	108
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos.....	109
VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados	111
VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	113
VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública.....	115
VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios	126
VI.9 Operação de Crédito	128
VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's	130



Apresentação

Este é o trigésimo quarto número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o quarto referente ao exercício de 2013. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.



alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 16/09/2013.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise do cenário econômico, dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente, Habitação e Ciência e Tecnologia. Fazem parte ainda deste Boletim Box descriptivos da legislação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECP e da evolução das despesas com a melhoria da mobilidade urbana. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



RESUMO EXECUTIVO

As Receitas Totais do Estado do Rio de Janeiro apresentaram, no quarto bimestre de 2013, desempenho que superou em 18,4% (+R\$ 7.412,39 milhões) o observado no mesmo período do ano anterior. Tal desempenho superou em R\$ 1,275 bilhão (+2,8%) as metas acumuladas de arrecadação.

As Receitas Correntes tiveram queda de 3,7% se comparadas ao 3º bimestre de 2012 (mantendo, entretanto, +8,6% de crescimento no acumulado), em decorrência de queda de R\$ 443,65 milhões (-21%) nas Receitas Patrimoniais.

Responsáveis por cerca de 90% destas receitas, as receitas oriundas da exploração do petróleo e gás natural apresentaram arrefecimento de 18,5% no bimestre (-R\$ 341,97 milhões). Tal queda se deu, principalmente, por conta na redução da produção (-4,4%), ocorrida principalmente nos campos pagadores de Participações Especiais, cuja queda de arrecadação atingiu 23,4%, mesmo favorecida pela elevação do câmbio (+2,3%). O preço do óleo não se alterou em relação ao quarto bimestre de 2012. Outro fator que tem afetado negativamente as Receitas Patrimoniais (queda de 12,8% no ano) é o fim das receitas de CFT's, ocorridas em 2012. No acumulado do atual ano, já se registra uma queda superior a R\$ 520 milhões.

As Receitas Tributárias, em contrapartida, tiveram incremento de 2,3% no bimestre citado, o que colaborou para a elevação de +13,1%, até agosto/2013.

As Receitas de Capital, por sua vez, permanecem em patamares bem superiores ao observado em 2012. No quarto bimestre deste ano o desempenho superou em 307,6% o ocorrido no mesmo período do ano anterior (+R\$1,239 bilhões) e, no acumulado, de 203,4%. Esse resultado foi significativamente influenciado pela venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA, que garantiu a entrada de aproximadamente R\$ 1 bilhão na Receita de Alienação de Bens até agosto de 2013.

Embora o Resultado Orçamentário, do quarto bimestre de 2013, tenha apresentado ligeira queda se comparado ao mesmo período do ano passado (-7,6%), observa-se que, no acumulado, o desempenho vem sendo bom: R\$ 5.393,54 milhões, com uma variação de 298,6% frente ao acumulado de 2012.

No quarto bimestre deste ano, o Resultado Primário registrou um déficit de R\$ 589,74 milhões (-189,5%). No acumulado, entretanto, o desempenho vai mantendo uma variação positiva de 41,1% (+1,013 bilhão).

As despesas do ERJ para o exercício 2013 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 72,74 bilhões, um sensível crescimento (+13,60%) frente ao aprovado para o exercício 2012.

Até o 4º bimestre, a dotação autorizada chegou a R\$ 78,88 bilhões, revelando uma considerável ampliação de 8,44% sobre o planejado inicialmente, sendo, portanto, R\$ 6,14 bilhões incorporados à LOA. Excluídas da análise as despesas intraorçamentárias, o crescimento foi de R\$ 5,84 bilhões, acréscimo motivado pela abertura de créditos adicionais, dos quais R\$ 4,41 bilhões suplementaram as fontes de recursos do Tesouro Estadual e R\$ 1,43 bilhão as Demais Fontes de Recursos. A maior parcela ocorreu



por conta do ingresso de recursos vinculados, os quais não integravam o orçamento inicial: R\$ 4,34 bilhões contratados em Operações de Crédito, R\$ 480 milhões por Convênios e R\$ 943 milhões em Outras Fontes de Recursos (superávits financeiros e excesso de arrecadação).

Os créditos adicionais abertos até agosto foram aplicados diretamente em programas estratégicos de governo. Do montante indicado em Operações de Crédito, R\$ 1,70 bilhão foi destinado à Implantação de Novas Linhas Metroviárias, R\$ 496,84 milhões para Projetos de Infraestrutura, e R\$ R\$ 450,00 milhões na Gestão do Transporte e Desenvolvimento Urbano.

Em relação à execução, R\$ 40,09 bilhões foram liquidados até o 4º bimestre, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas não dependentes. Deste montante, R\$ 27,91 bilhões foram sustentados por recursos do Tesouro Estadual e R\$ 11,70 bilhões a partir de Outras Fontes de Recursos.

As Despesas Correntes do ERJ, tanto no bimestre (R\$ 9,05 bilhões) como no acumulado (R\$ 35,12 bilhões), apontaram um avanço próximo a 15,00% quando comparados aos valores de 2012. Em valores absolutos a variação correspondeu a R\$ 1,17 bilhão (no bimestre) e R\$ 4,55 bilhões (até o bimestre), excluído o valor do FUNDEB, cujo valor alcançou R\$ 3,51 bilhões no exercício. As despesas relacionadas ao grupo de Pessoal e Encargos Sociais apresentou considerável destaque até agosto: R\$ 11,07 bilhões liquidados, crescimento de 19,27% em relação a 2012 (+R\$ 1.788,47 milhões), reflexo de melhorias salariais e concessão de benefícios indiretos para diversas carreiras, com destaque para as áreas de Educação e Segurança Pública.

As Outras Despesas Correntes do ERJ correspondem a 55,45% do total liquidado até este bimestre (R\$ 22,23 bilhões), excluído aqui o valor do FUNDEB, apresentando, assim, um crescimento de 13,14% (+R\$ 2,58 bilhões) em relação ao último exercício. Justifica esse aumento o fortalecimento de determinadas ações estratégicas do Estado: na função social, a Operacionalização do Bilhete Único, o Renda Melhor e o Aluguel Social somaram R\$ 525,90 milhões até o bimestre, crescimento de 16,24% (+R\$ 73,46 milhões) em relação ao mesmo período de 2012; na Saúde Pública, a manutenção das Unidades de Pronto Atendimento, ações dos Programas Gestão Compartilhada Parcial e Integral em Unidades Próprias, a contratação de Serviços de Saúde e a Assistência Hospitalar e Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade foram responsáveis por R\$ 1,18 bilhão, aumento de 58,87% (+R\$ 435,45 milhões) até o 4º bimestre.

Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras até agosto somaram R\$ 3,06 bilhões, apresentando uma variação positiva de 43,19% (R\$ 924,16 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. Dentre as aplicações dá-se destaque ao Reequipamento de Unidades Educacionais à Reforma do Complexo do Maracanã a Implantação de Projetos de Infraestrutura, a Implantação de Novas Linhas Metroviárias e a continuidade das obras do Arco Metropolitano.

Na análise do bimestre, as Transferências Constitucionais Obrigatorias apresentaram uma ligeira variação negativa (-0,38%, -R\$ 5,24 milhões). Entretanto, no acumulado, contata-se o incremento dos recursos repassados: +6,98%, ou seja, +R\$ 501,15 milhões. Os cálculos dos índices parciais demonstram a evolução dos gastos, que serão cumpridos ao fim do exercício, conforme estabelecido pela Lei.



O índice da Educação apresentou uma pequena evolução em relação ao verificado no mesmo período do exercício passado (+1,53 pontos percentuais). Observa-se ritmo mais acelerado na execução: aumento de 13,21% da receita base (+R\$ 2,45 bilhões), resultando em maior aplicação de recursos no período (20,54%, +R\$ 900,16 milhões).

Na Saúde, o índice constitucional também indicou pequena variação positiva em relação ao mesmo período de 2012, + 1,06 pontos percentuais no acumulado. Igualmente como na Educação registram-se variações positivas tanto na receita base como na despesa liquidada: +13,21% (R\$ 2,45 bilhões) e +26,67% (+R\$ 443,37 milhões) respectivamente.

A FAPERJ apresentou um ritmo de execução mais lento, alcançando 1,72% de aplicação de sua receita base. Comparativamente ao mesmo período de 2012, sua execução demonstrou um ligeiro decréscimo de 3,28%.

O FECAM também teve uma execução pequena: 3,00% da receita base, entretanto, sua liquidação exibiu um destacado acréscimo quando contraposto ao mesmo período de 2012 (+27,49%, +R\$ 32,76 milhões).

No FEHIS a variação foi negativa, passando de 9,41% em 2012 para 7,51% este ano, - 1,90%. Observa-se o crescimento das da receita que compõe a base, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECP (+7,63%, +R\$ 128,75 milhões) se contrapondo à variação negativa na despesa liquidada até o bimestre: - 14,13% (-R\$ 22,44 milhões).

Por fim, o Box deste quarto bimestre destaca e correlaciona a importante presença do Estado numa das funções públicas centrais: o Transporte Público. A análise procurou destacar a evolução dos dispêndios realizados pelo ERJ nessa área desde 2007, suas principais fontes financiadoras e o esforço feito para captar recursos (investimentos) e direcioná-los à execução de imprescindíveis projetos de melhoria da mobilidade urbana.



EXECUTIVE SUMMARY

The Total Revenue of the State of Rio de Janeiro showed in the fourth bimester of 2013, a performance that exceeded 18.4% (+ R\$ 7.412,39 million) in the same period the previous year. This performance exceeded R\$ 1.275 billion (+2.8%) cumulative revenue targets.

The Current Revenues were down 3.7% compared to the 4th bimester of 2012 (maintaining, however, +8.6% growth in cumulative), due to a decrease of R\$ 443.65 million (-21%) in Equity Revenues. Responsible for about 90% of these revenues, revenues from the exploitation of oil and natural gas had cooled from 18.5% in the bimester (-R\$ 341.97 million). Such decrease was mainly due to the reduction in production (-4.4%), which occurred mainly in the fields payers of Special Participation, whose fall reached 23.4% even favored by rising rates (+2.3%). The price of oil has not changed compared to the fourth bimester of 2012.

Another factor that has negatively affected the Equity Income (down 12.8% in years) is the end of the CFTs incomes, which occurred in 2012. Accumulated in the current year, has already recorded a fall of more than R\$ 520 million.

The Income Tax, in contrast, had an increase of 2.3% in two months mentioned, which contributed to the increase of +13.1%, until august/2013

The Capital Revenue, meanwhile, remain well above the levels observed in 2012. In the fourth bimester of this year exceeded the performance occurred at 307.6% in the same period of the previous year (+ R\$1.239 billion) and the cumulative of 203.4%. This result was significantly influenced by the sale of RIOPREVIDÊNCIA's receivables, which ensured the entry of approximately R\$ 1 billion in revenue from sale of assets until August 2013.

Although the Budget Results of the fourth bimester of 2013 has shown a slight decrease compared to the same period last year (-7.6%), it is observed that the accumulated performance has been good: R\$ 5.393,54 million, with an increase of 298.6% compared to the cumulative 2012.

In the fourth bimester of this year, the Primary Result recorded a deficit of R\$ 589.74 million (-189.5%). The accumulated, however, maintains a positive variation of 41.1% (+1.013 billion).

ERJ Expenditures for the year 2013 were fixed in State Budget Law in R\$ 72.74 billion, a marked increase (+13.60%) compared to approved for the year 2012.

By the 4th bimester, the appropriation authorized reached R\$ 78.88 billion, showing a considerable increase of 8.44% over the originally planned, therefore, R\$ 6.14 billion incorporated into LOA. Excluding intra-budgetary expenditure analysis, growth was R\$ 5.84 billion, an increase driven by the opening of additional credits, of which R\$ 4.41 billion funding sources supplemented the State Treasury and R\$ 1.43 billion to



Other Sources of Funds. The main supplement was due to the entry of linked resources, which were not part of the initial budget: R\$ 4.34 billion contract for loan, R\$ 480 million per Covenants and R\$ 943 million in Other Sources of Funds (financial surpluses and revenue excess).

The additional credits opened until August were applied directly into strategic programs of government. The amount indicated on loans, R\$ 1.70 billion was allocated to the deployment of new subway lines, R\$ 496,84 million for Infrastructure Projects and R\$ 450,00 million in Transport Management and Urban Development.

Regarding implementation, R\$ 40.09 billion were settled until the 4th bimester, excluding intra-budgetary expenditure and public companies not dependent. Of this amount, R\$ 27.91 billion were supported by funds from the State Treasury and R\$ 11.70 billion from Other Funding Sources.

The current expenses of the ERJ, both in two months (R\$ 9.05 billion) as the cumulative (R\$ 35.12 billion), showed an improvement close to 15.00% when compared to 2012 figures. In absolute variation corresponded to R\$ 1.17 billion (in two months) and R\$ 4.55 billion (up to bimester), excluding the value of FUNDEB, which presents an execution of R\$ 3.51 billion in fiscal. Expenses related to payroll group showed considerable prominence until August: R\$ 11.07 billion settled, an increase of 19.27% compared to 2012 (+R\$ 1.788,47 million). This change was motivated in large part by the improvements made in the careers of Public Security, here included the Departments of Civil Defense and Security (PCERJ and PMERJ).

Other Current expenditure ERJ correspond to 55.45% of total paid up this bimester (R\$ 22.23 billion), excluding the value of FUNDEB here, presenting thus a growth of 13.14% (+R\$ 2.58 billion) over the last year. This increase is explained by the strengthening of certain strategic actions of the state: the social function, the operationalization of the Single Ticket, Better revenue and Social rent totaled R\$ 525.90 million in expenses paid by the bimester, an increase of 16.24% (+R\$ 73.46 million) over the same period of 2012, and Public Health, the maintenance of the Emergency Care Units; actions of Shared Management Program Partial and Complete Units Owned; hiring Health Services; and the Hospital and Outpatient Care Medicine High Complexity accounted for R\$ 1,18 billion of funds executed: an increase of 58,87% (+R\$ 435,45 million) until the 4th bimester.

The funds invested in Investment and Financial Investments through August totaled R\$ 3.06 billion, an increase of 43.19% over the same period of 2012, an increase of R\$ 924.16 million. The amount paid was essential to fund important state actions: Retrofitting of Educational Units; Maracanã Complex Reform; Implementation of Infrastructure Projects, Deploying New subway lines; Implementation of the Metropolitan Ring Road, among others.

The Mandatory Constitutional Transfers showed a slight drop in performance (-0.38%, -R\$ 5.24 million) in the analysis bimonthly. However, the accumulated contacts to the increase of the funds transferred: +6.98%, +R\$ 501.15 million. The calculations of partial indexes show the evolution of expenses will be enforced at the end of the year, as established by Law.



The index of Education showed a small improvement compared to the same period of the last fiscal year (+1.53 percentage points). However, can observe the strengthening implementation of the index: increase of 13.21% of its base revenue (+R\$ 2.45 billion), resulting in a higher settlement this year (20.54%, +R\$ 900.16 million).

In Health, the constitutional index also indicated little variation over the same period of 2012: increase of 1.06 percentage points accumulated. However, one should stress the calculated growth in both revenue base as spending settled index: +13.21% (R\$ 2.45 billion) and +26.67% (+R\$ 443.37 million) respectively.

FAPERJ presented a slower pace execution, reaching 1.72% application of its base revenue. Compared to the same period in 2012, its implementation has shown a slight decrease of 3.28%.

The FECAM also had a short run: 3.00% based on revenue, however, settlement exhibited an outstanding growth as opposed to the same period in 2012 (+27.49% +R\$ 32.76 million).

The FEHIS changed negatively, from 9.41% in 2012 to 7.51% this year, a drop of 1.90 percentage points. However, it is worth noting the growth seen in its base revenue (+7.63% +R\$ 128.75 million) and the fall in spending liquidated ascertained until the bimester: -14.13%, R\$ 22.44 million.

Finally, the fourth bimester of this Box highlights and correlates the important presence of the State in the core public functions: Public Transport. The analysis sought to highlight the evolution of the expenditures made by the ERJ in the area since 2007, its main funding sources, and the effort made to raise funds (investments) and direct them to the execution of vital projects to improve the state system.



I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The world economy is expected to grow less in 2013 than last year (2.9% and 3.2%, respectively), says the latest report from the IMF about the global economy². This forecast is more pessimistic than the previous version, when the Fund expected the same growth of 2012. The main reason for this scenario is the GDP growth below expectations in emerging markets and developing economies caused, among other reasons, by the fall in commodity prices, less expansionary fiscal policies and tight credit.

In the United States, the fiscal issue has engulfed the discussion, unlike what had been happening until now, when the discussion was around the time when the Fed would no longer adopt the policy of monetary expansion by buying bonds. The inability of Congress to generate consensus prevented the approval of the Fiscal Federal Budget for 2013/2014, which put at risk the solvency of the government. Risks Agencies evaluate the possibility of downgrading the U.S. sovereign debt rating, which would cause serious consequences, including putting in check the dollar as the global reserve currency. After more than two weeks, Democrats and Republicans finally reached an agreement and ended the shutdown, and raise the debt ceiling at least until the beginning of February 2014. It is estimated that this impasse has withdrawn US\$ 24 billion from the U.S. economy and impacted GDP growth in the fourth trimester by at least 0.6 p.p. The expectation is the GDP to grow 1.6% in 2013, driven by the recovery of the real estate, household income, expansion of the sector of credit and increased exports.

Despite the expected decline of 0.4% of GDP in 2013, the Eurozone shows signs of recovery. Europe's growth above expectations in the second half, the loosening of fiscal adjustment policies expected for 2014 and increased competitiveness in the region are evidence of stabilization and recovery in Europe, as shown by the positive indicators of confidence of households and firms. In addition, there is the possibility of introducing a minimum wage in Germany, which would increase the income of workers, strengthen the internal market in Europe's largest economy, and thus contribute to the increase in imports from the rest of the continent.

In Japan, the adoption of an expansionary monetary policy by the monetary authority, in order to stimulate growth and end deflation, seems to result. Indeed, the exchange rate has depreciated by 25% compared to October last year, boosting exports (one of the main inducers of Japanese GDP) and combating deflation. Even so, inflation (GDP deflator) is estimated at -0.3% (deflation) in 2013, but an upward trend for the coming year. Furthermore, it is believed that these measures are responsible for half the forecasted GDP growth for that year, about 2%.

The expectation, in relation to the Chinese economy, is also positive after the release of good economic indicators, including: growth in industrial production, exports and trade surplus. The estimated GDP growth in 2013 is 7.6%. However, the adoption of structural reforms that reduce the leverage of the economy, the excess of idle installed capacity in different industrial sectors and real estate speculation, seems to be on

¹ This analysis uses data available to August 19, 2013.

² World Economic Outlook – IMF, October 07, 2013.



the agenda of the Chinese government, which may come to sacrifice a high short-term growth, in favor of long term.

The Brazilian Gross Domestic Product, in its turn, grew above market expectations in the second trimester, compared to the previous trimester: +1.5%. Considering the first half, growth was 2.6% over the same period of 2012. And, taking into account the accumulated in 12 months, the result is the growth of 3.3%. Among the factors that exceeded expectations in the second trimester, in relation to the previous one, we highlight: expansion of 3.9% in the agricultural sector; growth of 2.0% in the industrial sector, mainly driven by the construction (+3.8%); and 0.8% growth in the service sector, especially trade (+1.7%).

However, there is a downward trend in business confidence indicators, suggesting a slowdown in the third trimester due to a slowdown in investments³. Nevertheless, the market expectation for GDP growth this year is 2.5 %, slightly higher than the expected four weeks ago, of 2.4%. The international expectation (IMF) for Brazilian GDP growth in 2013, according to a report released in early October, remained at 2.5%. However, uncertainties in the financial markets, the global slowdown and high inflation were factors that may explain the reduction of expectations for growth in 2014, from 3.2% to 2.5%, the worst for emerging countries.

The official inflation index (IPCA) presented in September was the first in 12 months below 6%: 5.86%. In the year (between January and September 2013), the percentage change in the overall index was 3.79%. Disaggregating the index, we can see that those most responsible for high prices between January and September were: 'Education' (+7.69%), 'Personal expenses' (+5.94%) and 'Food & Beverages' (5.83%), the latter having a large weight in the calculation of the IPCA. Another with great weight in the index is the sector 'Transport', with percentage change in the year only of 0.88%. This includes some regulated prices, such as bus fare and gasoline, which are dammed and must be reordered this year. It must be noted that since March this year to August, the percentage change in monthly IPCA 'Transport' was negative.

Despite the reduction of IPCA in the third trimester, the Monetary Policy Committee – COPOM has systematically increased the Selic rate, which is currently 9.5%. In line with the expectation for 2014, the latest Focus bulletin released estimates that in 2014 the average annual rate will be 10%.

Even with the expected slowdown in the economy, the industrial production in the year (YTD through August) grew 1.5%, driven by manufacturing (up 2.0% in the period). The sectors that stood out were 'Vehicles' (+11.0%), due to the considerable reduction in production in early 2012, and 'Refining' (+8.6%), increasing capacity in recent months. It is observed that the sectors of machinery and equipment also had a significant growth, up 5.5%. The General Industry did not follow Manufacturing Industry due to the Oil and Gas and Mining, which in the year fell by 5.2%. This reduction was observed in almost all the Oil and Gas and Mining, in particular 'Oil and Gas' extraction (-3.6%) and 'Ferrous Ores' (-6.4%).

The consumption, retail restricted, still retains some acceleration, with growth of 3.8% in the year (YTD through August). This growth is mainly due to the increase in the consumption of 'Fuel' (+6.3%) in the period. However, what explains this warming is the federal policy of credit for consumption of home

³ IBRE/FGV.



products, such as 'Furniture and appliances' (+5.2%) and 'Other articles of personal and domestic use' (+9.7%). We also highlight 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery' (+9.2%).

Trade Balance showed a deficit of U.S. \$ 3.8 billion between January and August 2013. Among the main reasons that explains this result there are the sharp fall in exports of 'Oil' (-49.9%) and the increase in imports of the same product (+22.2%).

The labor market has presented first evidence of a slowdown is, with employment growth (+1.2%) in the first eight months of the year less than in 2012 (+1.8%). Despite this, the unemployment rate reached 5.3% in August, the lowest percentage of the year. Considering the generation of formal jobs, according to the General Register of Employed and Unemployed (CAGED), the number of jobs continues to grow this year, but at a slower pace than in 2012. Until the month of August, more than a million net jobs were created.

The revenues collection administered by the Federal Revenue of Brazil amounted to R\$ 696,421 million by August 2013. This result represented a nominal increase of 7.60% and real increase (IPCA) of 1.15% over the same period of 2012. In July 2013, the monthly federal revenue increased by 8.48% in nominal terms and 2.08% in real terms (IPCA). In August 2013, the growth in revenue was similar to the previous month, 8.68% in nominal terms and 2.44% in real terms (IPCA).

Among the several factors that contributed to this result for the year, we highlight: the reduction of 51.28% in the payment of the annual adjustment of IRPJ/CSLL, relative to events in the calendar year 2012; extraordinary collection of PIS/COFINS and IRPJ/CSLL of R\$ 7.0 billion as a result of judicial deposit and sale of equity; tax cuts and the performance of key macroeconomic indicators that influence the collection of taxes.

It is observed that the main decrease, in real terms (deflated by (IPCA)) for the period January-August 2013 compared to the same period of the last year were recorded in the following taxes: CIDE-Fuels (-99.74%), IPI-Cars (-25.64%), IPI-Linked to imports (-16.32%), IOF (-12.80%) and IRRF-Capital income (-10.33%). On the positive side, they showed real increases (IPCA): Import Tax (+11.12%); IRRF-Income Residents Abroad (+9.29%), COFINS (+4.27%); PIS/PASEP (+3.42%), IRPJ (+4.02%), CSLL (+2.89%), Social Security Revenue (+2.61%) and IRPF (+2.05%).

I.II Economic Activity in Rio de Janeiro

Industry. The industry of the state decreased in August (-4.2%) compared to the previous month, in the seasonally adjusted series. Despite the negative monthly variations observed in the adjusted index, the industry in the state has grown in the year (unadjusted index – January-August: +0.86). Compared to the same period of the last year, industrial production fell in Rio de Janeiro (-3.9%), the same behavior observed in the country, but at lower levels (-1.2%). In terms of the main aggregates, 'Oil and Gas and Mining' and 'Manufacturing' industries in the state of Rio de Janeiro fell in August (-4.8% and -3.7%, respectively), compared to the same period last year. Nationally, the same is repeated: the 'Oil and Gas and Mining' decreased by 2.0% and 'Manufacturing' fell 1.2%.



The analysis of disaggregated manufacturing sector in ERJ reveals that eight activities declined at 12 months (August). In these inter annual comparisons, the main positive impact occurred in the production of 'Rubber and plastic' (+26.4%), driven by manufacturing tires and plastic articles for household use. The other positive highlights are: 'Other chemicals' (+16.6%), 'Motor Vehicles' (+3.6%) and 'Refining' (+2.1%). The other activities declined in the period, including: 'Publishing' (-19.1%), activity pressured by lower manufacturing of CD's and newspapers. Table 1 below shows the variation in the level of production in the period.

Table 1
Variation in Industrial Production in 12 months (August) – Rio de Janeiro and Brazil

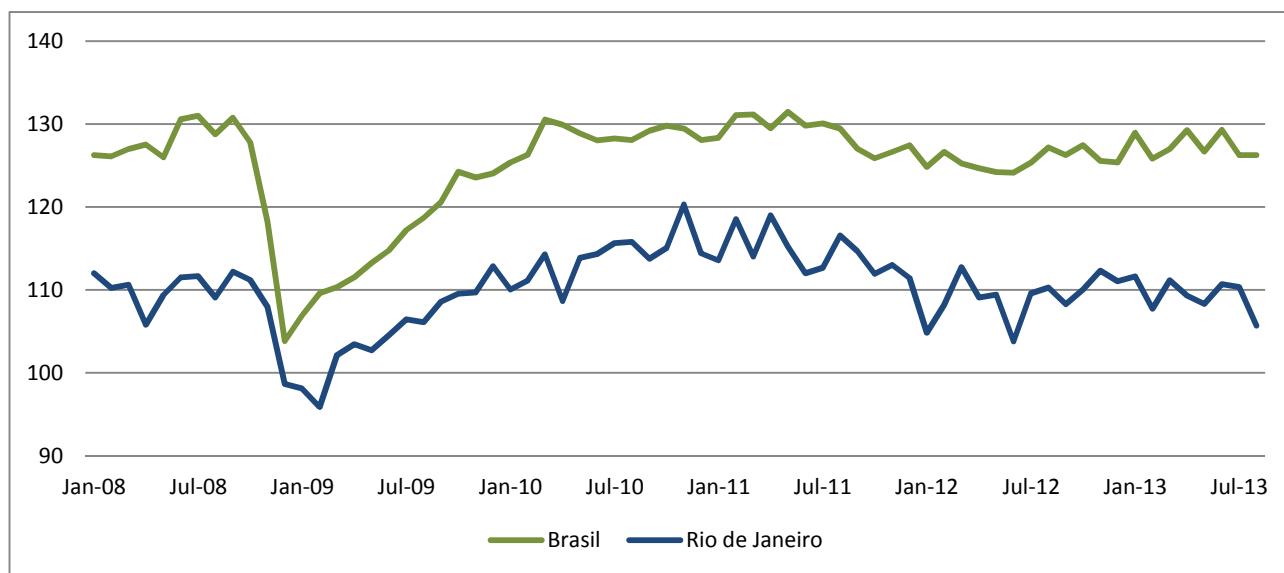
Activity	Rio de Janeiro	Brazil
General Industry	-3.9	-1.2
Oil and Gas and Mining	-4.8	-2.0
Manufacturing Industry	-3.7	-1.2
Foods	-1.2	-1.8
Beverages	-6.5	-6.6
Textile	-14.2	-2.0
Publishing	-19.1	-6.5
Refining	2.1	7.4
Pharmaceutical	-12.8	-22.0
Cleaning products	-18.8	-6.2
Other chemicals	16.6	-2.1
Rubber and Plastic	26.4	-2.5
Non-metallic mineral	-9.5	-0.2
Basic Metallurgy	-12.1	-0.3
Vehicles	3.6	0.3

Source: PIM/IBGE

Evaluating only the first eight months of the year, the industrial production of Rio de Janeiro showed an expansion of 0.9%, with half of the investigated activities signaling increased production. The highlight was the 'Vehicles' sector (+41.6%). This observed result is due to the low production in the first two months of 2012. Following it are the 'Rubber and Plastic' sector (13.6%), and 'Pharmaceutical' sector (+11.5%), by the production of medicines. On the other hand, 'Metallurgy' sector (-15.3%) has been negatively influenced by the decrease in the production of carbon steel rebar.



Graph 1

**General Industry - Brazil and Rio de Janeiro - seasonally adjusted (average 2002 = 100)**

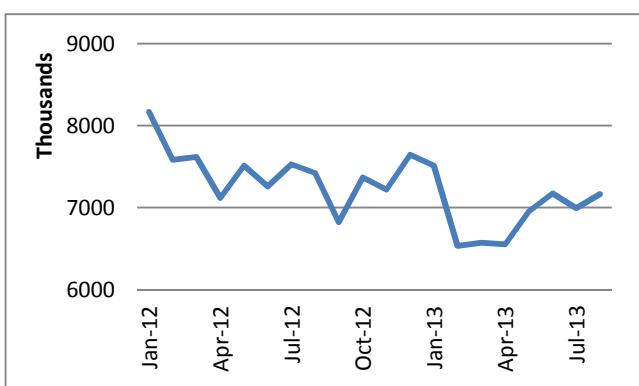
Source: PIM/IBGE

Oil. The Oil production on the coast of Rio de Janeiro in 2013 is lower than the production in the previous year (-7.3%), accumulating until August 55.5 million of m³. This decrease is explained by the reduction in production in the beginning of the year. Petrobrás has been working to regain production level at around two million barrels/day, and so will install eight new platforms in 2013. Among them, the P-62 in Roncador field, in Campos, is the last scheduled to be installed in December 2013. As for the price, the Brent average for the year reached US\$ 108 per barrel, thanks to recovery in August, when the price rose +3.1% in the previous month.

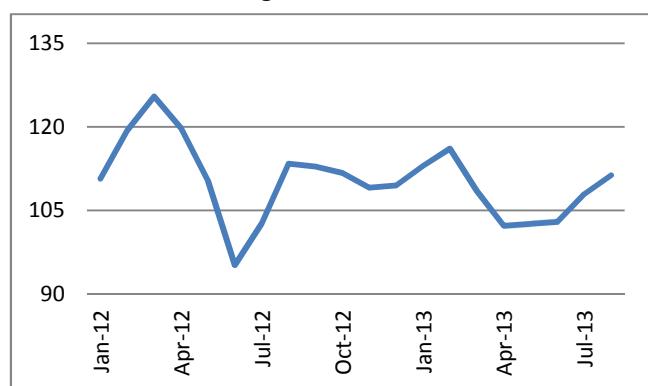
Table 2
General data on Oil Production and average Oil Price – YTD through August

Production and Price	2012	2013	Variation
Oil Production (m ³)	60.214.630,54	55.462.415,23	-7,9%
Average Brent (US\$)	112,08	108,05	-3,6%

Source: ANP & EIA.

**Graph 2**
Oil Production - m³

Source: ANP.

Graph 3
Average Oil Price - Brent

Source: EIA.

Commerce. The state of Rio de Janeiro, in comparison to Brazil, showed an increase in sales volume in five (of ten) expanded retail segments in the fourth period of two months of the year, when compared to the same period of the previous year, according to Table 3 below. In the year, the ERJ does not exceed the national average in only three segments: 'Textiles, clothing and footwear', 'Furniture and household appliances' and 'Pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery'.

Three segments stood out positively: 'Equipment and office supplies, computer and communication', 'Other articles of personal and domestic use' and 'Building'. The first two showed growth in sales volume up 30% and 15% (respectively) in all periods of two months the year (including the forth), which contributed to an increase in YTD well above the national level in two segments. The third segment, by presenting a significant growth in July-August (+14.2%), also excelled in YTD with a growth of over 10% (11.2%), higher than the growth of the national average (7.0%).

Another significant difference observed in growth performance from January to August comparing ERJ to the national average occurred in 'Vehicles, motorcycles, parts and pieces' segment. The ERJ, even with low growth in the period (0.7%) recorded growth in YTD (5.3%) due to the good performance in previous periods. Brazil, after two periods of growth, shrank in sales volume in the last two ones, being quite significant (-7.6%) in the fourth, which contributed to low growth in YTD (0.8 %).

The negative highlight is the 'Furniture and appliances' segment which, despite a positive growth in the fourth period (6.6%), showed a negative change in YTD (-1.3%), mainly due to the negative result of first two periods of the year.



Table 3
Volume of retail sales – variation period over period (%)

Activity	RJ		BR	
	Jul.-Aug.	YTD through August	Jul.-Aug.	YTD through August
Fuels and lubricants	3.8	7.3	6.5	6.3
Hypermarkets, supermarkets, foods, beverages and tobacco	4.6	2.3	4.1	1.3
Textiles, clothing and footwear	2.7	0.3	4.9	3.5
Furniture and appliances	6.6	-1.3	9.4	5.2
Pharmaceuticals, medicals, orthopedics, perfumery and cosmetics	5.8	7.0	10.8	9.2
Books, newspapers, magazines and stationery	-0.1	5.0	0.6	3.5
Equipment and office supplies, computer and communication	30.1	34.9	8.3	4.9
Other articles of personal and domestic use	19.5	18.3	10.0	9.7
Retail Trade	6.8	4.8	6.1	3.8
Vehicles, motorcycles, parts and pieces	0.7	5.3	-7.6	0.8
Building material	14.2	11.2	7.5	7.0
Expanded Retail Trade	5.7	5.6	1.4	3.1

Source: PMC/IBGE

I.III Labor Market

In August, the labor market in Rio de Janeiro, Metropolitan Region of Rio de Janeiro, according to the PME/IBGE, showed some stability over the same period last year. While the economically active population grew by 1.3%, the employment expanded 1.5% in the period. At the national level, both grew 1.2% in the period. Thus, there is some slowdown in the market.

The positive change in occupation at the Rio de Janeiro occurred due to the increase of jobs 'Military or civil servants' (+11.8%) and 'Self-employment' (+8.3%). The positions occupied by employees 'Formal' and 'Informal', representing more than 60% of employment (August/2013), decreased considerably in the period: -1.1% and -4.5%, respectively. This result is not observed in the country, where the occupation 'Formal' grew (+2.6%) and 'Informal' decreased (-6.5%).

Assessing the economic sectors in the period, it is observed again that the occupation in Rio de Janeiro was driven by hiring in the sector 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+8.5%), corresponding to 20% occupancy in August. On the other hand, a significant reduction was due to the 'Trade, repair of automotive vehicles and of personal and household goods' whose variation in the period was -4.0%. The table below shows the other sectors.



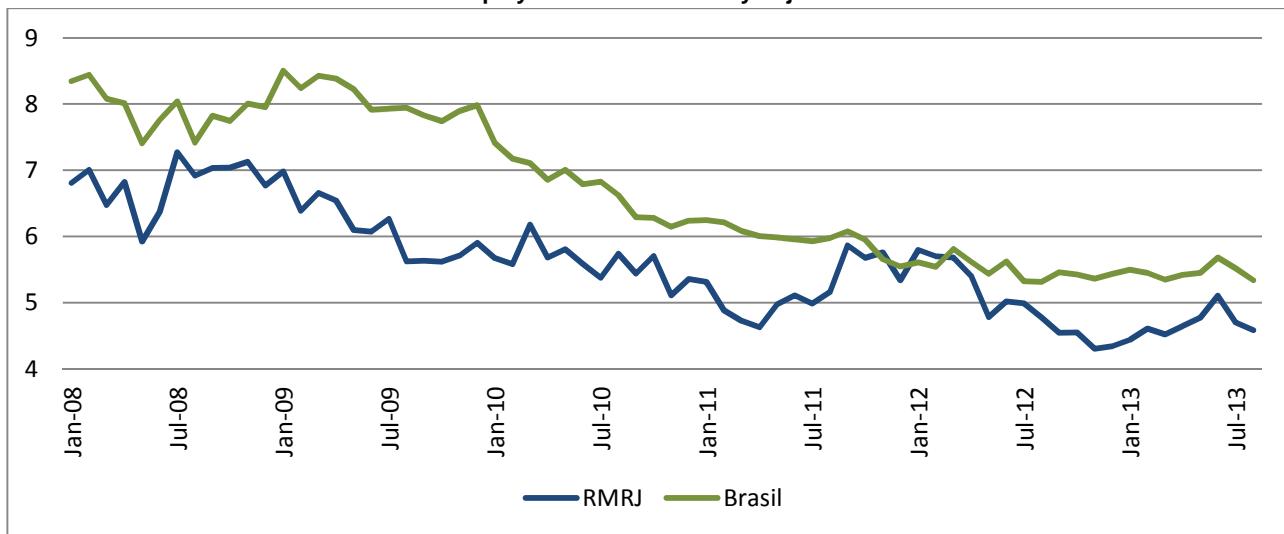
Table 4
Change of Occupation by Sector (August) – Rio de Janeiro and Brazil (%)

Activity	RJ		BR	
	YTD through August	In 12 months	%	In 12 months
Total	1.3	1.5		1.2
Mining and processing, and production and distribution of electricity, gas and water	-0.5	0.3	12	-2.6
Construction	2.0	2.2	8	2.4
Trade, repair of automotive vehicles and personal and household goods	-0.5	-4.0	17	2.8
Financial intermediation and real estate activities, rentals and services to the company	1.3	1.6	16	-0.1
Public administration, defense, social security, education, health and social services	5.8	8.5	20	4.4
Domestic services	-4.3	-9.3	6	-6.1
Other services	1.7	3.3	21	3.6
Other activities	0.8	29.2	1	-4.0

Source: PMC/IBGE

Despite the probable slowdown, the unemployment rate in Rio de Janeiro was 4.5% in August, returning to the level observed at the beginning of the year (the exception was the two-month period from May to June, when the rate was around 5.3%). In the country, the rate in August was 5.3%, keeping the average at 5.5%.

Graph 4
Unemployment rate seasonally adjusted⁴



Source: PME/IBGE

Examining only the formal jobs, the General Register of Employed and Unemployed – CAGED shows that in August (in 12 months) there were net admissions in the State of Rio de Janeiro, totaling 85,429 posts. This result is due to net admissions in sector 'Service' (+40,426), 'Trade' (+22,652) and 'Manufacturing Industry' (+15,606). Although the sector 'Service' has generated approximately the same number of admissions in August 2013 and August 2012 (in 12 months), the number of dismissals in the recent period was higher, which resulted in 50% reduction of net admissions in the comparison between periods.

⁴ Dessaazonalização própria.



As for the average real income – prices of August, 2013 – of workers in Rio de Janeiro, there was a real increase of 2.8% over the past 12 months (August). This growth is higher than the one observed in the country (+2.5%) for the same period.

I.IV Inflation

In 2013, the Index of Consumer Price Index – IPCA in the State of Rio de Janeiro changed by -0.16% and 0.19% in the months of July and August, respectively. Regarding Brazil, the index presented in the same period were 0.03% and 0.24%. It is noteworthy that the State of Rio de Janeiro reached in the year (until August) 3.18% – variation below the same period of 2012, 4.19%. Over the past 12 months, this variation was 6.30%, above the 6.26% recorded in the same period 2012. With respect to Brazil, the index accumulated in the last 12 months was 6.09%.

In the same period, inflation in Rio de Janeiro and in Brazil was within the range established by the Central Bank, considering the ceiling of 6.50%. To contain the inflationary process, the Monetary Policy Committee – COPOM continued its process of increasing the Selic rate in the last two meetings. Raising this rate from 8.00% to 9.00%.

Table 5
Variation of IPCA without seasonal adjustment

Index 3 rd period of two months	RJ		YTD Through August		Last 12 months (August)	
	Jul	Aug	RJ	BR	RJ	BR
General Index	-0.16	0.19	3.18	3.43	6.30	6.09
Foods and Beverages	-0.42	-0.11	6.07	5.68	10.10	10.46
Housing	0.03	0.69	1.00	0.96	4.52	3.35
Household Articles	0.78	1.20	4.35	4.24	4.25	5.59
Clothing	0.03	-0.44	1.50	1.86	5.39	5.95
Transport	-1.38	-0.09	1.50	0.44	2.12	2.06
Health and Personal Care	0.40	0.22	5.76	5.19	8.31	6.80
Personal Expenses	0.86	0.35	2.71	5.72	10.21	8.89
Education	0.12	0.52	6.82	7.56	7.24	7.98
Communication	-0.01	0.07	0.06	0.31	-0.03	1.00

Source: IPCA/IBGE.

In August, the groups that suffered the greatest increases in the IPCA-RJ were 'Household Articles' (+1.2%), 'Housing' (0.69%) and 'Education' (0.52%). With a weight of, respectively: 4.25%, 4.52% and 7.24% in the index of the month. With regard to 'Household Articles', this was affected by the devaluation of the Real. In 'Housing', materials for repair pressured the increase of the group.

Among the groups that suffered the greatest deceleration from July to August, we can mention: 'Personal Expenses' (from 0.86% to 0.35%), influenced mainly by the fall in the price of personal services, 'Clothing' (0.03% to -0.44%), and 'Health and Personal Care' (0.40% to 0.22%), due to lower prices of pharmaceuticals.



I.V External Sector

Exports performed in RJ reached U.S. \$ 3,049 million in the July-August period, down 38% compared to the same period of 2012. This decrease repeats the behavior observed in the previous two months, from May to June, when exports fell 22% (compared to May-June 2012). Considering the index YTD through August, the reduction is 35%. On imports, the July-August period increased the purchase of goods (4%) reaching U.S. \$ 3,736 million. YTD through August, imports totaled U.S. \$ 15,050 million, this is, 17% below the previous year's total.



I. Panorama Econômico

I.I O Contexto Internacional e Doméstico⁵.

A economia mundial deve crescer menos em 2013 que no ano anterior (2,9% e 3,2%, respectivamente), é o que afirma o relatório mais recente do FMI sobre a economia global⁶. Esta previsão é mais pessimista que a versão anterior, quando o Fundo esperava o mesmo crescimento de 2012. A principal razão para esse cenário é o crescimento do PIB abaixo do esperado nos mercados emergentes e economias em desenvolvimento causado, entre outros motivos, pela queda no preço das commodities, políticas fiscais menos expansionistas e restrição de crédito.

Nos Estados Unidos, a questão fiscal tomou conta do debate, diferentemente do que vinha ocorrendo até agora, quando a discussão girava em torno do momento em que o FED deixaria de adotar a política de expansão monetária através da compra de títulos. A falta de capacidade do Congresso americano de gerar consensos impossibilitou a aprovação do Orçamento Fiscal Federal de 2013/2014, o que colocou em risco a solvência do governo. Agências de riscos avaliam a possibilidade de rebaixar o rating da dívida soberana americana, o que geraria sérios desdobramentos, inclusive colocando em cheque o dólar como moeda de reserva global. Após mais de duas semanas, finalmente os democratas e republicanos chegaram a um acordo e puseram fim ao *shutdown*, além de elevarem o teto da dívida pelo menos até o começo de fevereiro de 2014. Estima-se que esse impasse tenha retirado US\$ 24 bilhões da economia americana e impactado o crescimento do PIB no quarto trimestre em pelo menos 0,6 p.p. A expectativa é que o PIB cresça 1,6% em 2013, puxada pela recuperação do setor imobiliário, renda das famílias, expansão do setor creditício e aumento das exportações.

Apesar da expectativa de retração de 0,4% do PIB em 2013, a Zona do Euro já apresenta sinais de recuperação. O crescimento da Europa acima do esperado no segundo semestre, o afrouxamento das políticas de ajuste fiscal esperadas para 2014 e o aumento da competitividade na região são evidências da estabilização e recuperação europeia, como mostra os indicadores positivos de confiança das famílias e firmas. Além disso, existe a possibilidade de instituição do salário mínimo na Alemanha, o que aumentaria a renda dos trabalhadores, fortaleceria o mercado interno da maior economia europeia, e assim contribuiria para o aumento das importações do restante do continente.

No Japão, a adoção de uma política monetária expansionista por parte da autoridade monetária, com objetivo de estimular o crescimento e acabar com a deflação, parece dar resultado. Com efeito, o câmbio já desvalorizou 25% em relação a outubro do ano anterior, fomentando as exportações (um dos principais indutores do PIB japonês) e combatendo a deflação. Mesmo assim, a inflação (deflator do PIB) estimada é de -0,3% (deflação) em 2013, porém com tendência de alta para o ano que vem. Além disso, acredita-se que essas medidas sejam responsáveis por metade do crescimento do PIB projetado para esse ano, da ordem de 2%.

⁵ Esta análise utiliza dados disponíveis até 20/10/2013.

⁶ World Economic Outlook – FMI, 07/10/2013.



A expectativa, em relação à economia chinesa, também é positiva após a divulgação de bons indicadores econômicos, dentre eles: crescimento da produção industrial, superávit comercial e exportações. O crescimento estimado do PIB em 2013 é de 7,6%. No entanto, a adoção de reformas estruturais que diminuam a alavancagem da economia, o excesso de capacidade instalada ociosa de diferentes setores industriais e a especulação imobiliária, parece estar na agenda do governo chinês, o que pode vir a sacrificar um alto crescimento de curto prazo, em favor do longo prazo.

O Produto Interno Bruto Brasileiro, por sua vez, cresceu acima das expectativas de mercado no segundo trimestre, em relação ao trimestre imediatamente anterior: +1,5%. Considerando o primeiro semestre, o crescimento foi de 2,6% em relação ao mesmo período de 2012. E ainda, levando em conta o acumulado em 12 meses, o resultado é o crescimento de 3,3%. Dentre os fatores que superaram as expectativas neste segundo trimestre, com relação ao trimestre anterior, podemos citar: expansão de 3,9% do setor agropecuário; crescimento de 2,0% do setor industrial, impulsionado principalmente pelo setor de construção civil (+3,8%); e crescimento de 0,8% no setor de serviços, com destaque para a alta no setor de comércio (+1,7%).

No entanto, há uma tendência de queda dos indicadores de confiança empresarial, o que sugere a desaceleração da economia no terceiro trimestre a partir de uma desaceleração nos investimentos⁷. Ainda assim, a expectativa de mercado para o crescimento do PIB neste ano é de 2,5%, um pouco superior que a expectativa de quatro semanas atrás, de 2,4%⁸. A expectativa internacional (FMI) para o crescimento do PIB brasileiro em 2013, em relatório divulgado no início de outubro, manteve-se em 2,5%. No entanto, as incertezas nos mercados financeiros, a desaceleração global e a inflação em alta foram fatores que levaram à redução das expectativas de crescimento em 2014 de 3,2% para 2,5%, a pior para os países emergentes.

O índice oficial de inflação (IPCA) apresentou no mês de setembro o primeiro acumulado em 12 meses abaixo de 6%: 5,86%. No acumulado no ano (entre janeiro e setembro de 2013), a variação percentual do índice geral foi de 3,79%. Desagregando o índice, podemos verificar que os maiores responsáveis pela alta dos preços entre janeiro e setembro foram: 'Educação' (+7,69%), 'Despesas Pessoais' (+5,94%) e 'Alimentação e bebidas' (5,83%), tendo este último um grande peso no cálculo do IPCA. Outro com grande peso no índice é o setor de 'Transportes', que apresentou variação percentual no ano de apenas 0,88%. Neste se incluem alguns preços monitorados, como a tarifa de ônibus e a gasolina, que estão represados e devem começar a ser reajustados ainda este ano. Observa-se que desde março deste ano até agosto, a variação percentual mensal do IPCA de 'Transportes' foi negativa.

Apesar da redução do IPCA no terceiro trimestre, o Comitê de Política Monetária – Copom tem aumentado sistematicamente a taxa Selic, de forma que atualmente esta é de 9,5%. Em linha com a expectativa para 2014, o último boletim Focus divulgado estima que em 2014 a taxa média anual seja 10%.

Mesmo com a expectativa de desaceleração da economia, a produção industrial nacional no ano (agosto) cresceu 1,5%, impulsionada pela indústria de transformação (crescimento de 2,0% no período). Os

⁷ IBRE/FGV.

⁸ Boletim Focus de 18/10/2013.



setores que mais se destacaram foram 'Veículos' (+11,0%), dada a considerável redução na produção no início de 2012, e 'Refino' (+8,6%), com aumento da capacidade nos últimos meses. Observa-se que os setores de máquinas e equipamentos também tiveram crescimento expressivo, acima de 5,5% no ano. O resultado da indústria geral não acompanhou a indústria de transformação por conta da indústria extrativa, que no ano apresentou queda de 5,2%. Essa redução foi observada praticamente em toda a indústria extrativa, em especial, extração de 'Petróleo e gás natural' (-3,6%) e 'Minérios ferrosos' (-6,4%).

O consumo, comércio varejista restrito, ainda mantém alguma aceleração, com crescimento de 3,8% no ano (agosto). Grande parte deste crescimento é justificado pelo aumento do consumo de 'Combustíveis' (+6,3%) no período. Contudo, o que explica esse aquecimento é a política federal de crédito para consumo de produtos para casa, como 'Móveis e eletrodomésticos' (+5,2%) e 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+9,7%). Destaca-se também 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+9,2%).

Tratando do comércio exterior, a balança comercial apresentou déficit de US\$ 3,8 bilhões entre janeiro e agosto de 2013. Dentre os principais fatores que explicam esse resultado estão a queda acentuada das exportações de 'Óleos brutos de petróleo' (-49,9%) e o aumento considerável das importações do mesmo produto (+22,2%).

Outro mercado que apresenta os primeiros indícios de desaceleração é o mercado de trabalho, com o crescimento da ocupação (+1,2%) nos primeiros oito meses do ano menor que em 2012 (+1,8%). Mesmo assim, a taxa de desocupação atingiu 5,3% no mês de agosto, o menor percentual do ano. Considerando a geração de empregos com carteira assinada, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), continua crescendo o número de postos de trabalho este ano, mas em ritmo menor que em 2012. Até o mês de agosto, mais de um milhão de postos líquidos de trabalho foram criados.

A arrecadação das receitas administradas pela Receita Federal do Brasil atingiu o valor de R\$ 696.421 milhões até o mês de agosto de 2013. Esse resultado representou um aumento nominal de 7,60% e real de 1,15% (IPCA), em relação ao mesmo período de 2012. Em julho de 2013, a arrecadação federal mensal apresentou aumento de 8,48% em termos nominais e de 2,08% em termos reais (IPCA). Já em agosto de 2013, o crescimento na arrecadação foi similar ao mês anterior, com 8,68% em termos nominais e 2,44% em termos reais (IPCA).

Entre os diversos fatores que contribuíram para esse resultado no acumulado do ano, destacam-se: redução de 51,28% no pagamento do ajuste anual do IRPJ/CSLL, relativo a fatos geradores do ano calendário de 2012; arrecadação extraordinária de PIS/COFINS e IRPJ/CSLL no valor de R\$ 7,0 bilhões em decorrência de depósito judicial e venda de participação societária; desonerações tributárias e o desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos.

Observa-se que os principais decréscimos reais (IPCA) no período de janeiro a agosto de 2013 em relação ao mesmo período do ano anterior foram registrados nos seguintes tributos: Cide-Combustíveis (-



99,74%); IPI-Automóveis (-25,64%); IPI-Vinculado à importação (-16,32%); IOF (-12,80%) e IRRF-Rendimentos de Capital (-10,33%). Pelo lado positivo, apresentaram aumentos reais (IPCA): Imposto de Importação (+11,12%); IRRF-Rendimentos de Residentes no Exterior (+9,29%); COFINS (+4,27%); PIS/PASEP (+3,42%); IRPJ (+4,02%); CSLL (+2,89%); Receita Previdenciária (+2,61%) e IRPF (+2,05).

I.II Atividade Econômica no Rio de Janeiro

Indústria. A indústria geral fluminense recuou em agosto (-4,2%) em relação ao mês anterior, na série com ajuste sazonal. Apesar das variações negativas mensais observadas no índice com ajuste, a indústria geral no estado cresceu no ano (índice sem ajuste – janeiro-agosto: +0,86). Em relação ao mesmo período do ano anterior, a produção industrial teve queda no Rio de Janeiro (-3,9%), mesmo comportamento observado para ao país, mas em menor nível (-1,2%). Em termos dos principais agregados, a indústria extrativa e a de transformação no estado do Rio de Janeiro apresentaram queda em agosto (-4,8% e -3,7%, respectivamente), em relação ao mesmo período do ano anterior. No âmbito nacional, o mesmo se repete: a indústria extrativa recuou 2,0% e a de transformação recuou 1,2%.

A análise das doze atividades em que a indústria de transformação é desagregada no ERJ revela que oito apresentaram queda em 12 meses (agosto). Nessas comparações interanuais, o principal impacto positivo ocorreu na produção de 'Borracha e plástico' (+26,4%), impulsionada pela fabricação de pneus e artigos de plástico para uso doméstico. Os outros destaques positivos são: 'Outros produtos químicos' (+16,6%), 'Veículos automotores' (+3,6%) e 'Refino de petróleo e álcool' (+2,1%). As demais atividades recuaram no período, destacando-se: 'Edição, impressão e reprodução de gravações' (-19,1%), atividade pressionada pela menor fabricação de CD e jornais. A tabela abaixo mostra a variação do nível de produção no período.

Tabela 1

Variação da Produção Industrial em 12 meses (agosto) – Rio de Janeiro e Brasil (%)

Atividade	Rio de Janeiro	Brasil
Indústria Geral	-3,9	-1,2
Indústria Extrativa	-4,8	-2,0
Indústria de Transformação	-3,7	-1,2
Alimentos	-1,2	-1,8
Bebidas	-6,5	-6,6
Têxtil	-14,2	-2,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	-19,1	-6,5
Refino de petróleo e álcool	2,1	7,4
Farmacêutica	-12,8	-22,0
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-18,8	-6,2
Outros produtos químicos	16,6	-2,1
Borracha e plástico	26,4	-2,5
Minerais não metálicos	-9,5	-0,2
Metalurgia básica	-12,1	-0,3
Veículos automotores	3,6	0,3

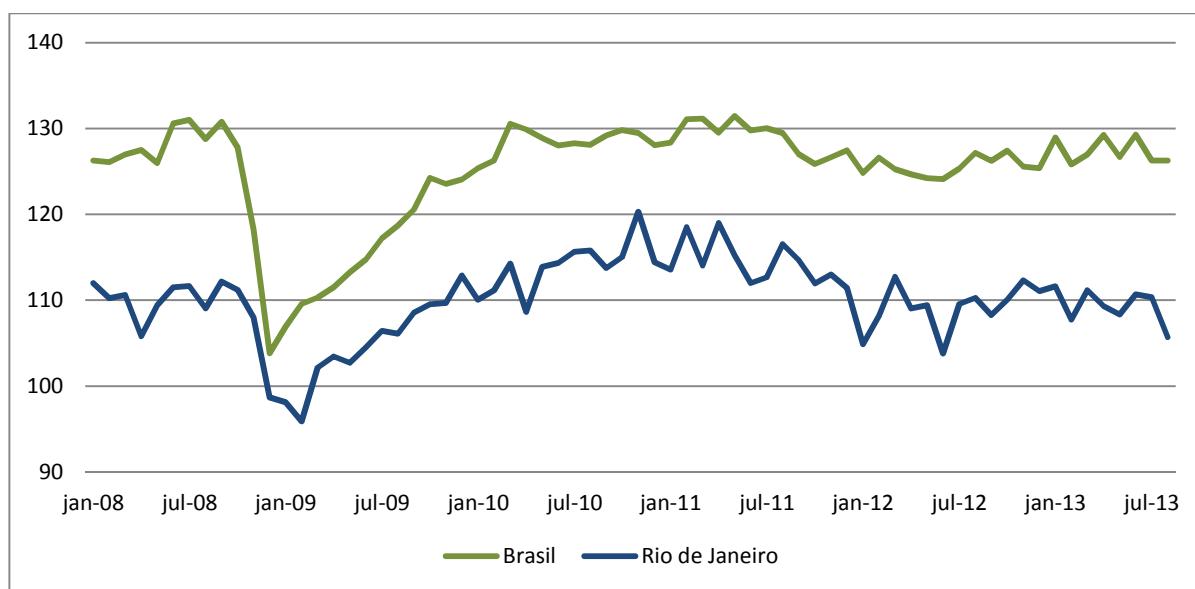
Fonte: PIM/IBGE



Avaliando os primeiros oito meses do ano, a produção industrial do Rio de Janeiro apontou expansão de 0,9%, com metade das atividades investigadas assinalando aumento na produção. O destaque ficou por conta do setor 'Veículos automotores' (+41,6%), este resultado é observado por conta da baixa produção do setor no primeiro bimestre de 2012. Em seguida, encontram-se os setores 'Borracha e plástico' (+13,6%), com destaque já mencionado, e 'Farmacêutica' (+11,5%), pela fabricação de medicamentos. Em sentido oposto, encontra-se 'Metalurgia básica' (-15,3%), pressionada, em grande parte, pelo recuo na produção de vergalhões de aços ao carbono.

Gráfico 1

Indústria Geral – Brasil e Rio de Janeiro – com ajuste sazonal (média de 2002 = 100)



Fonte: PIM/IBGE

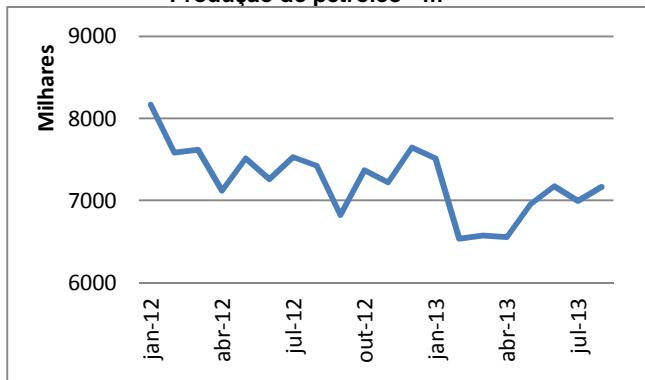
Petróleo. A produção de petróleo no litoral do Rio de Janeiro em 2013 é inferior à produção no ano anterior (-7,3%), acumulando até agosto 55,5 milhões de m³. Esta queda é explicada pela redução no início do ano. A Petrobrás tem trabalhado para retomar o patamar de produção na casa dos dois milhões de barris/dia, e por isso instalará oito novas plataformas em 2013. Entre elas, a P-62 no campo de Roncador, em Campos, é a última prevista a ser instalada, em dezembro de 2013. Quanto ao preço, o Brent médio no ano atingiu US\$ 108 por barril, graças à valorização em agosto, quando o preço aumentou +3,1% em relação ao mês anterior.

Tabela 2

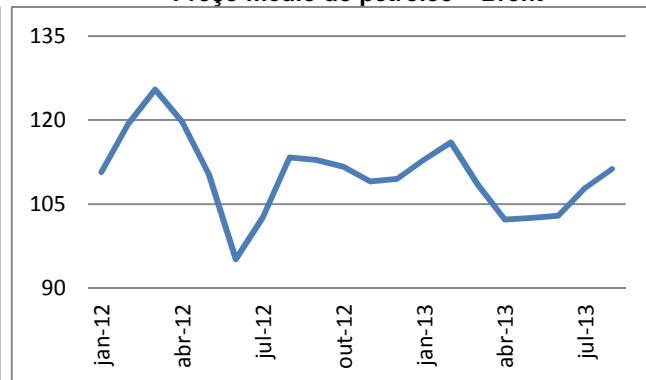
Dados gerais sobre a produção de petróleo

Acumulado no ano até agosto	2012	2013	Variação
Produção Óleo (m ³)	60.214.630,54	55.462.415,23	-7,9%
Brent médio (US\$)	112,08	108,05	-3,6%

Fonte: ANP e EIA

**Gráfico 2**
Produção de petróleo - m³

Fonte: ANP.

Gráfico 3
Preço médio do petróleo – Brent

Fonte: EIA.

Comércio. O estado do Rio de Janeiro, em comparação com o Brasil, apresentou crescimento no volume de vendas em 5 (de dez) segmentos do comércio varejista ampliado no quarto bimestre do ano, quando comparado com igual bimestre do ano anterior, conforme a Tabela 3. No acumulado no ano, o ERJ não supera a média nacional em apenas três segmentos: ‘Tecidos, vestuário e calçados’, ‘Móveis e eletrodomésticos’ e ‘Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos’.

Três segmentos se destacaram positivamente: ‘Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação’, ‘Outros artigos de uso pessoal e doméstico’ e ‘Material de construção’. Os dois primeiros apresentaram crescimento no volume de vendas acima de 30% e 15% (respectivamente) em todos os bimestres do ano (incluindo o quarto), o que contribuiu para um crescimento no acumulado no ano bem superior ao nacional nos dois segmentos. Já o terceiro segmento, por apresentar crescimento bastante expressivo neste quarto bimestre (14,2%), também se destacou no acumulado no ano com crescimento acima de 10% (11,2%), superior ao crescimento da média nacional (7,0%).

Outra diferença significativa verificada no crescimento de janeiro a agosto comparando-se o ERJ com a média nacional está no segmento ‘Veículos, motocicletas, partes e peças’. O ERJ, mesmo apresentando baixo crescimento no quarto bimestre (0,7%), registrou crescimento no acumulado no ano (5,3%) em função do bom crescimento de bimestres anteriores. Já o Brasil, depois de dois bimestres de crescimento, apresentou retração no volume de vendas nos dois últimos bimestres, sendo bastante significativo (-7,6%) no quarto, o que contribuiu para um baixo crescimento no acumulado no ano (0,8%).

O destaque negativo é o segmento ‘Móveis e eletrodomésticos’ que, apesar de apresentar variação positiva no quarto bimestre (6,6%), registrou variação negativa no acumulado no ano (-1,3%), principalmente em função do resultado negativo dos dois primeiros bimestres do ano.



Tabela 3

Volume de vendas do comércio varejista – variações em relação a igual período do ano anterior (%)

Atividade	RJ		BR	
	Jul-Ago	Acumulado 2013	Jul-Ago	Acumulado 2013
Combustíveis e lubrificantes	3,8	7,3	6,5	6,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,6	2,3	4,1	1,3
Tecidos, vestuário e calçados	2,7	0,3	4,9	3,5
Móveis e eletrodomésticos	6,6	-1,3	9,4	5,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,8	7,0	10,8	9,2
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,1	5,0	0,6	3,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	30,1	34,9	8,3	4,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	19,5	18,3	10,0	9,7
Comércio varejista	6,8	4,8	6,1	3,8
Veículos, motocicletas, partes e peças	0,7	5,3	-7,6	0,8
Material de construção	14,2	11,2	7,5	7,0
Comércio varejista ampliado	5,7	5,6	1,4	3,1

Fonte: PMC/IBGE.

I.III Mercado de Trabalho

Em agosto, o mercado de trabalho no Rio de Janeiro, Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), segundo dados da PME/IBGE, mostrou certa estabilidade em relação ao mesmo período do ano anterior. Enquanto a população economicamente ativa cresceu 1,3%, a população ocupada cresceu 1,5% no período. Em nível nacional, ambas cresceram 1,2% no período. Com isso, observa-se certa desaceleração no mercado.

A variação positiva da ocupação na RMRJ se deu graças ao aumento dos postos de trabalho ‘Militares ou funcionários públicos estatutários’ (+11,8%) e ‘Conta própria’ (+8,3%). Os postos ocupados por empregados, ‘Com carteira assinada’ e ‘Sem carteira assinada’, que representam mais de 60% da ocupação (agosto/2013), diminuíram no período: -1,1% e -4,5%, respectivamente. Este resultado não é observado no país, onde a ocupação ‘Com carteira assinada’ cresceu (+2,6%) e a ‘Sem carteira assinada’ diminuiu (-6,5%).

Avaliando os setores econômicos no período, observa-se novamente que a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações no setor ‘Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais’ (+8,5%), correspondendo a 20% da ocupação em agosto. Por outro lado, a redução significativa ficou por conta do ‘Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos’, cuja variação no período foi de -4,0%. A tabela abaixo mostra os demais setores.



Tabela 4

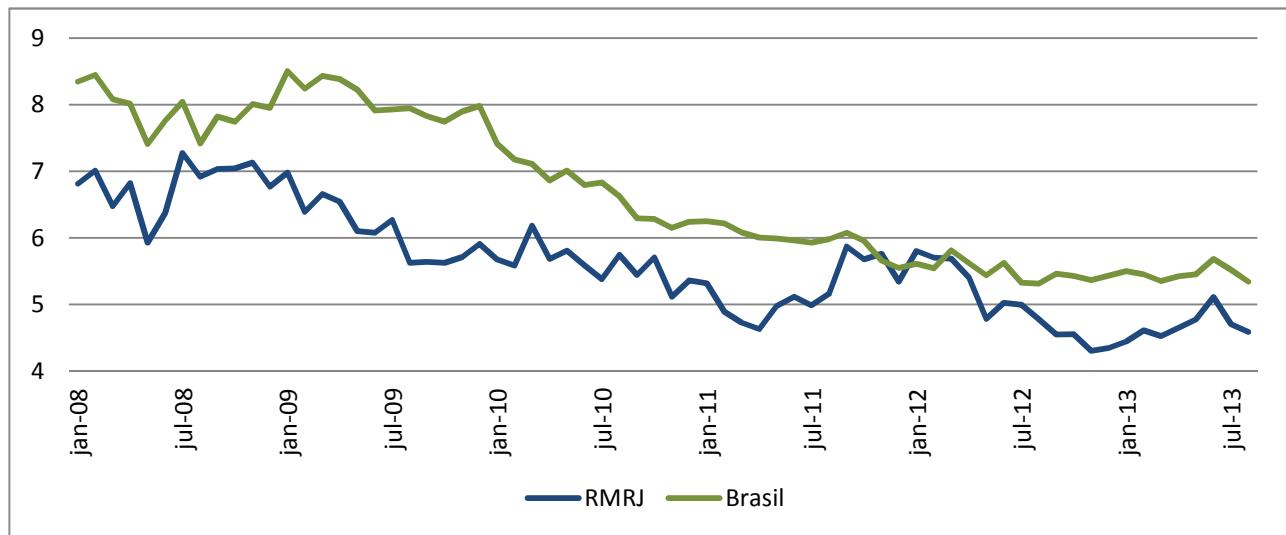
Variação da Ocupação por Setor de Atividade (agosto) – Rio de Janeiro e Brasil (%)

Setores de Atividade	RJ			BR
	Acumulado 2013	Acumulado 12 meses	%	Acumulado 12 meses
Total	1,3	1,5		1,2
Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água	-0,5	0,3	12	-2,6
Construção	2,0	2,2	8	2,4
Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos	-0,5	-4,0	17	2,8
Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa	1,3	1,6	16	-0,1
Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais	5,8	8,5	20	4,4
Serviços domésticos	-4,3	-9,3	6	-6,1
Outros serviços	1,7	3,3	21	3,6
Outras atividades	0,8	29,2	1	-4,0

Fonte: PME/IBGE.

Apesar da provável desaceleração, a taxa de desocupação na RMRJ foi 4,5% em agosto, voltando ao patamar observado no início do ano (a exceção foi o bimestre maio-junho, quando a taxa ficou em torno de 5,3%). No país, a taxa em agosto foi de 5,3%, mantendo a média em 5,5%.

Gráfico 4
Taxa de desocupação com ajuste sazonal⁹



Fonte: PME/IBGE.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED mostram que em agosto, acumulado em 12 meses, houve admissões líquidas no Estado do Rio de Janeiro no total de 85.429 postos. Este resultado é decorrente das admissões líquidas no setor ‘Serviço’ (+40.426), Comércio (+22.652) e ‘Indústria de Transformação’ (+15.606). Embora o setor ‘Serviço’ tenha gerado aproximadamente o mesmo número de admissões em agosto de

⁹ Dessazonalização própria.



2013 e agosto de 2012 (acumulado em 12 meses), a quantidade de desligamentos no período recente foi superior, o que resultou na redução de 50% das admissões líquidas na comparação entre os períodos.

Quanto ao rendimento médio real – preços de agosto de 2013 – dos trabalhadores na RMRJ, houve aumento real de +2,8% nos últimos 12 meses (agosto). Este crescimento é superior ao observado no país (+2,5%) para o mesmo período.

I.IV Inflação

Em 2013, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, IPCA, no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de -0,16% e 0,19%, nos meses de julho e agosto, respectivamente. Em relação ao Brasil, os índices apresentados, no mesmo período, foram de 0,03% e 0,24%. Ressalta-se que o Rio de Janeiro alcançou no acumulado do ano (até agosto) 3,18%, variação inferior ao mesmo período de 2012, 4,19%. Nos últimos 12 meses, essa variação foi de 6,30%, acima dos 6,26% registrados no mesmo período de 2012. No que tange ao Brasil, o acumulado nos últimos 12 meses foi de 6,09%.

No período em questão, a inflação no Rio de Janeiro e no Brasil ficou dentro do intervalo estabelecido pelo Banco Central, sendo o teto é 6,50%. Para conter o processo inflacionário, o Comitê de Política Monetária – COPOM deu prosseguimento ao processo de elevação da taxa SELIC nas duas últimas reuniões. Elevando esta de 8,00% para 9,00%.

Tabela 5
Variação do IPCA sem ajuste sazonal (%)

Índice 3º Bimestre	RJ		Acumulado 2013		Acumulado 12 meses	
	Jul	Ago	RJ	BR	RJ	BR
Índice Geral	-0,16	0,19	3,18	3,43	6,30	6,09
Alimentação e bebidas	-0,42	-0,11	6,07	5,68	10,10	10,46
Habitação	0,03	0,69	1,00	0,96	4,52	3,35
Artigos de Residência	0,78	1,20	4,35	4,24	4,25	5,59
Vestuário	0,03	-0,44	1,50	1,86	5,39	5,95
Transportes	-1,38	-0,09	1,50	0,44	2,12	2,06
Saúde e Cuidados Pessoais	0,40	0,22	5,76	5,19	8,31	6,80
Despesas Pessoais	0,86	0,35	2,71	5,72	10,21	8,89
Educação	0,12	0,52	6,82	7,56	7,24	7,98
Comunicação	-0,01	0,07	0,06	0,31	-0,03	1,00

Fonte: IPCA/IBGE.

Em agosto, os grupos que sofreram os maiores aumentos no IPCA-RJ foram Artigos de Residência (+1,2%), Habitação (0,69%) e Educação (0,52%). Com peso de, respectivamente: 4,25%, 4,52% e 7,24% no índice do mês. No que tange aos Artigos de Residência, este foi afetado pela desvalorização do real no período. Na Habitação, os materiais para reparo pressionaram o aumento do grupo.

Entre os grupos que sofreram as maiores desacelerações de julho para agosto, estão os seguintes: i) Despesas Pessoais (de 0,86% para 0,35%), influenciada principalmente pela queda no preço dos serviços pessoais; ii) Vestuário (0,03% para -0,44%); e iii) Saúde e Cuidados Pessoais (de 0,40% para 0,22%), em função da redução dos preços dos produtos farmacêuticos.



I.V Setor Externo

As exportações realizadas no RJ alcançaram US\$ 3.049 milhões no bimestre julho-agosto, queda de 38% em relação a igual período de 2012. Essa queda repete o comportamento observado no bimestre anterior, maio-junho, quando exportações reduziram 22% (em relação a maio-junho de 2012). Considerando o acumulado no ano até agosto, a redução é de 35%. Do lado das importações, no bimestre julho-agosto houve crescimento de entrada de mercadorias (4%), alcançando US\$ 3.736 milhões. No acumulado no ano até agosto, as importações totalizaram US\$ 15.050 milhões, ou seja, 17% abaixo do total no ano anterior.



II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2013 foram divulgadas pela Resolução SEFAZ nº 586/2013, publicada no mês de Janeiro.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 11.282,38 milhões / 87,8% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 47.632,61 / 102,8% da meta realizada.

Tabela 6 - Metas de Receita (em R\$ milhões)

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2013	RECEITA REALIZADA (JUL - AGO) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2013	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	9.857,11	9.564,60	97,0%	39.479,52	41.800,50	105,9%
RECEITAS DE CAPITAL (1)	2.986,13	1.717,78	57,5%	6.878,09	5.832,11	84,8%
TOTAL	12.843,24	11.282,38	87,8%	46.357,61	47.632,61	102,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

A Receita Total Realizada, nos meses de julho e agosto, ficou abaixo da meta estipulada para o período. Foram realizadas 87,8% (- 12,2%, - R\$ 1.560,86 milhões) da meta, principalmente pelo comportamento das Receitas de Capital, que alcançaram apenas 57,5% da meta estimada para o bimestre. Já as Receitas Correntes, ficaram bem próximas do objetivo para o bimestre e atingiram 97,0% da meta.

Quando analisada pelo acumulado, as Receitas Totais Realizadas se encontram um pouco acima da meta estimada (+ 2,8%; + R\$ 1.274,99 milhões). O desempenho, no acumulado, se deve, principalmente, ao bom desempenho das Receitas Correntes no ano, que, até agosto, atingiram R\$ 41.800,50 milhões.

**- Receita Corrente Realizada****Bimestre: R\$ 9.564,60 milhões / 97% da meta realizada.****Acumulado: R\$ 41.800,50 milhões / 105,9% da meta realizada.****Tabela 7 - Metas de Receitas Correntes (em R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2013	RECEITA REALIZADA (JUL - AGO) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2013	(R\$ milhões)
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	9.857,11	9.564,60	97,0%	39.479,52	41.800,50	105,9%
TRIBUTÁRIA	6.043,94	5.942,44	98,3%	25.213,35	26.482,85	105,0%
CONTRIBUIÇÕES	214,12	259,50	121,2%	855,38	950,43	111,1%
PATRIMONIAL	1.768,78	1.668,61	94,3%	5.873,12	6.110,67	104,0%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	18,1%	0,32	0,05	16,4%
INDUSTRIAL	18,04	10,36	57,4%	72,14	113,70	157,6%
SERVIÇOS	89,33	67,58	75,7%	347,40	250,86	72,2%
TRANSF. CORRENTES	929,75	909,65	97,8%	3.944,85	3.804,88	96,5%
OUTRAS	281,58	380,74	135,2%	1.145,63	2.163,98	188,9%
INTRA ORÇAMENTÁRIA	511,49	325,70	63,7%	2.027,34	1.923,06	94,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

No bimestre, conforme demonstrada pela Tabela 7 - Metas de Receitas Correntes (em R\$ milhões), a meta de execução das Receitas Correntes foi estipulada em R\$ 9.857,11 milhões. Deste valor, foram realizados 97% (R\$ 9.564,60 milhões) dos quais, a maior parte se refere às Receitas Tributárias. Estas atingiram 98,3% da meta. Já as Receitas Patrimoniais, que também possuem relevância devido ao seu valor absoluto (R\$ 1.668,61 milhões) alcançaram 94,3% da meta prevista para o período.

As Receitas Tributárias arrecadadas somaram R\$ 5.942,44 milhões em julho e agosto de 2013. A realização ficou pouco abaixo da meta (- 1,7%). Ainda assim, obtiveram grande importância no total das Receitas Correntes representando 62,1% do total. O ICMS, principal tributo estadual, por si só, rendeu R\$ 4.582,83 milhões aos cofres públicos, 1,4% a mais do que no mesmo período de 2012 e representam 47,9% das Receitas Correntes.

As Receitas Patrimoniais realizaram 94,3% da meta prevista para o período. A diferença, (- R\$ 100,17 milhões) é decorrente, principalmente, da queda das receitas de petróleo, uma vez que, quando comparado com 2012, essas receitas obtiveram uma



diminuição de 18,5% (- R\$ 341,96 milhões). Mais informações sobre as Receitas Patrimoniais na Seção IV. I deste boletim.

No acumulado, as Receitas Correntes realizaram R\$ 41.800,50 milhões, representando 105,9% da meta realizada, com destaque, também, para as Receitas Tributárias e as Receitas Patrimoniais.

No acumulado, as Receitas Tributárias também se destacaram, e, até agosto, foram arrecadados R\$ 26.482,85 milhões (105,0% da meta prevista) o que gerou uma variação de + 13,1% frente ao acumulado de 2012. O grande destaque é o ICMS com uma receita de R\$ 19.547,80 milhões, seguido do adicional de ICMS, o FECP, com R\$ 1.801,39 milhões, pelo IPVA com uma arrecadação de R\$ 1.717,79 milhões e pelo IRRF que obteve uma arrecadação de R\$ 1.591,67 milhões, o que gerou em uma variação de 38,7% (+ R\$ 441,22 milhões).

As Receitas Patrimoniais, no acumulado, superaram a meta em 4% (+ R\$ 237,55 milhões), gerando receitas de R\$ 6.110,67 milhões.

Mais informações sobre as Receitas Correntes na Seção IV. I deste boletim.

No acumulado até Agosto, as Receitas Correntes ultrapassaram a meta prevista em + R\$ 2.320,97 milhões (+ 5,9%).



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 1.717,78 milhões / 57,5% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 5.832,11 milhões / 84,8% da meta realizada.

Tabela 8 – Metas de Receitas de Capital (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (JUL - AGO) 2013	RECEITA REALIZADA (JUL - AGO) 2013	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2013	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2013	(R\$ milhões)
						% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	2.986,13	1.717,78	57,5%	6.878,09	5.832,11	84,8%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.353,28	577,43	42,7%	4.060,35	3.237,32	79,7%
ALIENAÇÃO DE BENS	1.506,77	1.000,54	66,4%	2.120,29	2.006,47	94,6%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	45,77	55,63	121,6%	155,44	161,80	104,1%
TRANSF. CAPITAL	77,31	47,26	61,1%	521,14	335,69	64,4%
OUTRAS	0,17	0,00	0,0%	0,69	0,00	0,0%
INTRAORÇAMETÁRIA	2,84	36,93	1.298,4%	20,18	90,82	450,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As Receitas de Capital alcançaram 57,5% da meta proposta para o bimestre e 84,8% no acumulado. As operações de crédito e as alienações de bens, devido aos seus valores absolutos, foram as principais receitas que levaram a esse resultado.

No bimestre, as Operações de Crédito contribuíram com R\$ 577,43 milhões de receita para o Estado, o que corresponde a 42,7% da meta estipulada. Este valor foi decorrente da postergação do fluxo de recebimentos das Receitas de Operações de Crédito, as quais estão, agora, previstas para o fim do ano. Esse fato também causou impacto no acumulado, realizando R\$ 3.237,32 (- R\$ 823,03 milhões abaixo de meta) ainda que a realização do quarto bimestre de 2013 tenha sido 129% maior que o realizado no mesmo período de 2012.

A receita proveniente das Alienações de Bens realizou valor abaixo da meta. Alcançou -R\$ 1.000,54 milhões, enquanto a meta estava prevista em R\$ 1.506,77 milhões (- R\$ 506,23 milhões), devido à frustração de algumas alienações previstas, como a venda do Batalhão da PMERJ, na Evaristo da Veiga, que estava sendo considerada para agosto deste ano.

Mais informações sobre as Receitas de Capital na seção IV.II deste Boletim.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 40.392 milhões / 96,0%¹⁰

Nos termos do artigo 8º da LRF, a Resolução SEFAZ nº 587/2013, publicada no mês de Fevereiro, divulgou o Cronograma Mensal de Desembolso para o exercício.

Apesar da desaceleração da economia fluminense neste 4º bimestre, impactando na arrecadação tributária e a não concretização do ingresso de determinadas receitas de capital, o Estado manteve a contínua superação da meta arrecadatória no acumulado, resultado direto do bom desempenho constatado nos primeiros bimestres do exercício. Tal fato possibilitou a revisão do orçamento inicialmente previsto e a ampliação, até o mês de agosto, de R\$ 6.142 milhões¹¹, evidenciando um aumento de 8,44% do orçamento do Estado. Desse montante, ainda permanecem contingenciados R\$ 2.042 milhões, 2,59% do orçamento total previsto para o exercício.

Ao longo do exercício financeiro, a capacidade arrecadatória do Estado, fundamentado na tendência do exercício, orientará a liberação gradativa das dotações ainda contingenciadas, ou a abertura de excesso de arrecadação, caso se configure, o que afetará sobremaneira o cronograma inicial.

Apesar da não concretização de determinadas metas arrecadatórias neste bimestre, o bom cenário econômico evidenciado no primeiro semestre do ERJ possibilitou uma pequena redução no contingenciamento existente na Lei Orçamentária: R\$ 11 milhões foram liberados para a execução das atividades planejadas pelos órgãos.

Tabela 9

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ				
Análise do Orçamento ao longo do Exercício				
Bimestres		Até Junho	Até Agosto	Variação (%)
DOTAÇÃO	INICIAL	72.739.524.652	72.739.524.652	-
	ATUAL	77.952.483.238	78.881.625.118	1,19%
	DISPONÍVEL	75.899.407.824	76.839.549.703	1,24%
CONTINGENCIADO		2.053.075.415	2.042.075.415	-0,54%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		5.212.958.586	6.142.100.466	17,82%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/09/2013.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

¹⁰ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹¹ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.



Até o mês de agosto, conforme Tabela 9, a meta de execução foi estimada em R\$ 42,09 bilhões, dos quais 24,97% se referem a Despesas de Pessoal e Encargos Sociais e 56,05% a Outras Despesas Correntes. No valor indicado estão incluídos os pagamentos referentes aos Restos a Pagar inscritos em 2012 (R\$ 2.415,78 milhões), excluídos os intraorçamentários, os quais foram parcelados em até 7 (sete) meses.

Tabela 10

GRUPO DE DESPESA	JAN A AGO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2012 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	10.509	10.363	595	10.958	104,3%
OUTRAS DESP. CORRENTES	23.595	21.388	1.060	22.448	95,1%
INVEST /INVERSÕES	4.338	2.826	432	3.259	75,1%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	3.653	3.727	0	3.727	102,0%
TOTAL	42.094	38.304	2.087	40.392	96,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/09/2013.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 478

***Considerado apenas o pagamento de RP Total inscrito em 2012.

A despesa paga até Agosto (R\$ 40,39 bilhões) se manteve próxima à estimada no Cronograma de Desembolso do Estado: 96,0% da meta foi alcançada, expondo uma ligeira diferença a menor (-R\$ 1.703 milhões). Do total de obrigações cumpridas pelo Estado até o período, R\$ 2.087 milhões (5,17%) são referentes aos encargos de RP de 2012, restando pouco mais de R\$ 320 milhões (13,60%), do total de RP Inscrito, a serem quitados.

Na análise por grupo de despesa, o cumprimento da meta foi fortemente induzido pela execução em Pessoal e Encargos Sociais do Estado (+4,3%, ou seja, +R\$ 449 milhões). Cabe salientar as principais funções que cooperaram para a superação da meta planejada: Educação com uma despesa paga de R\$ 2.138,07 milhões (20,63% do total do grupo), Segurança Pública com R\$ 3.167,60

Com uma meta de execução de R\$ 42.094 milhões, o ERJ apresentou uma despesa total, até o 4º bimestre, de R\$ 40.392 milhões: alcance de 96,0% da meta traçada.



milhões realizados até o período (30,57% do total apurado no grupo) e Saúde com R\$ 760,27 milhões (7,34%).

No tocante aos Investimentos e Inversões, a parcela destinada ao pagamento do RP somou R\$ 432 milhões, influenciando em 13,27% no total de despesa realizada no grupo. Do montante total executado até agosto, vale destacar alguns importantes projetos: na função Desporto e Lazer, as obras executadas na Reforma do Complexo do Maracanã (execução de R\$ 440,26 milhões); na função Urbanismo, a Implantação do Arco Metropolitano (R\$ 168,18 milhões); a Implantação de Projetos de Infraestrutura (R\$ 180,62 milhões); a Urbanização de Comunidades (R\$ 42,62 milhões); e a Recuperação da Região Serrana (R\$ 22,92 milhões); e na função Transporte, a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 1.058,28 milhões).

As Outras Despesas Correntes, apesar da variação constatada em relação à meta traçada inicialmente (-4,86%, -R\$ 1.147 milhões), continuam com elevada representatividade no montante executado até o 4º bimestre: responderam por 55,58% do total apurado até agosto. Ressalta-se ainda que estão aqui inclusos os gastos com a folha de inativos e pensionistas até o bimestre (R\$ 7,54 bilhões) e as vinculações constitucionais (R\$ 6,35 bilhões), despesas não discricionárias diretamente relacionadas às receitas arrecadadas, que somadas responderam por 64,96% do total apurado até o segundo bimestre do exercício.

Por fim, as despesas apuradas com o pagamento do Serviço da Dívida (Juros, Encargos da Dívida e Amortizações), até o bimestre, apresentaram uma realização ligeiramente superior à meta traçada (102,0% = +R\$ 74,25 milhões). Sua execução considera as condições contratuais pactuadas e a média móvel da Receita Líquida Real dos últimos 12 meses.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.



III. Resultados Fiscais¹²

III.I Resultado Orçamentário

Bimestre: R\$ 258,67 milhões / - 7,6%

Acumulado: R\$ 5.393,54 milhões / + 298,6%

Tabela 11 – Resultado Orçamentário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL (A)	10.442,31	11.282,38	8,0%	40.220,22	47.632,61	18,4%
I.1 RECEITA CORRENTE	9.588,94	9.238,90	-3,7%	36.715,45	39.877,43	8,6%
I.1.1 Tributária	5.806,79	5.942,44	2,3%	23.425,34	26.482,85	13,1%
I.1.2 Patrimonial	2.112,26	1.668,61	-21,0%	7.005,97	6.110,67	-12,8%
I.1.3 Transferências	981,24	909,65	-7,3%	3.736,92	3.804,88	1,8%
I.1.4 Demais Correntes	688,65	718,20	4,3%	2.547,23	3.479,04	36,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	412,41	1.680,86	307,6%	1.892,52	5.741,29	203,4%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	440,96	362,62	-17,8%	1.612,26	2.013,89	24,9%
II. DESPESA TOTAL (B)	10.162,52	11.023,71	8,5%	38.867,10	42.239,07	8,7%
II.1 DESPESA CORRENTE	8.663,32	9.051,27	4,5%	33.751,82	35.168,98	4,2%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	4.386,93	5.105,06	16,4%	16.551,04	19.249,45	16,3%
II.1.2 Demais Correntes	3.854,27	3.502,79	-9,1%	15.510,36	14.050,99	-9,4%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	422,13	443,42	5,0%	1.690,43	1.868,54	10,5%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	1.076,83	1.606,95	49,2%	3.555,59	4.922,64	38,4%
II.2.1 Invest.	699,37	1.122,37	60,5%	2.013,08	2.975,22	47,8%
II.2.1.1 Obras e Instalações	467,78	920,55	96,8%	1.259,58	2.414,95	91,7%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	13,06	13,11	0,4%	29,73	41,46	39,4%
II.2.1.3 Demais Investimentos	218,53	188,71	-13,6%	723,76	518,81	-28,3%
II.2.2 Inv. Financ.	18,09	30,71	69,7%	126,52	88,53	-30,0%
II.2.3 Amort. Dívida	359,37	453,88	26,3%	1.415,99	1.858,89	31,3%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	422,36	365,49	-13,5%	1.559,68	2.147,44	37,7%
RES. ORÇAM. (A-B)	279,79	258,67	-7,6%	1.353,13	5.393,54	298,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

O Resultado Orçamentário, proveniente do Balanço Orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

Pela tabela acima, observa-se que, no quarto bimestre, as Receitas Totais arrecadadas foram de R\$ 11.282,38 milhões enquanto as Despesas Totais efetuadas foram de R\$ 11.023,71, o que acarretou um Resultado Orçamentário positivo de R\$ 258,67 milhões. Este

O Resultado Orçamentário até agosto foi positivo (+R\$ 258,67 milhões) devido ao bom desempenho das Receitas.

¹² O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº2/2010.



resultado pode ser explicado tanto pelo Superávit Corrente quanto pelo de Capital. As Receitas Correntes superaram as Despesas Correntes em + R\$ 187,63. Já as Receitas de Capital ultrapassaram as Despesas de Capital em R\$ 73,90 milhões.

No acumulado, mais uma vez, o Resultado Orçamentário foi superavitário (R\$ 5.393,54 milhões). Contribuíram para este resultado tanto as Receitas Correntes quanto as de Capital. As primeiras com R\$ 39.877,43 milhões, o que gerou um Superávit Corrente de R\$ 4.708,45 milhões, enquanto as segundas alcançando R\$ 5.741,29 milhões, levando a um Superávit de Capital de R\$ 818,65 milhões.

Quando comparado com o ano de 2012, observa-se que o Resultado Orçamentário do quarto bimestre de 2013 foi ligeiramente inferior ao do mesmo período de 2012 (- 7,6%). Houve variação negativa das Receitas Correntes, concentradas nas Receitas Patrimoniais e de Transferências e nas Intraorçamentárias, enquanto grande parte das despesas aumentou.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 78,18 milhões / + 238,2%

Acumulado: + R\$ 5.366,43 milhões / + 264,4%

Tabela 12 - Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA (em R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	8.088,36	8.795,21	8,7%	33.469,97	39.695,38	18,6%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	8.352,74	8.873,39	6,2%	31.997,47	34.328,94	7,3%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-264,38	-78,18	238,2%	1.472,50	5.366,43	264,4%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	2.353,94	2.487,17	5,7%	6.750,25	7.937,23	17,6%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.809,78	2.150,32	18,8%	6.869,63	7.910,12	15,1%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	544,17	336,84	-38,1%	-119,37	27,11	122,7%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	279,79	258,67	-7,6%	1.353,13	5.393,54	298,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

Desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, o Resultado Orçamentário do quarto bimestre de 2013 foi deficitário em R\$ 78,18 milhões. Este valor resultou em uma variação de + 238,2% frente ao mesmo período de 2012. Por este resultado, percebe-se que no quarto bimestre o RIOPREVIDÊNCIA ajudou o Estado a se manter com um Resultado Orçamentário positivo.

As Receitas do RIOPREVIDÊNCIA foram suficientes para pagar as Despesas do RIOPREVIDÊNCIA no quarto bimestre de 2013.



No acumulado, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA da análise, observa-se que o Resultado Orçamentário é superavitário em R\$ 5.366,43 milhões, gerando uma variação de 264,4% frente ao acumulado de 2012.

A fim de que seja compreendido o peso desse órgão no Resultado Orçamentário do Estado será, a seguir, evidenciado o seu Resultado Orçamentário específico.

O RIOPREVIDÊNCIA terminou o quarto bimestre de 2013 com uma receita de R\$ 2.487,17 milhões e uma despesa de R\$ 2.150,32, os quais levaram a um Resultado Orçamentário de + R\$ 336,84 milhões. O Resultado Orçamentário positivo foi possível devido à venda de seus ativos no mês de julho, no valor de R\$ 900,00 milhões e, também, às receitas provenientes das Participações Especiais de Petróleo, ingressadas no mês de agosto.

Na comparação com o mesmo período de 2012, pode-se constatar que em 2013 as Despesas do RIOPREVIDÊNCIA sofreram uma variação positiva de 18,8% (+ R\$ 340,55 milhões). Esse crescimento é explicado, principalmente, pelos reajustes salariais, obtidos em 2013, de algumas categorias com grande contingente de servidores aposentados.

Com relação a execução acumulada do RIOPREVIDÊNCIA, se observa que, até agosto, o mesmo incorreu em uma variação positiva de R\$ 27,11 milhões frente ao acumulado de 2012 (+ 122,7%).

**III.III Resultado Primário¹³**

Bimestre: - R\$ 589,74 milhões / - 189,5%
Acumulado: + R\$ 3.478,08 milhões / + 41,1%

Tabela 13 - Resultado Primário

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS TOTAL	10.442,31	11.282,38	8,0%	40.220,22	47.632,61	18,4%
RECEITAS FINANCEIRAS	393,34	1.753,31	345,7%	1.961,13	5.791,83	195,3%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	440,96	362,62	-17,8%	1.612,26	2.013,89	24,9%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	9.608,01	9.166,44	-4,6%	36.646,84	39.826,89	8,7%
DESPESAS TOTAL	10.162,52	11.023,71	8,5%	38.867,10	42.239,07	8,7%
DESPESAS FINANCEIRAS	791,07	902,04	14,0%	3.124,74	3.742,81	19,8%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	422,36	365,49	-13,5%	1.559,68	2.147,44	37,7%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	8.949,08	9.756,18	9,0%	34.182,67	36.348,81	6,3%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	658,93	-589,74	-189,5%	2.464,17	3.478,08	41,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

O Resultado Primário procura medir o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

No quarto bimestre de 2013, as Despesas Primárias Totais atingiram um valor maior do que o das Receitas Primárias Totais. As primeiras com R\$ 9.756,18 milhões, enquanto as segundas com R\$ 9.166,44 milhões. Como consequência, o Resultado Primário terminou o bimestre com um déficit de R\$ 589,74 milhões.

Diferentemente, no acumulado, o Resultado Primário aparece com o valor de R\$ 3.478,08, uma vez que as Receitas não Financeiras superaram as Despesas Não Financeiras. Na comparação com 2012, o Resultado Primário de 2013 apresenta-se com uma variação positiva de 41,1%.

¹³ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

**Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA**

Bimestre: + R\$ 182,13 milhões / -64,5%
 Acumulado: R\$ 6.852,00 / 67,7%

Tabela 14

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL SEM RIOPREVIDÊNCIA (A)	7.652,87	7.834,20	2,4%	31.400,47	35.349,46	12,6%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL SEM RIOPREVIDÊNCIA. (B)	7.139,96	7.652,07	7,2%	27.315,63	28.497,46	4,3%
RESULTADO PRIMÁRIO SEM RIOPREVIDÊNCIA(A-B)	512,90	182,13	-64,5%	4.084,84	6.852,00	67,7%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDÊNCIA	146,02	-771,87	628,6%	-1.620,66	-3.373,92	-52,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

Pelas informações da Tabela 14, há um resultado positivo de + R\$ 182,13 milhões, com uma variação negativa de 64,5% em relação ao mesmo período de 2012. Já no acumulado, observa-se uma variação positiva de 67,7% (+ R\$ 2.767,16 milhões).

Por outro lado, analisando o Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA, observa-se que o valor foi deficitário em - R\$ 771,87 milhões. Pode-se perceber então, o efeito negativo do RIOPREVIDÊNCIA que executou despesas a conta do superávit financeiro nos anos anteriores. O Resultado Primário do RIOPREVIDÊNCIA, no acumulado, também obteve uma variação negativa de 52% frente ao acumulado de 2012 (- R\$ 3.373,92 milhões).

**IV. Receita Estadual¹⁴****Bimestre: R\$ 11.282,38 milhões / + 8,0%¹⁵****Acumulado: R\$ 47.632,61 milhões / + 18,4%****Tabela 15****DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2012-2013.**

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
REC. CORRENTES	9.588,94	9.238,90	-3,7%	36.715,45	39.877,43	8,6%
REC. CAPITAL	412,41	1.680,86	307,6%	1.892,52	5.741,29	203,4%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	440,96	362,62	-17,8%	1.612,26	2.013,89	24,9%
Total	10.442,31	11.282,38	8,0%	40.220,22	47.632,61	18,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

No quarto bimestre de 2013, a Receita Estadual totalizou R\$ 11.282,38 milhões, um acréscimo de 8,0% (+ R\$ 840,07 milhões) frente ao mesmo período de 2012.

A variação positiva da receita do Estado, no bimestre, deve-se ao desempenho das Receitas de Capital que totalizaram R\$ 1.680,86 milhões (+ 307,6%, + R\$ 1.268,44 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, uma vez que houve leve queda nas Receitas Correntes.

Mais especificamente, contribuíram as Receitas de Capital provenientes das Alienações de Bens que atingiram, por si só, um valor de R\$ 1 bilhão, seguidas ainda pelo resultado das Operações de Crédito, que tiveram um acréscimo de + 124,2%, atingindo a marca de R\$ 577,43 milhões.

No acumulado, observa-se um incremento de R\$ 7.412,38 milhões (+ 18,4%), atingindo o valor de R\$ 47.632,61 milhões. Somada às Receitas Correntes que, ao contrário da análise bimestral, apresentaram um acréscimo de 8,6% (+ R\$ 3.161,98 milhões) o acumulado também foi significativamente influenciado pelo desempenho das Receitas de Capital (+ 203,4%), com um acréscimo de R\$ 3.848,77 milhões, igualmente fundamentados nas Alienações de Bens e nas Operações de Crédito.

¹⁴ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁵ As informações representam a arrecadação no período e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior, respectivamente.



Mais informações sobre as essas receitas serão pormenorizadas a seguir.

**IV.I Receitas Correntes**

Bimestre: R\$ 9.238,90 milhões / - 3,72%
 Acumulado: R\$ 39.877,43 milhões / + 8,6%

Tabela 16
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR ORIGEM

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %	(R\$ milhões)
	2012	2013		2012	2013		
	5.806,79	5.942,44	2,3%	23.425,34	26.482,85	13,1%	
TRIBUTÁRIA	158,28	259,50	64,0%	740,98	950,43	28,3%	
CONTRIBUIÇÕES	2.112,26	1.668,61	-21,0%	7.005,97	6.110,67	-12,8%	
PATRIMONIAL	0,08	0,01	-81,2%	0,15	0,05	-65,0%	
AGROPECUÁRIA	0,02	10,36	59820,6%	0,14	113,70	82747,4%	
INDUSTRIAL	73,02	67,58	-7,4%	241,59	250,86	3,8%	
DE SERVIÇOS	981,24	909,65	-7,3%	3.736,92	3.804,88	1,8%	
TRANSF. CORRENTES	457,26	380,74	-16,7%	1.564,38	2.163,98	38,3%	
OUTRAS CORRENTES	9.588,94	9.238,90	-3,7%	36.715,45	39.877,43	8,6%	
TOTAL							

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

No bimestre, as Receitas Correntes sofreram uma queda de 3,7% (- R\$ 350,04 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, influenciadas, principalmente, pela queda de R\$ 443,65 milhões da Receita Patrimonial (- 21,0%) e, em menor escala, pela queda das Receitas de Serviços (- 7,4%), das Transferências Correntes (-7,3%) e de Outras Receitas Correntes (-16,7%).

O aumento de R\$ 135,65 milhões (+ 2,3%) nas Receitas Tributárias, influenciado pela arrecadação de Impostos sobre a Produção e a Circulação, e de R\$ 101,22 milhões (+ 64,0%) na Receita de Contribuições atenuaram a queda frente ao mesmo bimestre de 2012.

No acumulado, houve um crescimento de 8,6% (+ R\$ 3.161,98 milhões) reflexo, em sua maior parte, pelo desempenho do ICMS.

Mais detalhes sobre essas receitas serão abordados nas seções IV.I.1. e IV.I.3 deste boletim.

**IV.I.1 Receita Tributária**

Bimestre: R\$ 5.942,44 milhões / +2,3%
 Acumulado: 26.482,85 milhões / + 13,1%

Tabela 17

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012/2013.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	RECEITA TRIBUTÁRIA	5.806,79	5.942,44	2,3%	23.425,34	26.482,85
ICMS	4.520,12	4.582,83	1,4%	17.381,14	19.547,80	12,5%
Adicional do ICMS	407,94	426,01	4,4%	1.674,32	1.801,39	7,6%
IRRF	368,85	399,75	8,4%	1.147,46	1.591,67	38,7%
IPVA	137,76	129,03	-6,3%	1.586,48	1.717,79	8,3%
ITD	92,44	106,66	15,4%	332,93	358,64	7,7%
Taxas	279,68	298,16	6,6%	1.303,01	1.465,56	12,5%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

No quarto bimestre de 2013, a Receita Tributária total atingiu o montante de R\$ 5.942,44 milhões, o que ocasionou uma variação de 2,3% frente ao mesmo período em 2012. Este desempenho foi influenciado pela arrecadação de todos os tributos, com exceção do IPVA que apresentou um decréscimo de -6,3% (- R\$ 8,74 milhões) quando comparado ao quarto bimestre de 2012. Destacamos, mais uma vez, a arrecadação do ICMS, que, em valores absolutos, atingiu R\$ 4.582,83 milhões, representando 77,12% da Receita Tributária total.

No acumulado, a Receita Tributária apresentou um acréscimo de 13,1%, totalizando R\$ 26.482,85 milhões. Mais uma vez, o ICMS foi o destaque da arrecadação tributária ao longo do ano, com um aumento de 12,5% (R\$ 2.166,67 milhões).

As Receitas Tributárias aumentaram R\$ 135,65 milhões (+ 2,3%) na análise bimestral 2012 - 2013. Esse aumento foi motivado, principalmente, pelas receitas advindas do ICMS.



- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

Bimestre: R\$ 4.582,83 milhões / + 1,4%
Acumulado: R\$ 19.547,80 milhões / + 12,5%

O ICMS é o tributo de maior peso nas Receitas Tributárias, representando 77,12% da arrecadação no bimestre e 73,81% no acumulado.

No bimestre, o tributo atingiu R\$ 4.582,83 milhões, obtendo uma variação positiva de 1,4% (+ R\$ 62,71 milhões) frente ao mesmo período de 2012. Já no acumulado, houve um acréscimo de 12,5% (+ R\$ 2.166,67 milhões).

Os setores que mais contribuíram para o alcance dessa receita em 2013, tanto no bimestre quanto no acumulado foram Alimentação; Energia Elétrica; Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal; Veículos Automotores e Eletroeletrônicos. Já os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural, Telecomunicações e Bebidas apresentaram queda bimestral ainda que os dois primeiros tenham apresentado aumento no acumulado. Tais desempenhos serão detalhados na seção IV.I.1.1.

O crescimento do ICMS (+R\$ 62,71 milhões) impulsionou o crescimento da arrecadação tributária no quarto bimestre de 2013 influenciado, principalmente, pelos setores de Alimentação, Energia Elétrica e Eletroeletrônicos.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA):

Bimestre: R\$ 129,03 milhões / - 6,3%
Acumulado: R\$ 1.717,79 milhões / + 8,3%

No quarto bimestre de 2013, o IPVA sofreu uma queda de 6,3% (- R\$ 8,74 milhões) em comparação com o mesmo período de 2012.

De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

Em diversos Boletins de Transparência Fiscal de 2012, explicou-se o aumento das receitas bimestrais do IPVA como decorrência da postergação do calendário de pagamentos deste imposto em 2012 para o segundo bimestre do ano, com efeitos também nos bimestres



subsequentes, inflando a base de comparação e implicando queda bimestral em 2013 e que ainda continua sendo sentida.

Ainda que com a queda bimestral, a análise feita pelo acumulado demonstra o aumento na receita deste imposto, principalmente pela alta receita do mês de fevereiro. . Em relação ao ano anterior, houve um acréscimo de 8,3% (+ R\$ 131,31 milhões).



– Imposto de Renda (IRRF):

Bimestre: R\$ 399,75 milhões / + 8,4%

Acumulado: R\$ 1.591,67 milhões / + 38,7%

O IRRF teve como arrecadação R\$ 399,75 milhões no quarto bimestre de 2013, representando um aumento de R\$ 30,90 milhões (+ 8,4%) frente ao mesmo período de 2012. Essa elevação foi motivada, principalmente, pelos seguidos aumentos concedidos a diversas classes de servidores em 2012, entre elas a PMERJ, cujo salário base saltou para a faixa de alíquota de 7,5% para a tributação desse imposto. Tal fato impactou também o acumulado, que obteve uma variação positiva de 38,7% (+ R\$ 444,21 milhões) em relação a 2012.

A arrecadação de IRRF no quarto bimestre de 2013 apresentou um acréscimo de 8,4% em relação ao mesmo período de 2012.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

Bimestre: R\$ 106,66 milhões / + 15,4%

Acumulado: R\$ 358,64 milhões / + 7,7%

No bimestre, houve um incremento na receita do ITD de R\$ 14,22 milhões (+ 15,4%). Em meados de junho de 2013 foi novamente liberado no Sistema ITD a emissão de guias de controle de Doação de Bens Móveis (exceto dinheiro) pela internet, o que está refletido no aumento da arrecadação de ITD-Bens Móveis (cód. 101-5) com pico em julho de 2013. Em agosto houve um leve aumento na arrecadação de ITD Bens Imóveis (cód. 102-3).

No acumulado, houve um acréscimo de 7,7% (+ R\$ 25,71 milhões), atingindo o valor de R\$ 358,64 milhões. Este resultado deveu-se, em grande parte, à boa arrecadação do mês de julho de 2013, conforme explicado na análise bimestral, em que alcançou o incremento de receita de R\$ 16,04 milhões.

– **Taxas:**

Bimestre: R\$ 298,16 milhões / + 6,6%
Acumulado: R\$ 1.465,56 milhões / + 12,5%

Tabela 18

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2012 / 2013.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
Taxas	279,68	298,16	6,6%	1.303,01	1.465,56	12,5%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	34,09	36,08	5,8%	256,94	324,91	26,5%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	28,91	28,53	-1,3%	236,94	296,96	25,3%
Outras	5,18	7,55	45,8%	19,99	27,95	39,8%
Taxas pela Prestação de Serviços	245,59	262,09	6,7%	1.046,08	1.140,65	9,0%
Emolumentos e Custas Judiciais	83,31	81,38	-2,3%	285,96	298,53	4,4%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	51,27	59,43	15,9%	179,38	220,76	23,1%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	111,01	121,28	9,2%	580,73	621,36	7,0%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	97,60	102,54	5,1%	430,87	454,37	5,5%
Outras	13,42	18,74	39,7%	149,87	166,99	11,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A Receita Tributária proveniente das Taxas obteve um acréscimo de 6,6% no quarto bimestre de 2013 (+ R\$ 18,49 milhões). Este resultado foi influenciado, principalmente, pelas Taxas de Prestação de Serviços Extrajudiciais que aumentaram a receita em 15,9% (+ R\$ 8,16 milhões), pelas Outras Taxas de Prestação de Serviços - Taxa de Prevenção e Extinção de Incêndio (+ R\$ 5,23 milhões, + 60,2%) e pelas Taxas de Serviços de Trânsito do DETRAN + R\$ 4,95 milhões, + 5,1%) em relação ao mesmo período de 2012.

No acumulado, as Taxas atingiram R\$ 1.465,56 milhões, com destaque, para Taxas do Exercício do Poder de Polícia, especialmente quanto à Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito (+ 25,3%, + R\$ 60,02 milhões) e pelas Taxas de Prestação de Serviços Extrajudiciais (+ 23,1%, + R\$ 41,38 milhões).

**Box 01 - O FECP a redução do coeficiente do Estado**

O Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP) foi previsto nos artigos 79 a 83 da ADCT da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela EC 31/2000 e prazo de vigência prorrogado por tempo indeterminado pela EC 67/2010. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro foi instituído pela Lei estadual nº 4.056/02, com as alterações promovidas pelas leis nº 4.086/2003, 5.149/2007 e leis complementares nº 120/2007, 122/2008 e 139/2010.

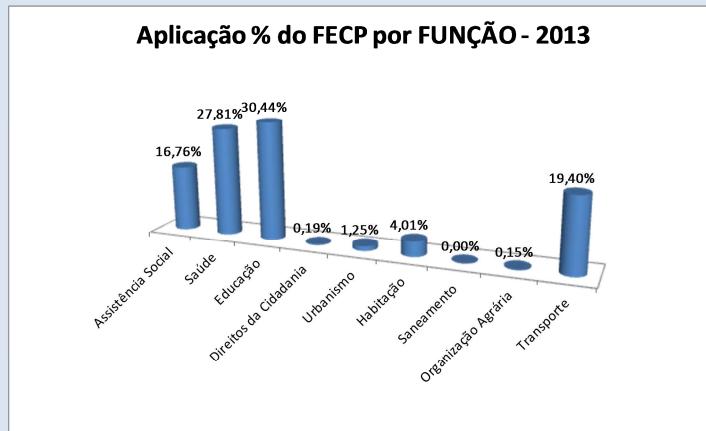
No que diz respeito ao ADCT, a Carta Magna determina:

Art. 79. É instituído, para vigorar até o ano de 2010, no âmbito do Poder Executivo Federal, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a ser regulado por lei complementar com o objetivo de viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

Art. 82. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir Fundos de Combate à Pobreza, com os recursos de que trata este artigo e outros que vierem a destinar, devendo os referidos Fundos ser geridos por entidades que contem com a participação da sociedade civil.

§ 1º Para o financiamento dos Fundos Estaduais e Distrital, poderá ser criado adicional de até dois pontos percentuais na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre os produtos e serviços supérfluos, não se aplicando, sobre este adicional, o disposto no art. 158, inciso IV, da Constituição.

No Estado do Rio de Janeiro, seus recursos são vinculados por lei a atividades que visam à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos fluminenses, como ações de combate direto e indireto da pobreza. Podem-se destacar os programas: Renda Melhor, Bilhete Único, e programas de custeio da saúde. Os recursos deste fundo alimentam também o FEHIS (Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social) promovendo ações de urbanização de comunidades de baixa renda e auxílio à construção de habitações populares e saneamento. O gráfico abaixo discrimina a aplicação do FECP no ano de 2013, até agosto, nas diferentes áreas:



Fonte: SIG

Uma nova prorrogação do prazo de vigência deste Fundo, que se encerraria no dia 31 de novembro de 2013, foi aprovada e então publicada no DOE de 10 de outubro de 2013.

De acordo com a Lei Complementar nº 151/2013 foram alteradas diversas disposições da Lei 4.056/2002, que instituiu o Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECP), dentre as alterações, destacam-se:

- A prorrogação até 2018 do FECP (anteriormente estava previsto até 31/12/2014);
- Revogação de 1% a partir de 2014;
- Inclusão de novos itens para aplicação o recurso arrecadado do FECP.

As referidas alterações produzirão efeitos no prazo de 90 dias a contar de 10/10/2013.

Com a revogação da alínea que previa 1% até 31 de dezembro de 2014, ficou mantido o valor de dois pontos percentuais até o final de 2018.

Os itens incluídos para aplicação do recurso arrecadado, conforme o artigo 3º da lei complementar nº 151/2013, foram:

- ✓ programa de subsídio à integração entre diferentes modais e entre serviços diversos prestados dentro de um mesmo modal de transporte público - Bilhete Único a ser transferido para o Fundo Estadual de Transporte previsto na Lei nº 5.628/2009;
- ✓ programa de implantação do Bilhete Único intermunicipal em todas as regiões do interior do Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ programas de pagamento de Aluguel Social para reassentamento de população de baixa renda;
- ✓ programas de ações de saúde de pronto atendimento noite e dia - UPA 24 horas;
- ✓ programas de complementação financeira para a obtenção de renda mínima no Estado do Rio de Janeiro - Renda Melhor;
- ✓ programas de premiação de performance e incentivo financeiro para estudantes da rede pública - Renda Melhor Jovem;
- ✓ programas de incentivo para expansão da política de Educação Profissional e Tecnológica Pública e gratuita no Estado do Rio de Janeiro;
- ✓ programa de subsídio para prorrogar a vigência da Tarifa Aquaviária Temporária no sistema aquaviário, no mínimo, até 31 de dezembro de 2018;
- ✓ programa de controle da Tuberculose até que os indicadores desta doença atinjam a média nacional;
- ✓ apoio a oferta de educação infantil nos municípios com áreas socialmente degradadas; e
- ✓ implantação do sistema de alarme de risco de desastres em comunidades carentes.



A não prorrogação da validade do Fundo obrigaria o Governo do Estado do Rio de Janeiro a fazer cortes nos investimentos em ações suplementares na área social. As áreas como, saúde e educação, que tem recebido nos últimos quatro anos a maior parte dos recursos arrecadados pelo Fundo seriam significativamente afetadas.

Essa prorrogação proporcionará tempo para que ajustes sejam feitos e a futura extinção do Fundo não acarrete impactos nos investimentos para combate às desigualdades.



IV.I.1.1 Arrecadação de ICMS comparativo do Estado por Setor Econômico

Tabela 19

ARRECADAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2012/2013

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		part % 2013	var % 13/12	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		part % 2013	var % 13/12	R\$ milhões
	2012	2013			2012	2013			
	Alimentação	151,50	245,74	5,4%	62,2%	693,95	953,65	4,9%	37,4%
Bebidas	217,41	214,68	4,7%	-1,3%	958,40	927,69	4,7%	-3,2%	
Borracha e plástico	37,51	59,16	1,3%	57,7%	144,95	228,17	1,2%	57,4%	
Comunicação e informação	81,48	99,32	2,2%	21,9%	317,73	385,16	2,0%	21,2%	
Construção civil	149,23	183,48	4,0%	23,0%	590,13	657,84	3,4%	11,5%	
Editorial, gráfica e publicidade	25,57	22,09	0,5%	-13,6%	82,26	80,42	0,4%	-2,2%	
Eletroeletrônicos	83,53	151,45	3,3%	81,3%	321,32	506,45	2,6%	57,6%	
Energia elétrica	477,00	520,17	11,4%	9,1%	2.122,80	2.249,41	11,5%	6,0%	
Informática e óptico	23,97	33,41	0,7%	39,4%	119,15	128,05	0,7%	7,5%	
Madeira, papel e fumo	110,09	128,19	2,8%	16,4%	456,09	528,46	2,7%	15,9%	
Máquinas e equipamentos em geral	60,31	61,55	1,3%	2,1%	197,84	217,21	1,1%	9,8%	
Médico-hospitalar e odontologia	31,46	35,63	0,8%	13,2%	122,58	136,33	0,7%	11,2%	
Mercados, lojas e magazines	253,63	272,19	5,9%	7,3%	1.007,94	1.076,70	5,5%	6,8%	
Metalurgia e siderurgia	188,81	187,14	4,1%	-0,9%	766,04	782,72	4,0%	2,18%	
Móveis e utensílios	36,99	48,68	1,1%	31,6%	163,66	188,63	1,0%	15,3%	
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	112,43	164,47	3,6%	46,3%	460,05	627,41	3,2%	36,4%	
Petróleo, combustíveis e gás natural	967,98	602,37	13,1%	-37,8%	3.197,32	3.737,01	19,1%	16,9%	
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	176,68	187,23	4,1%	6,0%	674,30	723,22	3,7%	7,3%	
Química e petroquímica	155,87	172,23	3,8%	10,5%	531,31	634,47	3,2%	19,4%	
Telecomunicações	654,97	597,56	13,0%	-8,8%	2.476,88	2.543,85	13,0%	2,7%	
Têxtil e vestuário	133,37	177,91	3,9%	33,4%	641,90	730,28	3,7%	13,8%	
Transportes gerais e armazenagem	98,48	106,89	2,3%	8,5%	354,09	400,06	2,0%	13,0%	
Veículos automotores	162,21	232,45	5,1%	43,3%	659,55	840,28	4,3%	27,4%	
Outras atividades econômicas	129,65	78,80	1,7%	-39,2%	320,90	264,33	1,4%	-17,6%	
Total das atividades econômicas	4.520,12	4.582,83	100,0%	1,4%	17.381,14	19.547,80	100,0%	12,5%	

(*) Houve reclassificação de algumas empresas.

Na arrecadação do ICMS por grupos econômicos, observa-se que os grupos que mais se destacaram na participação no quarto bimestre de 2013 foram: Energia Elétrica; Eletroeletrônicos; Alimentação; Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal e Veículos Automotores.

Por outro lado, os setores de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural, Telecomunicações e Bebidas apresentaram um desempenho negativo no bimestre, comparado ao mesmo período de 2012.

A seguir, é apresentada uma análise pormenorizada dos setores econômicos acima mencionados.

Na arrecadação do ICMS, no bimestre e acumulado, os setores que mais se destacaram foram Energia Elétrica, Eletroeletrônicos e Alimentação.



- Energia Elétrica:

Bimestre: R\$ 520,17 milhões / + 9,1%
Acumulado: R\$ 2.249,41 milhões / + 6,0%

Com participação de 11,4% na arrecadação total de ICMS (incluindo as receitas acessórias), no quarto bimestre, este segmento cresceu 9,1% (+ R\$ 43,17 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 520,17 milhões arrecadados. A atividade de distribuição foi a grande responsável por esse desempenho.

No acumulado, o Grupo de Energia Elétrica atingiu o valor de R\$ 2.249,41 milhões – uma variação positiva de 6,0% (+R\$ 126,61 milhões) frente a 2012 e representa 11,5% da arrecadação total do ICMS no ano de 2013.

- Eletroeletrônicos:

Bimestre: R\$ 151,45 milhões / + 81,3%
Acumulado: R\$ 506,45 milhões / + 57,6%

No bimestre, a arrecadação do grupo subiu 81,3% (+ R\$ 67,92 milhões), atingindo a marca de R\$ 151,45 milhões no quarto bimestre de 2013 contra R\$ 83,53 milhões no mesmo período em 2012, representando uma participação de 3,3% na arrecadação de ICMS no bimestre. O setor econômico responsável pelo crescimento foi o comércio varejista (no segmento especializado em eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo), que representa 37% do grupo dos eletroeletrônicos e subiu 181,9% passando de R\$ 10,8 milhões em 2012 para R\$ 30,4 milhões em 2013, principalmente por causa do movimento econômico registrado em substituição tributária e nos recolhimentos em dívida ativa.

No acumulado, houve um acréscimo de R\$ 185,13 milhões (+ 57,6%), chegando ao valor de R\$ 506,45 milhões arrecadados.

- Alimentação:

Bimestre: R\$ 245,74 milhões / + 62,2%
Acumulado: R\$ 953,65 milhões / + 37,4%

No bimestre houve um aumento de 62,2% (+ R\$ 94,24 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, atingindo o valor de R\$ 245,74 milhões. O setor econômico responsável por este crescimento



foi o comércio atacadista (na atividade econômica de produtos alimentícios) com alta de 175,8% (R\$8,3 milhões em 2012 contra R\$23 milhões em 2013).

No acumulado de 2013, houve um acréscimo de R\$ 259,70 milhões (+ 37,4%), chagando ao valor de R\$ 953,65 milhões.

- Petróleo, combustíveis e gás natural:

Bimestre: R\$ 602,37 milhões / - 37,8 %

Acumulado: R\$ 3.737,01 milhões / + 16,9 %

O grupo econômico de Petróleo, Combustíveis e Gás Natural arrecadou R\$ 602,37 milhões no quarto bimestre, gerando um decréscimo de 37,2% frente ao mesmo período de 2012. Em relação à participação do setor, esta corresponde a 13,1% da arrecadação de ICMS do Estado no bimestre.

A atividade econômica responsável pelo movimento de queda foi produção de refino de petróleo (- 68,8%, representando 20,7% de todo grupo). O segmento de importação registrou queda de 96,4% nesta atividade econômica (R\$ 6,20 milhões em 2013 contra R\$170,60 milhões em 2012). O setor de serviços também influenciou a queda no grupo. O apoio à extração de petróleo e gás natural caiu 69,5% ainda devido às importações (R\$153,4 milhões em 2012 e R\$ 46,8 milhões e, 2013). Em oposição, a atividade de produção e processamento de gás natural freou a queda geral, representando 31,3% do grupo e subindo 135,8%.

No acumulado, o grupo de Petróleo continua com grande representatividade (19,1%). O grupo obteve uma variação de +16,9% de 2012 para 2013 (+ R\$ 539,69 milhões).

- Veículos Automotores:

Bimestre: R\$ 232,45 milhões / + 43,3%

Acumulado: R\$ 840,28 milhões / + 27,24%

O grupo econômico de Veículos Automotores apresentou um acréscimo significativo de 43,3% (+ R\$ 70,24 milhões) comparado ao quarto bimestre de 2012. O grupo representa 5,1% do total do ICMS arrecadado no bimestre.



O setor econômico responsável pelo crescimento foi o da indústria (no segmento especializado na fabricação de automóveis, camionetas e utilitários) que, representando 35,6% do grupo dos veículos automotores, subiu 20% passando de R\$ 287,8 milhões em 2012 para R\$ 345,4 milhões em 2013, principalmente pelo movimento econômico registrado em substituição tributária (essencialmente na modalidade externa) com 39,1% de alta (passou de R\$ 236,9 milhões em 2012 para R\$ 329,5 milhões em 2013).

No acumulado observa-se uma variação positiva de 27,24% (+ R\$ 180,73 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

- Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal:

Bimestre: R\$ 164,47 milhões / + 46,3%
Acumulado: R\$ 627,41 milhões / + 36,4%

A arrecadação do grupo econômico de Perfumaria, Cosméticos e Higiene Pessoal cresceu de 46,3% (+ R\$ 52,04 milhões) comparado ao quarto bimestre de 2012. O grupo representa 3,6% do total do ICMS arrecadado no bimestre.

O setor econômico responsável pelo crescimento foi comércio (o atacadista no segmento especializado em cosméticos e produtos de perfumaria). Essa atividade econômica, representando 53,6% do grupo, subiu 11,3% passando de R\$ 347,00 milhões em 2012 para R\$ 387,30 milhões em 2013 principalmente por causa da substituição tributária (na modalidade externa) que registrou até agora o total de R\$ 198,40 milhões contra R\$ 114,30 milhões em 2012.

No acumulado, houve uma variação positiva de 36,4% (+ R\$ 167,37 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

- Telecomunicações:

Bimestre: R\$ 597,56 milhões / - 8,8%
Acumulado: R\$ 2.543,85 milhões / +2,7%

O grupo econômico de Telecomunicações apresentou um decréscimo de 8,8% (- R\$ 57,41 milhões) do quarto bimestre de 2012 para o mesmo período de 2013. O grupo representa 13% do total do ICMS arrecadado no bimestre.



Os serviços de telefonia celular caíram 24,6%, de R\$ 139,9 milhões em 2012 para R\$ 105,4 milhões em 2013, representando 34,7% do grupo econômico e influenciando negativamente o resultado do grupo no quarto bimestre.

No acumulado observa-se uma variação positiva de 2,7% (+ R\$ 66,97 milhões) em relação ao mesmo período de 2012.

- Bebidas:

Bimestre: R\$ 214,68 milhões / - 1,3%
Acumulado: R\$ 927,69 milhões / -3,2%

No bimestre houve uma queda no segmento de 1,3% (- R\$ 2,73 milhões) em comparação ao mesmo período de 2012, totalizando o valor de R\$ 214,68 milhões de arrecadação no bimestre. O setor econômico responsável pela queda foi o comércio atacadista (principalmente em cerveja, chope e refrigerante), com - 52,9%. A chamada “Lei Seca” vem influenciando também a arrecadação.

Foi na figura da substituição tributária interna que a arrecadação sentiu a baixa, sendo suavizada pelo setor da indústria. A substituição tributária relativa a Cervejas e chopes cresceram 53,9% com representação de 59,6% no grupo.

No acumulado de 2013, houve queda de R\$ 30,71 milhões (- 3,2%), chegando ao valor de R\$ 927,69 milhões.



IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties

Bimestre: R\$ 1.668,61 milhões / - 21%
 Acumulado: R\$ 6.110,67 milhões / - 12,8%

Tabela 20
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	RECEITA PATRIMONIAL	2.112,26	1.668,61	-21,0%	7.005,97	6.110,67
Petróleo	1.849,78	1.507,81	-18,5%	6.001,11	5.631,68	-6,2%
Royalties	491,39	466,59	-5,0%	1.977,49	1.906,78	-3,6%
Participação Especial	1.357,75	1.040,58	-23,4%	4.021,06	3.525,45	-12,3%
FEP	0,63	0,63	0,0%	2,57	2,53	-1,3%
CFT's	131,75	0,00	-100,0%	521,75	0,00	-100,0%
Aplicações Financeiras	98,19	119,72	21,9%	389,33	386,23	-0,8%
Demais Receitas Patrimoniais	32,55	41,08	26,2%	93,77	92,76	-1,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

No quarto bimestre de 2013, as Receitas Patrimoniais alcançaram R\$ 1.668,61 milhões, o que representa um decréscimo de 21% (- R\$ 443,65 milhões) frente ao mesmo período de 2012. No acumulado, pela tabela acima, também se observa queda, porém menos intensa (-12,8%; - R\$ 895,29 milhões).

Tais resultados são explicados, principalmente, pela queda das Receitas de Petróleo, tanto de Royalties quanto de Participação Especial, que representam, conjuntamente, cerca de 90% das Receitas Patrimoniais.

– Petróleo: As receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.507,81 milhões, no quarto bimestre de 2013, o que gerou uma queda de 18,5% frente a 2012. Do total das receitas de petróleo arrecadadas, a maior parte se refere à parcela das Participações Especiais, que são as compensações financeiras extraordinárias devidas pelos concessionários de exploração e produção de petróleo ou gás natural nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade. Estas alcançaram R\$ 1.040,58 milhões, enquanto a parcela proveniente dos Royalties equivale a R\$ 466,59 milhões. A queda da produção do petróleo (- 4,4%) impactou a diminuição das receitas no bimestre, uma vez que o Brent, outra variável que influencia as receitas de petróleo, se manteve constante. A taxa de câmbio sofreu

A Receita Patrimonial obteve uma variação negativa de 21% no 4º bimestre de 2013, fruto, principalmente, da queda nas receitas de petróleo.



um pequeno aumento (+ 2,3%) amortecendo, assim, a queda das receitas de petróleo, já que o Petróleo é negociado em dólar e houve desvalorização cambial. Ainda que com a produção levemente mais baixa, a produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro, segundo dados da ANP, correspondeu a 71,2% do total da produção Nacional.

No acumulado, observa-se uma diminuição menos acentuada nas receitas de petróleo (- 6,2%; - R\$ 369,43 milhões). A queda, no acumulado, mais uma vez, se concentra nas Participações Especiais, que arrecadaram R\$ 3.525,45 milhões, porém com uma variação

Mesmo com a produção de Petróleo mais baixa, esta correspondeu a 71,2% da produção nacional no 3º bimestre de 2013.

Tabela 21

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI - JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (NOV - JUN)		var %
	2012	2013		2012	2013	
Produção (milhões de m ³)	14,77	14,13	-4,4%	60,95	56,17	-7,9%
Brent (US\$)	102,75	102,74	0,0%	112,42	107,97	-4,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,02	2,07	2,3%	1,85	2,03	9,8%

Fonte: Energy Information Administration - EIA, 2012.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 4º bimestre são apresentados os dados de produção do 3º bimestre de 2013.

negativa de 12,3%.

– CFT'S: Como já explicado em edições anteriores, os Certificados Financeiros do Tesouro não geraram receita para o Estado no quarto bimestre de 2013, uma vez que a totalidade da receita foi antecipada para 2012.

– Aplicações Financeiras: as aplicações financeiras, no quarto bimestre, aumentaram 21,9% frente a 2012 (+ R\$ 21,53 milhões), totalizando R\$ 119,72 milhões. Este aumento tem como um dos fatores o aumento da taxa SELIC entre 2012 e 2013. Já no acumulado, observa-se que, até agosto, as receitas provenientes das Aplicações Financeiras arrecadaram R\$ 386,23 milhões representando uma leve queda de R\$ 3,1 milhões (- 0,8%) em relação ao acumulado em 2012.



IV. I.3 Demais Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 718,20 milhões / +4,3%
 Acumulado: R\$ 3.479,04 milhões / + 36,6%

Tabela 22

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	688,65	718,20	4,3%	2.547,23	3.479,04
Receita de Contribuições	158,28	259,50	64,0%	740,98	950,43	28,3%
Receita Agropecuária	0,08	0,01	-81,2%	0,15	0,05	-65,0%
Receita Industrial	0,02	10,36	59820,6%	0,14	113,70	82747,4%
Receita de Serviços	73,02	67,58	-7,4%	241,59	250,86	3,8%
Multas e Juros de Mora	94,66	107,38	13,4%	377,00	398,80	5,8%
Indenizações e Restituições	52,23	-477,57	-1014,4%	128,02	195,81	52,9%
Dívida Ativa	120,18	114,48	-4,7%	396,99	505,26	27,3%
Receitas Diversas	190,20	636,44	234,6%	662,36	1.064,11	60,7%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

As Demais Receitas Correntes tiveram um acréscimo de 4,3% (+ R\$ 29,55 milhões) no 4º bimestre em relação a 2012, influenciadas, principalmente, pelas Receitas Diversas (+ R\$ 446,24), somada ao aumento da Receita de Contribuições (+ R\$ 101,22 milhões), apesar da grande queda na Receita de Indenizações e Restituições (- R\$ 529,79 milhões).

No acumulado, por sua vez, ocorreu um aumento de 36,6% (+ R\$ 931,81 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, suportado pelas Receitas Diversas (+ R\$ 401,75 milhões), Receitas de Contribuições (+ R\$ 209,46 milhões), Receita Industrial (+ R\$ 113,57 milhões), Receita de Dívida Ativa (+ R\$ 113,27 milhões) e Indenizações e Restituições (+ R\$ 67,79 milhões).

– **Receita Industrial:** Houve aumento de R\$ 10,34 milhões (+ 59.820,6%) em relação ao mesmo período do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 10,36 milhões no bimestre, em que predominou a arrecadação em Receitas de Indústrias de produtos farmacêuticos e veterinários.



O acumulado mostrou um aumento de 82.747,4% (+ R\$ 113,57 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, totalizando R\$ 113,70 milhões, justificado pelos motivos citados anteriormente.

– Dívida Ativa:

A receita de Dívida Ativa teve um decréscimo bimestral de R\$ 5,69 milhões (- 4,7%) em relação ao mesmo período de 2012. Essa redução concentra-se na Dívida Ativa do ICMS.

No acumulado, por sua vez, comparativamente ao mesmo período de 2012, houve uma variação positiva de 27,3% (+ R\$ 108,27 milhões) na receita de Dívida Ativa, sendo quase totalmente originada também na Dívida Ativa do ICMS.

No bimestre, as Receitas Diversas apresentaram um expressivo aumento de 234,6% (R\$ 446,24 milhões), composta, principalmente, da receita de venda da folha de pagamentos do BERJ.

– Indenizações e Restituições: Apresentaram um decréscimo de R\$ 529,79 milhões (- 1.014,4%) no bimestre em relação ao mesmo período de 2012, atingindo um valor de R\$ 477,57 milhões negativos. A receita negativa deriva-se de um estorno realizado em julho relacionado a um lançamento de junho de 2013 relativo à venda da Folha do BERJ para o Bradesco no valor de R\$ 500,00 milhões, impactando a análise bimestral mas não a análise pelo acumulado dessa conta. O lançamento foi refeito em julho de 2013 em Receitas Diversas.

No acumulado, houve um acréscimo de 52,9% (+ R\$ 67,79 milhões) em relação ao mesmo período de 2012, influenciado pelo mês de maio.

– Receitas Diversas: Comparativamente ao mesmo bimestre de 2012, houve aumento de 234,6% (+ R\$ 443,24 milhões), totalizando R\$ 636,44 milhões no bimestre. A alta variação é explicada, principalmente, pela receita extraordinária relativa à Venda de Folha do BERJ ao Bradesco por R\$ 500,00 milhões em julho de 2013. Esse lançamento representou 60,9% da receita de Demais Receitas Correntes alcançado no bimestre.

No acumulado, registrou-se um acréscimo de 60,7%, que corresponde a um aumento de R\$ 401,75 milhões em relação ao mesmo período de 2012, reflexo, assim como explicado na análise bimestral, da alta receita de julho de 2013.



IV.I.3.1 Receita de Transferências

Bimestre: R\$ 909,65 milhões / - 7,3%
 Acumulado: R\$ 3.804,88 milhões / + 1,8%

Tabela 23

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	981,24	909,65	-7,3%	3.736,92	3.804,88	1,8%
Transferências da União	518,83	491,65	-5,2%	1.965,51	2.019,46	2,7%
FPE	128,74	145,13	12,7%	644,03	689,48	7,1%
IPI exp	126,69	145,78	15,1%	487,28	537,85	10,4%
IOF	0,01	0,01	38,8%	0,02	0,03	18,1%
CIDE	16,53	0,00	0,0%	54,31	2,93	-94,6%
SUS	92,93	98,19	5,7%	356,12	407,64	14,5%
Salário Educação	63,09	65,30	3,5%	263,36	278,24	5,7%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	57,18	57,18	0,0%
Outras Transferências da União	76,53	22,95	-70,0%	103,20	46,11	-55,3%
FUNDEB	418,71	408,18	-2,5%	1.667,69	1.720,18	3,1%
Convênios	43,65	9,77	-77,6%	103,22	65,16	-36,9%
Outras Transferências Correntes	0,05	0,04	-15,4%	0,50	0,07	-86,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

As Receitas de Transferências apresentaram queda de 7,3% na arrecadação bimestral, representando uma redução de R\$ 71,59 milhões no 4º bimestre de 2013, comparativamente ao mesmo período de 2012.

Apesar da queda bimestral, o resultado acumulado apresentou aumento de 1,8% (+R\$ 67,96 milhões), alcançando o total de R\$ 3.804,88 milhões em 2013.

Na análise bimestral, embora tenha havido crescimento significativo das transferências de FPE (+12,7%, +R\$ 16,38 milhões) e IPI-Exportação (+15,1%, +R\$ 19,09 milhões), não foram arrecadadas receitas suficientes para fazer frente às quedas bimestrais, concentradas principalmente nas contas Outras Transferências da União (- 70%, -R\$ 53,58 milhões) e Convênios (-77,6%-R\$ 33,88 milhões).

As receitas do FUNDEB apresentaram queda bimestral de 2,5% (-R\$ 10,53 milhões). Esse decréscimo deriva-se da redução do coeficiente



de retorno do FUNDEB do Estado do Rio de Janeiro, com base na Portaria Interministerial nº 4 de 07/05/2013¹⁶. Tal coeficiente reduziu em 8,21% a participação do ERJ no coeficiente de retorno.

No acumulado, ainda que com queda citada no coeficiente, a receita do FUNDEB apresentou aumento de R\$ 52,49 milhões (+ 3,1%), determinado pela alta da participação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos dois primeiros bimestres de 2013.

A receita de Convênios apresentou decréscimo de 77,6% no bimestre (- R\$ 33,88 milhões) oriundo, principalmente, da conta Outras Transferências de Convênios da União. Nesta conta, destacaram-se os Convênios com o Ministério da Justiça, Ministério da Cultura/Fundo Nacional da Cultura, Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES e Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Coordenação Geral que, juntos, representam uma queda bimestral de R\$ 30,75 milhões.

O decréscimo acumulado na receita de Convênios também é justificado pela conta Outras Transferências de Convênios da União. Sob essa análise, destacam-se os Convênios com o Ministério da Justiça, Petróleo Brasileiro S/A, Secretaria Nacional de Economia Solidária-SENAES e Subsecretaria de Assuntos Administrativos e Coordenação Geral. O resultado acumulado apresentou queda de 36,9% (- R\$ 38,06 milhões), totalizando R\$ 65,16 milhões arrecadados nos oito primeiros meses de 2013.

O crescimento acumulado de 3,1% (+ R\$ 52,49 milhões) das receitas do FUNDEB é o resultado, principalmente, da boa arrecadação do ICMS nos dois primeiros bimestres de 2013.

¹⁶ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de julho e agosto de 2013, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensaljul13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensalago13.pdf>



IV.I.3.2 Transferências da União

As receitas de Transferências da União apresentaram queda bimestral de 5,2% (- R\$ 27,17 milhões), em relação ao mesmo período de 2012. Contudo, o resultado acumulado mostrou crescimento de 2,7% (+ R\$ 53,95 milhões), alcançando o total de 2.019,46 milhões recebidos de janeiro a agosto de 2013.

– **FPE¹⁷**: A receita de FPE arrecadada no bimestre apresentou crescimento de 12,7% (+R\$ 16,38 milhões), em relação ao mesmo período de 2012.

O FPE tem como fontes o IPI e o IR. O resultado bimestral positivo dessa transferência foi produto do crescimento da arrecadação de ambos. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

Com maior peso nas receitas do FPE, o IR obteve crescimento, principalmente, na parcela referente ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) – Entidades Não Financeiras. Esse resultado é reflexo do crescimento da arrecadação do imposto pago pelas empresas submetidas ao regime da estimativa mensal e pelo aumento nos pagamentos efetuados pelas empresas tributadas pelo lucro presumido.

Contribuíram, também, para este resultado, o Imposto de Renda Retido da Fonte, pelo aumento nos derivados dos Rendimentos do Trabalho decorrente da variação nominal da massa salarial habitual, assim como os Rendimentos de Residentes no Exterior, que apresentou acréscimos nominais nos itens: Royalties e Assistência Técnica e Rendimentos do Trabalho - residentes no exterior.

No acumulado, a receita de FPE teve aumento de 7,1% (+ R\$ 45,45 milhões), alcançando uma arrecadação de R\$ 689,48 milhões. Grande parte da variação acumulada da receita do FPE esteve, novamente, presente no aumento do IR, mais especificamente o

O resultado acumulado positivo do IR explica o aumento nos repasses do FPE, Transferência da União mais significativa para o Estado.

¹⁷ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de julho e agosto de 2013, Receita Federal.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensaljul13.pdf>

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Publico/arre/2013/Analisemensalago13.pdf>



IRPJ. Tal fato explica-se pelo crescimento do imposto pago por estimativa mensal.

Contribuíram também para este resultado o Imposto de Renda Pessoa Física, com o aumento no pagamento das quotas da declaração de ajuste anual e do carnê-leão, e o Imposto de Renda Retido na Fonte, pelo aumento nos derivados dos Rendimentos do Trabalho decorrente da variação nominal da massa salarial habitual. Além disso, merecem destaque, assim como no bimestre, as receitas do Imposto de Renda Retido na Fonte relativo a Rendimentos de Residentes no Exterior, que apresentou acréscimos nominais nos itens: Royalties e Assistência Técnica e Rendimentos do Trabalho - residentes do exterior.

-IPI-EXP: Apresentou aumento bimestral, a despeito da queda no IPI Vinculado à Importação. O principal segmento responsável por esse desempenho foi o IPI-Fumo. Merecem destaque, também, os itens IPI-Automóveis, em função da recomposição parcial de alíquotas para fatos geradores a partir de janeiro de 2013 e IPI-Outros, explicado pelo crescimento na produção industrial. Esses eventos impactaram diretamente a receita do IPI-Exportação, levando ao crescimento de 15,1% no bimestre (+R\$ 19,09 milhões).

No acumulado, o crescimento do IPI ainda deve-se ao desconto a título de restituições (no valor de R\$ 2.480,35 milhões) em janeiro de 2012, o que fez reduzir expressivamente a arrecadação líquida de IPI da União, distorcendo a base de comparação. Esta redução atípica em 2012 acaba por não retratar a queda na arrecadação de IPI em 2013, principalmente do IPI-Vinculado à Importação (queda na alíquota média efetiva) e do IPI-Automóveis (alteração na tabela de incidência para os fatos geradores a partir de maio de 2012). Como dito anteriormente, apesar das quedas nas receitas da União, as receitas do IPI-Exportação apresentaram crescimento acumulado de 10,4% (+R\$ 50,57 milhões).

-SUS: As Transferências do SUS totalizaram no bimestre R\$ 98,19 milhões, o que representa um suave aumento de R\$ 5,26 milhões (+5,7%) em relação ao mesmo período de 2012.

No acumulado, entretanto, a receita apresentou um crescimento de R\$ 51,52 milhões (+ 14,5%), alcançando o total de R\$ 407,64 milhões. O aumento do Repasse Fundo a Fundo do Sistema Único de



Saúde destinou-se, principalmente, ao Programa Teto Estadual de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

–CIDE: O decreto 7.764/12 que entrou em vigor a partir do dia 25 de junho de 2012 reduziu a zero as alíquotas da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a ausência de repasse dessa transferência no bimestre

No acumulado, a CIDE teve redução de R\$ 51,39 milhões (-94,6%) O valor da receita de R\$ 2,93 milhões no acumulado é residual.

A queda de R\$ 51,39 milhões na CIDE ao longo do ano demonstra o impacto da desoneração nas receitas estaduais.

– OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: Com arrecadação de R\$ 22,95 milhões no bimestre, esta receita apresentou redução de 70,0% (-R\$ 53,58 milhões) em relação ao mesmo período de 2012. A queda concentrou-se na conta de Outras Transferências Diretas do FNDE. Esse resultado é reflexo de uma receita atípica em julho de 2012, que acabou por não se repetir em 2013. A mesma transferência foi a principal responsável por retratar queda no acumulado, resultando em queda de 55,3% (- R\$ 57,09 milhões), em comparação com os quatro primeiros bimestres de 2012.

**IV.II Receitas de Capital**

Bimestre: R\$ 1.680,86 milhões / +307,6%
 Acumulado: R\$ 5.741,29 milhões / + 203,4%

Tabela 24

RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012-2013.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (JUL - AGO)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		var %
	2012	2013		2012	2013	
RECEITAS DE CAPITAL	412,41	1.680,86	307,6%	1.892,52	5.741,29	203,4%
Operações de Crédito	257,57	577,43	124,2%	1.413,73	3.237,32	129,0%
Alienação de Bens	0,42	1.000,54	240.155,6%	17,42	2.006,47	11.416,2%
Amortiz. de Empréstimos	37,17	55,63	49,7%	140,64	161,80	15,0%
Transf. de Capital	117,26	47,26	-59,7%	320,65	335,69	4,7%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	#DIV/0!	0,06	0,00	-100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 16/09/2013.

As Receitas de Capital apresentaram aumento bimestral expressivo de 307,6% (+ R\$ 1.268,44 milhões), principalmente, devido ao aumento na receita de Alienações de Bens justificados pela venda de recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA a título de royalties e participações especiais, assim como da receita de Operações de Crédito Internas para Programa de Governo.

Ainda que tenha havido queda de 59,7% (-R\$ 70,00 milhões) nas Transferências de Capital, esse resultado não afetou o bom desempenho bimestral das Receitas de Capital. A queda evidenciou-se na conta de Transferências de Convênios da União destinadas ao PAC, dedicadas ao DNIT (Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transporte) através da Secretaria de Estado de Obras correspondendo a R\$ 85,00 milhões em agosto de 2012 e não se repetindo em 2013.

Entretanto, as Transferências de Capital tiveram saldo positivo no acumulado de 4,7% (R\$ 15,04 milhões). Esse resultado deve-se a mesma transferência citada no parágrafo anterior no mês de junho de 2013, impactando negativamente o bimestre pelo descasamento do fluxo, mas positivamente no acumulado.

No acumulado, além das contas já citadas anteriormente, influenciaram também o bom desempenho das Receitas de Capital as Operações de Crédito Internas para Programas de Governo. O total



acumulado foi de R\$ 5.741,29 milhões, resultado de um aumento percentual de 203,4% (+ R\$ 3.848,77 milhões).

As receitas de Alienação de Bens apresentaram crescimento expressivo de 240.155,6% (+ R\$ 1.000,12 milhões) no bimestre. Esse aumento é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA, no valor de R\$ 900,00 milhões em julho a título de royalties e participações especiais.

No acumulado, essa conta apresentou aumento de 11.416,2% (+ R\$ 1.989,05 milhões). Esse resultado é explicado pelo ingresso financeiro da receita proveniente da Venda de Títulos do RIOPREVIDÊNCIA já citado anteriormente, nos meses de abril e julho, no valor de R\$ 1 bilhão e R\$ 900,00 milhões, respectivamente.

A Receita de Operações de Crédito apresentou crescimento bimestral de 124,2% (+R\$ 319,86 milhões). Esse aumento justifica-se pelo resultado positivo na conta Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo, com destaque para o programa do Metro Linha 4 Fase II.

A venda de títulos do RIOPREVIDÊNCIA garantiu a entrada bimestral de R\$ 900 milhões na Receita de Alienação de Bens.

No acumulado, as Operações de Crédito mostram crescimento de 129,0% (+ R\$ 1.823,59 milhões). Esse alto é resultante das operações de crédito que objetivam financiar programas de governo, sendo os mais expressivos Pro-Cidades II¹⁸, Metro Linha 4 Fase II e PROCOI¹⁹.

¹⁸ A operação de crédito realizada para o Programa de Melhoria da Infra Estrutura do Estado do Rio de Janeiro para Grandes Eventos – PRÓ-CIDADES II/RJ destina-se a complementar os recursos para as seguintes intervenções: Mobilidade Urbana (Linhas 3 e 4 do Metrô, Asfalto e Estação Ferroviária do Maracanã), Segurança Pública, Cultura, Saúde Pública, Educação, Defesa Civil e Saneamento Básico.

¹⁹ Os recursos resultantes da operação de crédito referente ao Programa Coordenado de Investimentos – PROCOI destinam-se a complementar os recursos para a realização das obras de infraestrutura viária da Fundação Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ), do Programa Pró-Moradia, Reforma e Adequação do Estádio do Maracanã, de recuperação do Complexo Lagunar de Jacarepaguá e da Construção de Unidades de Segurança Pública.



V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

Até o 4º bimestre, conforme apresentado na Tabela 25, foram liquidadas R\$ 42,24 bilhões em despesas pelo ERJ, incluindo as intraorçamentárias: R\$ 38,61 bilhões no âmbito do Poder Executivo e R\$ 3,63 bilhões inerente aos demais Poderes e ao Ministério Público Estadual.

No que tange ao orçamento 2013, a dotação atual – despesas autorizadas pela Lei Orçamentária - já alcançou a cifra de R\$ 78,88 bilhões, estando, atualmente, R\$ 2,04 bilhões contingenciados, a fim de manter o equilíbrio da equação orçamentária.

A tabela a seguir evidencia a despesa total do Estado, detalhando, o Poder Executivo dos demais Poderes.

Até o presente bimestre, já foram liquidados R\$ 42,24 bilhões, dos quais R\$ 38,61 bilhões (91,4%) foram executados pelo Poder Executivo.

Tabela 25

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JAN A AGO								R\$ Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2012	DESPESA SEM INTRA	56.436	59.902	2.246	57.656	36.568	34.199	
	DESPESA INTRA	2.351	2.180	0	2.180	1.393	1.314	
	DESPESA TOTAL	58.787	62.081	2.246	59.836	37.961	35.512	
2013	DESPESA SEM INTRA	64.691	69.982	2.042	67.940	40.379	36.766	
	DESPESA INTRA	2.694	2.993	0	2.993	2.268	1.844	
	DESPESA TOTAL	67.386	72.975	2.042	70.933	42.647	38.610	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOT. ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMP.	LIQ.	
2012	DESPESA SEM INTRA	4.854	5.316	0	5.316	3.990	3.109	
	DESPESA INTRA	392	391	0	391	284	246	
	DESPESA TOTAL	5.246	5.707	0	5.707	4.274	3.355	
2013	DESPESA SEM INTRA	4.799	5.344	0	5.344	4.146	3.326	
	DESPESA INTRA	555	563	0	563	361	304	
	DESPESA TOTAL	5.354	5.907	0	5.907	4.508	3.629	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 15/09/2013.



V.II Créditos Adicionais

O Orçamento 2013 do ERJ fixou as despesas em R\$ 69,49 bilhões, excluindo da análise as despesas intraorçamentárias. Até agosto, a LOA foi suplementada em R\$ 5,83 bilhões, evidenciando um acréscimo de 8,40% em relação à previsão inicial autorizada.

Este acréscimo ocorreu, principalmente, pelo ingresso de recursos vinculados, que não integravam o orçamento inicial: no âmbito dos recursos do Tesouro, registra-se notória evolução, R\$ 4,41 bilhões, principalmente por conta das Operações de Crédito contratadas pelo ERJ (R\$ 4,34 bilhões), e nas Demais Fontes de Recursos, acréscimo de R\$ 1,42 bilhão, sendo R\$ 480 milhões oriundos de Convênios e R\$ 943 milhões em outras fontes de recursos - incorporação de superávits financeiros e excesso de arrecadação - conforme indicado na Tabela 26 – Alterações no Orçamento 2013.

As principais ações suplementadas estão apresentadas na Tabela 27 – Alterações Orçamentárias – Principais Ações, merecendo destaque a Implantação de Novas Linhas Metroviárias, +R\$ 1,70 bilhão, seguida da Implantação de Projetos de Infraestrutura, cujo acréscimo até agosto somou R\$ 484 milhões, Gestão do Transporte e Desenvolvimento Urbano, +R\$ 450 milhões, e Implantação de Ações de Apoio Grandes Eventos, com acréscimo de R\$ 398 milhões. Todas suplementadas exclusivamente por Operações de Crédito (FR 11).

O Banco do Brasil foi o principal agente financiador, participando da grande maioria das ações apresentadas, à exceção da "Implantação de Ações de Apoio aos Grandes Eventos", esta conduzida pelo Banco Itaú.

Outras instituições financeiras também atuaram junto ao ERJ no período, como a Caixa Econômica Federal e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (BID), sendo ambos na ação de Reforma do Complexo do Maracanã. Além destes, o BNDES apresentou-se como importante agente propulsor da ação Implantação de Novas Linhas Metroviárias.

Tabela 26 – Alterações no Orçamento 2013

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO 2013				RS Milhões
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOT. ATUAL	
TESOURO	49.869	4.412	54.281	
OP. CRÉDITO	6.092	4.344	10.436	
DEMAIS FONTES	19.622	1.423	21.045	
CONVÊNIOS	1.898	480	2.378	
OUTRAS	17.724	943	18.667	
TOTAL	69.491	5.835	75.326	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 15/09/2013

Exceto despesas intra-orçamentárias

Tabela 27 – Alterações Orçamentárias – Principais Ações

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO 2013				RS Milhões
PRINCIPAIS AÇÕES	ALT. ORÇAMENTÁRIAS			
	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS	CANCELAMENTO	
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	Oper. Crédito	1.703	0	
	Oper. Crédito	497	0	
Implantação de Projetos de Infraestrutura	Impostos	0	13	
	TOTAL	497	13	
Gestão do Transporte e Desenvolvimento Urbano	Oper. Crédito	450	0	
Implantação de Ações de Apoio Grandes Eventos*	Oper. Crédito	398	0	
	Oper. Crédito	189	0	
Reforma do Complexo do Maracanã	Impostos	150	0	
	TOTAL	339	0	
SUBTOTAL		3.387	13	
OUTRAS DEMANDAS		4.549	2.088	
	TOTAL	7.936	2.101	
ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A AGO 2013				5.835

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 15/09/2013

Exceto despesas intra-orçamentárias

OBS: *R\$ 154 mil de impostos e convênios



V.III Despesas por Fontes

No período de janeiro a agosto, as despesas custeadas com Recursos do Tesouro atingiram 69,73% (R\$ 27,95 bilhões) do total da despesa liquidada pelo ERJ. Basicamente tal montante foi suportado pelos Recursos Provenientes de Impostos (Fonte 00), receitas arrecadadas diretamente pelo Tesouro Estadual: R\$ 19,81 bilhões liquidados nesta fonte, representando 49,4% do total da despesa.

Tabela 28 – Despesas por FR

DISCRIMINAÇÃO	DESPESA POR FONTE DE RECURSO			Variação	
	JAN A AGO		2013		
	2012	2013			
RECURSOS DO TESOURO	26.631	27.954	4,97%		
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	10.677	12.137	13,7%		
TOTAL	37.307	40.092	7,46%		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

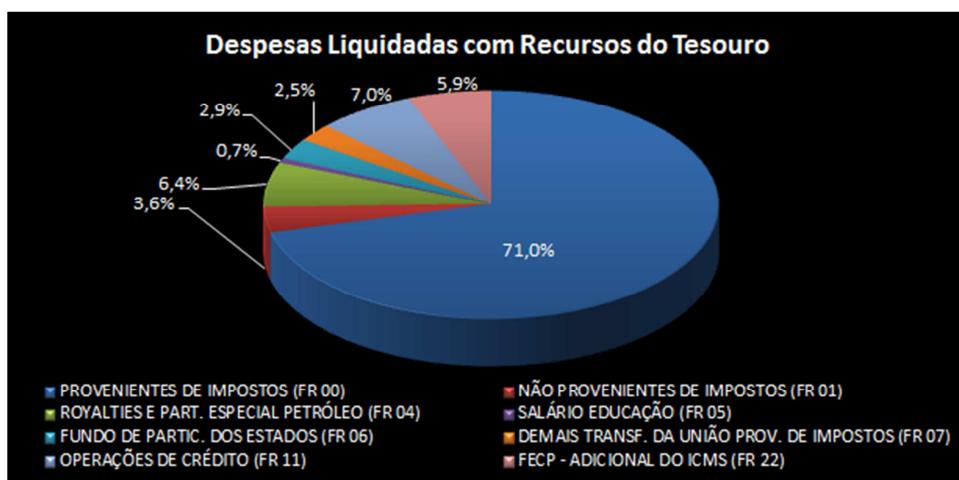
Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Quando comparada ao mesmo período de 2012, verifica-se um crescimento de 4,97% (+R\$ 1,32 bilhão) nos Recursos do Tesouro. Nas Outras Fontes, a execução foi maior em 13,7% (+R\$ 1,46 bilhão), justificado basicamente pelo pagamento de inativos e pensionistas na FR 10 – arrecadação própria.

Discriminando as despesas liquidadas pelo ERJ financiadas com Recursos do Tesouro, constata-se que algumas FR apresentaram relevante crescimento, quando comparadas a igual período do exercício financeiro anterior: Demais Transferências da União Provenientes de Impostos (FR 07), +R\$ 407,86 milhões; Operações de Crédito (FR 11), +R\$ 1.163,87 milhões; e FECP - Adicional do ICMS (FR 22), +R\$ 323,01 milhões.

O Gráfico 5 demonstra a participação dessas fontes na composição dos Recursos do Tesouro.

Gráfico 5





Cabe ressaltar que os recursos recebidos da União, vinculados à FR 07 apresentaram expressiva participação no pagamento da Dívida Pública Interna (R\$ 563,59 milhões).

A Tabela 29 – Ações Financiadas demonstra as principais ações financiadas com Operações de Crédito, evidenciando que os maiores valores aplicados foram:

- na Implantação do Arco Metropolitano, com as obras complementares da Rodovia BR-493/RJ, trecho compreendido entre o entroncamento BR-40/116 ao entroncamento BR-101 (Sul);

- a implantação de novas linhas metroviárias, Linha 4 do Metrô (Barra / Zona Sul) sob a gestão da RIOTRILHOS;

- melhoria no sistema de transporte ferroviário com o adiantamento da entrega de mais 14 trens refrigerados, o que possibilitará um grande avanço na qualidade do serviço prestado aos passageiros da Supervia;

- obras de modernização da estação ferroviária do Maracanã, transformando-a numa estação multimodal, integrando os sistemas de trem e metrô.

- reestruturação das Delegacias Legais, com a implantação de 145 unidades, oferecendo melhores condições de trabalho aos policiais e atendimento mais adequado ao público.

- reforma do complexo do Maracanã, que contempla a reforma no Estádio Mario Filho (Maracanã), adequando-o aos pré-requisitos estabelecidos pela FIFA para realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

Com relação aos Recursos de Outras Fontes, as despesas liquidadas até agosto somaram R\$ 12.137 milhões, 13,7% maior do que em 2012 (+R\$ 1.460 milhões).

A maior participação (77,30%, ou seja, R\$ 9.382 milhões) ocorreu na FR10 (Arrecadação Própria da Administração Indireta), basicamente RIOPREVIDÊNCIA no pagamento de inativos e pensionistas, sendo seguida pela FR 15 (FUNDEB –

Tabela 29 – Ações Financiadas

Ações Financiadas com Operações de Crédito		Em R\$
JAN-AGO 2013	Valor	
Ampliação da Rede e Melhor da Infraestrutura	15.972.645	
Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios	19.807.097	
Apoio aos Municípios	12.084.329	
Aquisição de Embarcação	17.107.475	
Gestão da Dívida Interna-Refinanciada	38.534.866	
Gestão da Frota da PMERJ	35.771.796	
<i>Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ</i>	<i>84.234.493</i>	
Impl Rest,Melh Rod, Rod Vicinais e Obras Arte	17.115.607	
Implant e Melh da Infraestr Viária – Pró-Vias	32.264.315	
<i>Implantação de Novas Linhas Metroviárias</i>	<i>1.058.275.578</i>	
Implantação de Projetos de Infraestrutura	187.625.704	
<i>Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II</i>	<i>13.492.210</i>	
<i>Melhoria Transp Copa 2014 e Olimpíadas 2016</i>	<i>14.867.198</i>	
Recup Reg. Serrana	13.544.154	
<i>Reestr Delegacias Legais e Órg Investigativos</i>	<i>28.451.566</i>	
Reforma do Complexo do Maracanã	317.409.882	
Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	13.025.719	
<i>Demais Ações</i>	<i>42.261.457</i>	
TOTAL	1.961.846.092	

FONTE : SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG / SIAFEM 16.09.2013



Linha 4 Barra / Zona Sul



Estado adianta entrega de novos trens



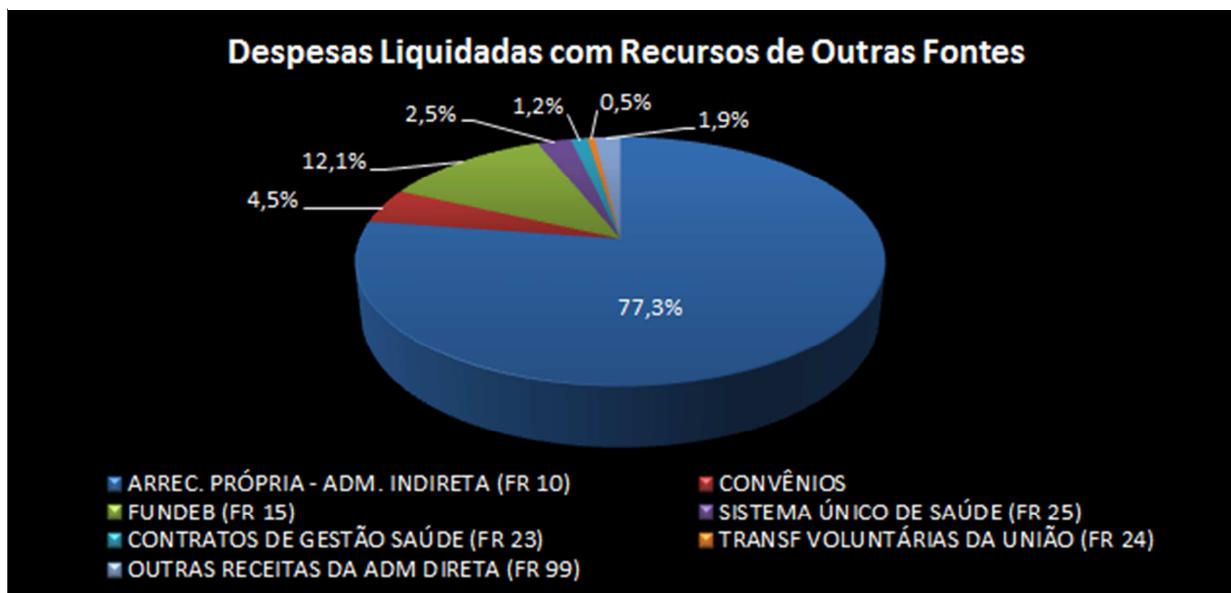
Unidade implantada pelo programa, no município de Cantagalo.



retorno de parcela dos recursos repassados ao FUNDO do ERJ, para aplicação em sua rede de Ensino), R\$ 1.465 milhões (12,07%).

O gráfico abaixo demonstra a participação dessas fontes na composição deste grupo de FR. Incluem-se nesta análise as despesas financiadas com a FR 23 - Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde, para pagamento de servidores contratados pela Fundação Saúde (R\$ 146,82 milhões).

Gráfico 6



V.IV Despesas por Grupo

Tabela 30 – Despesa por Grupo

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JUL A AGO			JAN A AGO		
		2012	2013	Variação %	2012	2013	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.475	2.975	20,21%	9.282	11.071	19,27%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	1.883	2.363	25,51%	6.990	8.581	22,76%
	1.2 - OUTROS PODERES	593	613	3,38%	2.292	2.490	8,63%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	422	443	5,05%	1.690	1.869	10,54%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.766	5.632	-2,32%	22.779	22.230	-2,41%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	1.811	2.256	24,55%	5.641	6.842	21,28%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	1.613	2.011	24,65%	5.010	6.132	22,40%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	198	245	23,70%	631	709	12,41%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	1.802	2.012	11,67%	6.830	7.710	12,89%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.369	1.364	-0,38%	7.177	7.679	6,98%
CAPITAL	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)				1.388	1.293	-6,85%
	3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.369	1.364	-0,38%	5.789	6.386	10,30%
	SUBTOTAL CORRENTE	8.663	9.051	4,48%	33.752	35.169	4,20%
	FUNDEB	783	800	2,09%	3.131	3.508	12,05%
	4 - INVESTIMENTOS	699	1.122	60,48%	2.013	2.975	47,79%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	629	1.075	70,98%	1.828	2.849	55,85%
	4.2 - OUTROS PODERES	71	48	-32,76%	185	126	-31,89%
	4.3 - RESTITUIÇÃO DE REC.TERCEIROS						
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	18	31	69,73%	127	89	-30,03%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	359	454	26,30%	1.416	1.859	31,28%
TOTAL CAPITAL		1.077	1.607	49,23%	3.556	4.923	38,45%
TOTAL GERAL		9.740	10.658	9,43%	37.307	40.092	7,46%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Posição SIG/SIAFEM: 16/09/2013

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

*Em 2013, o cálculo do FUNDEB passou a ser feito por meio de contas redutoras.



A análise pela ótica da classificação econômica da despesa pública dá visibilidade ao peso de cada Categoria no total aplicado no período.

A Tabela 30 – Despesa por Grupo, apresentada acima, demonstra as despesas realizadas por categoria econômica e por grupo de despesa, correlacionando os valores apurados neste 4º bimestre e no acumulado do ano com os averiguados no exercício anterior.

As Despesas Correntes, aí consideradas as despesas de pessoal, inativos, custeio e as vinculações constitucionais e legais, requereram 87,72% do gasto até agosto, enquanto as Despesas de Capital 12,28%. O total liquidado no semestre, 54,71% da dotação disponível, está compatível com a execução do período, já que no segundo semestre do exercício a execução tende a acelerar em função do cumprimento de etapas relativas aos investimentos em andamento, iniciando a liquidação a partir desta fonte de recurso.

Até agosto, o ERJ executou, incluindo o FUNDEB, R\$ 40,09 bilhões em despesas, 54,71% do orçamento disponível. Um aumento de 7,46% (+R\$ 2,78 bilhões) frente ao mesmo período de 2012.

As Despesas de Custeio, direcionadas à manutenção das atividades dos órgãos e aos principais programas de Governo, cresceram neste 4º bimestre 24,55% (+R\$ 444,57 milhões) e, no acumulado, 21,28% (+R\$ 1.200,37 milhões). Grande parte desse crescimento é resultado da expansão de programas de cunho social, como Rio 2016, que desenvolve atividades esportivas com crianças e adolescentes nas comunidades e o Renda Melhor que foi estendido para todos os municípios do ERJ.

As Despesas com Investimentos cresceram 47,79% (+R\$ 962,15 milhões) no acumulado até agosto e no bimestre, em relação ao mesmo período de 2012, 60,48% (+R\$ 422,99 milhões). Reflexo direto das ações de implantação das novas linhas metroviárias (Linha 4 do metrô), da aquisição de novas embarcações e da finalização das obras no complexo do Maracanã.

O pagamento da Amortização da Dívida apresentou variações significativas tanto no bimestre (+26,30%, ou seja, +R\$ 442,90) como no acumulado (+31,28%, +R\$ 94,51 milhões), seguindo assim as variações da receita, tendo em vista que o pagamento toma por base a aplicação do teto de 13% da Receita Líquida Real, conforme estabelecido pela Lei Federal nº 9.496/97.



A seguir estão detalhados os gastos, as variações e as principais ações por grupo de despesa.

➤ **Despesas de Pessoal**

Tabela 31 – Despesas de pessoal das principais áreas JAN a AGO 2013

ÓRGÃO	JUL A AGO		Variação %	JAN A AGO		Variação %	R\$ Milhões
	2012	2013		2012	2013		
Bimestre 2013:							
R\$ 2,98 bilhões/ + 20,21%	Segurança	518	765	47,78%	1.891	2.594	37,15%
	Educação	399	519	30,23%	1.506	1.742	15,70%
	Saúde	206	194	-5,63%	801	793	-0,96%
Acumulado 2013:	Defesa Civil	155	178	15,06%	533	692	29,88%
R\$ 11,07 bilhões/ +19,27%	Ciência e Tecnologia	161	185	14,60%	601	681	13,34%
	DEMAIS ÁREAS	1.037	1.134	9,37%	3.950	4.567	15,63%
	TOTAL	2.475	2.975	20,21%	9.282	11.071	19,27%

Na Tabela 31 – Despesas de pessoal das principais, nas Despesas de Pessoal, os órgãos que apresentaram as maiores variações até o 4º bimestre do exercício estão destacados.

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Com variação significativa, as áreas de Educação, Segurança e Defesa Civil representaram um aumento na despesa de pessoal no período janeiro a agosto de R\$ 1,01 bilhão. Esta variação reflete tanto os reajustes salariais (Educação: +8% em 2013 e Segurança e Defesa Civil: antecipação do reajuste concedido de forma parcelada), quanto os benefícios concedidos às áreas (auxílio moradia, gratificações de desempenho, vale-alimentação para servidores da Educação).

A Tabela 32 – Despesas de Pessoal descreve a composição dos gastos com pessoal na área de Segurança Pública. Em relação às gratificações concedidas, merecem destaque as decorrentes da Redução de Criminalidade (desempenho), o PROEIS - Programa Estadual de Integração na Segurança, o RAS - Regime Adicional de Serviços e a gratificação concedida a policiais alocados em Unidades de Polícia Pacificadora

Tabela 32 – Despesas de Pessoal da área de Segurança

Despesas de Pessoal	Acumulado JAN - AGO			Em R\$
	2012	2013	Var %	
Folha de Pagamento	1.868.709.732	2.543.676.335	36,12%	
PROEIS	3.816.703	6.265.812	64,17%	
RAS	936.493	8.331.837	789,68%	
UPP	17.978.569	35.882.563	99,59%	
Total	1.891.441.497	2.594.156.547	37,15%	

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



A gratificação por Redução de Criminalidade foi reajustada em 50%. Através do incentivo concedido, o Estado pôde fixar metas com o propósito de atender aos índices planejados pelo Sistema de Metas e Acompanhamento de Resultados da Secretaria de Segurança, resultando diretamente na queda do número de ocorrências de homicídios, roubo de veículos e roubo a pedestres.

Outro importante benefício concedido, a gratificação aos policiais que atuam em Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), proveniente do acordo de cooperação técnica entre o ERJ e a Prefeitura do RJ, apresentou forte crescimento até agosto, sobretudo em decorrência ao aumento de 50% no pagamento destes servidores: +99,59%, ou seja, +R\$ 17,90 milhões.

A Tabela 33 – Gratificações da área de Segurança apresenta um comparativo do aumento concedido nas gratificações da Segurança.

Tabela 33 – Gratificações da área de Segurança

GRATIFICAÇÕES DA ÁREA DE SEGURANÇA	DECRETO ANTERIOR	NOVO DECRETO
Pagamento da Gratificação	Anual	Semestral
1º Lugar - RISPs: Premiação por produtividade aos servidores lotados e em efetivo exercício nas atividades administrativas da Região Integrada de Segurança Pública - RISP que se colocar em primeiro lugar	1.500	13.500
1º ao 3º AISPs: Premiação por produtividade aos servidores lotados e em efetivo exercício em unidades integrantes da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro vinculadas às Áreas Integradas de Segurança Pública - AISPs que se colocarem nos três primeiros lugares	1.500 1.000 750	13.500 9.000 6.750
1º ao 3º RISPs e AISPs não contemplados nos dois acima	500	entre 4.500 e 5.395,50 3.000 1.500
Inovação: Premiação por inovação a ser paga aos servidores lotados e em efetivo exercício nas Unidades Policiais Especializadas ou Especiais da Polícia Civil e da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, que apresentem as três melhores iniciativas para o controle da criminalidade.	1.500 1.000 750	13.500 9.000 6.750

Neste 4º Bimestre, houve um aumento das despesas do Estado com Pessoal: foram executados R\$ 2,98 bilhões – um aumento de 20,21%, ou seja, R\$ 500,28 milhões.

No acumulado, incremento de R\$ 1.788,47 milhões (+19,27%).



Na área de Educação, o crescimento de R\$ 236,47 bilhões (+15,70%) no acumulado é reflexo das ações adotadas para valorização do servidor. Neste exercício, foi concedido, a partir de junho, reajuste salarial de 8% aos servidores ativos da Secretaria de Educação, DEGASE e FAETEC; aumento dos Adicionais de Qualificação e enquadramento por formação e antecipação do pagamento do Programa Nova Escola prevista para finalizar em 2015.

➤ **Outras Despesas Correntes**

Tabela 34

AÇÕES	NO BIMESTRE		Variação	JAN A AGO		Variação	R\$ Milhares
	2012	2013		2012	2013		
Apoio às Ações de Saúde*	243.019	434.533	78,81%	739.747	1.175.201	58,87%	Bimestre 2013: R\$ 5,45 bilhões / + 13,63 %
Ações dos Demais Poderes	197.671	244.523	23,70%	631.104	709.416	12,41%	
Operacionalização do Bilhete Único	89.890	70.092	-22,02%	289.422	325.953	12,62%	
Apoio às Ações de Educação**	83.583	123.686	47,98%	283.971	309.122	8,86%	
Renda Melhor + Aluguel Social	56.621	50.677	-10,50%	163.014	199.943	22,65%	
Alimentação dos Apenados e Custodiados	32.674	42.942	31,43%	105.140	114.522	8,92%	
Conservação e Operação de Rodovias	21.989	38.651	75,78%	106.035	108.721	2,53%	
FAPERJ***	40.905	19.922	-51,30%	98.521	84.252	-14,48%	
Incentivo ao Esporte****	16.960	11.068	-34,74%	49.197	77.900	58,34%	
Demais Desp. Custeio	1.027.842	1.219.629	18,66%	3.175.113	3.736.601	17,68%	
Subtotal CUSTEIO	1.811.153	2.255.724	24,55%	5.641.263	6.841.630	21,28%	
INATIVOS E PENSIONISTAS	1.802.204	2.012.481	11,67%	6.829.543	7.709.592	12,89%	
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.369.492	1.364.250	-0,38%	7.177.464	7.678.612	6,98%	
TOTAL	4.982.850	5.632.455	13,04%	19.648.271	22.229.835	13,14%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

* Op. Unid. Própr. Hosp.e Amb.; Op. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart.; Op. UPAS Própr. p/ OS + Contrat. Serv. Saúde Priv.; Op. Serv. Saúde Unid. Própr. Gest. Compart.; Assist. Hosp. e Amb. em Méd. e Alta Complex.; Apoio UPAS Municipalizadas; Apoio Hospital Pedro Ernesto

** Nutrição Escolar; Apoio aos Serviços Educacionais; Autonomia Financeira e Administrativa das Escolas; Transporte Escolar

*** Apoio a Estudantes e Pesquisadores; Desenv. Estudos e Pesquisas

**** Rio 2016; Realização de Atividades Esportivas

As Outras Despesas Correntes também registraram crescimento, quando comparadas ao período anterior, tanto no bimestre como no acumulado: 13,04% (+R\$ 649,60 milhões) e 13,14% (+R\$ 2,68 bilhão) respectivamente. A Tabela 34 apresenta as principais ações executadas, com destaque para as ações de Saúde que apresentaram notável variação no acumulado – +58,87%, em valores absolutos R\$ 435,45 milhões – como no bimestre (+78,81%, +R\$ 191,51 milhões), resultado da implantação do Sistema de Gestão Compartilhada Parcial e Integral nas Upas e em Unidades Próprias, além da contratação de Serviços de Saúde, Assistência Hospitalar, Ambulatorial em Medicina de Alta Complexidade e Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto.

No 4º bimestre de 2013, em Outras Despesas Correntes, foram aplicados R\$ 5,63 bilhões (+13,04%), e, no acumulado, R\$ 22,23 bilhões (+13,14%).



O Programa Bilhete Único somou R\$ 325,95 milhões (+12,62%) até agosto. A utilização do benefício já supera 273 milhões de transações em 2013, 20 milhões a mais do que no mesmo período em 2012.

Também merecem destaque as ações Renda Melhor e Aluguel Social, com significativo aumento de R\$ 36,93 milhões no ano (+22,65%), quando comparado ao mesmo período de 2012, resultado do aumento de beneficiados, estendido a 91 municípios do ERJ.

Outra importante ação do ERJ, a Conservação e Operação de Rodovias, liquidou até o momento R\$ 108,72 milhões, dos quais R\$ 38,65 milhões foram utilizados no 4º bimestre - 75,78% a mais do que no mesmo período de 2012 - demonstrando a permanente preocupação do Governo com a manutenção da malha rodoviária do ERJ.



➤ Investimentos e Inversões Financeiras

Tabela 35 - Investimento e Inversão Financeira
Principais Ações

Acumulado 2013:
R\$ 924,55 milhões/ + 43,19%

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A AGO		Variação(%)
	2012	2013	
Reequipamento de Unidades Educacionais	969.652	21.648.890	2132,65%
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	201.649.557	1.058.275.578	424,81%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	72.237.835	191.181.946	164,66%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	70.389.884	172.368.435	144,88%
Reforma do Complexo do Maracanã	197.982.502	467.409.882	136,09%
Projetos de Saneamento e Gestão Ambiental	42.805.497	93.319.007	118,01%
Atividades de Segurança e Polícia Integrada	22.417.914	24.540.682	9,47%
Melhoria no Transporte - Copa 2014 e Olimpíadas 2016		33.720.012	
Infraestr. Viária – Pró-Vias e Transp. Ferrov - PET II	140.076.729	45.756.525	-67,33%
Recuperação Física TJ e Modernização da Prestação Jurisdicional	232.715.363	87.467.665	-62,41%
Implantação Viária em Volta Redonda e Apoio aos Municípios	227.324.322	48.646.891	-78,60%
Recuperação da Reg. Serrana e Apoio ao desenvolvimento dos municípios e locais atingidos por catástrofes	165.327.945	47.779.447	-71,10%
Desenv Sustentável de Bacias Hidrográficas e Bacias da Baía de Guanabara	54.675.162	32.755.807	-40,09%
Produção e Recuperação de Unidades Habitacionais/ Urbanização de Assentamentos Irregulares	77.516.206	65.317.010	-15,74%
Principais Ações Subtotal	1.506.088.568	2.390.187.776	58,70%
Demais Ações	633.509.932	673.565.758	6,32%
TOTAL	2.139.598.500	3.063.753.534	43,19%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

A Tabela 35 - Investimento e Inversão Financeira demonstra as variações mais significativas dos principais Investimentos e Inversões Financeiras do Governo Fluminense.

Na área de Educação a despesa adicional de R\$ 20,68 milhões se destinou à aquisição de mobiliários para unidades escolares, confirmado a preocupação dos gestores públicos em disponibilizar aos seus alunos e ao corpo docente um ambiente favorável à difusão do conhecimento com qualidade.

O projeto de Implantação de Novas Linhas Metroviárias (Linha 4) se destaca com notória variação positiva de 424,81% em relação ao mesmo período de 2012 (+R\$ 856,63 milhões).

A Implantação de Projetos de Infraestrutura apresentou relevante variação no período: +164,66%, em valores absolutos R\$ 118,94 milhões. Esta ação procura atender aos projetos de engenharia e

Neste bimestre, o ERJ ampliou suas despesas com Investimentos e Inversões Financeiras: foram executados R\$ 3,06 bilhões em importantes ações do Estado. Um aumento de 43,19% (+R\$ 924,16 milhões).



modernização da malha rodoviária estadual, além dos serviços de melhorias operacionais e conservação de rodovias.

A Implementação do Arco Metropolitano, ação de elevada importância para o desenvolvimento da economia fluminense, contempla obras e serviços de implantação, terraplanagem e drenagem nas rodovias construídas ao entorno da Região Metropolitana do Rio de Janeiro com a missão de desviar o intenso tráfego de veículos que atravessam a cidade do Rio de Janeiro, diminuindo assim os congestionamentos nas principais vias acessos da cidade. No exercício, o Governo do Estado já direcionou R\$ 172,37 milhões para a concretização das etapas que envolvem o cronograma do projeto, sinalizando com um aumento de R\$ 101,98 milhões frente ao repassado no mesmo período de 2012.

O projeto de Reforma do Complexo do Maracanã teve considerável aumento de R\$ 269,43 milhões no período analisado (+136,09%), recurso direcionado à reforma no Estádio Mario Filho. Para a implementação desta obra, foi realizado um consórcio entre as empresas IMX, Odebrecht e AEG – Contrato de PPP (Parceria Público Privada), na modalidade Concessão Administrativa, demonstrando a preocupação do Estado fluminense com a viabilidade econômica e financeira do projeto.

O projeto de Saneamento e Gestão Ambiental, com variação de 118,01% (+R\$ 50,51 milhões), refere-se principalmente a ações realizadas com recursos do FECAM, fundo que tem como propósito atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais e de desenvolvimento urbano. Essas ações englobam diversas áreas, tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos d'água, educação ambiental, implantação de novas tecnologias menos poluentes, despoluição de praias e saneamento.

Na área de transportes, destaque para a aquisição de sete novas embarcações destinadas à travessia Rio-Niterói e melhoria do transporte para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016. As novas embarcações foram adquiridas através de um contrato com o estaleiro chinês pertencente a holding China Shipping Group.



V.V Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ²⁰, FECAM²¹ e FEHIS²².

Para os setores estratégicos, de responsabilidade de cada ente da Federação, Educação e Saúde, a Constituição Federal, em seus artigos 198 e 212, estabelece percentuais mínimos de aplicação para cada uma das esferas de Governo. No caso dos Estados esse percentual é de 12% para a área de Saúde e de 25% para Educação. Na base de cálculo são consideradas a arrecadação de impostos e as transferências recebidas da União.

Em âmbito regional, a Constituição Estadual, em seu art. 332 estabelece que 2% da receita tributária (deduzidas as transferências e vinculações legais) sejam aplicados em pesquisas, através da Fundação de Amparo à Pesquisa – FAPERJ; a Lei Nº 1.060/1986 vincula 5% da receita proveniente da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás ao Fundo Estadual de Controle Ambiental – FECAM; e a Lei nº 4.056, destina 10% da receita do Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECP), ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – FEHIS.

A Tabela 36 – Execução dos Índices Constitucionais apresenta a execução parcial dos índices até o quarto bimestre de 2013, evidenciando a relação cumprida no período: despesa liquidada / receita arrecadada (base de cálculo), seguindo os parâmetros exigidos para a contabilização desses índices.

O acompanhamento bimestral representa uma ferramenta fundamental para corrigir possíveis desvios ao longo do ano, já que o cumprimento do índice, é apurado no encerramento do exercício, após contabilizadas a receita e a despesa realizadas.

Tabela 36 – Execução dos Índices Constitucionais

PERÍODO	EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			R\$ Milhares	
	JAN - AGO		Variação %		
	2012	2013			
EDUCAÇÃO					
RECEITA BASE	18.561.589	21.013.474	13,21%		
DESPESA LIQUIDADA*	4.383.352	5.283.515	20,54%		
FUNDEB**	3.130.985	3.508.357	12,05%		
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	4.640.397	5.253.368	13,21%		
% ÍNDICE	23,62%	25,14%	1,53%		
SAÚDE					
RECEITA BASE	18.561.565	21.013.446	13,21%		
DESPESA LIQUIDADA***	1.662.675	2.106.041	26,67%		
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.227.388	2.521.614	13,21%		
% ÍNDICE	8,96%	10,02%	1,06%		
FAPERJ					
RECEITA BASE	11.041.708	12.535.133	13,33%		
DESPESA LIQUIDADA	222.302	215.016	-3,28%		
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	220.834	250.703	13,53%		
% ÍNDICE	2,01%	1,72%	-0,30%		
FECAM					
RECEITA BASE	5.727.768	5.058.781	-11,68%		
DESPESA LIQUIDADA	119.145	151.904	27,49%		
MÍNIMO A SER APLICADO (5%)****	286.388	283.445	-1,03%		
% ÍNDICE	2,08%	3,00%	0,92%		
FEHIS					
RECEITA BASE	1.687.888	1.816.637	7,63%		
DESPESA LIQUIDADA	158.817	136.374	-14,13%		
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	168.789	181.664	7,63%		
% ÍNDICE	9,41%	7,51%	-1,90%		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

** Valor pela Conta Redutora em 2013

*** Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde e desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 exercícios.

**** Em 2013, inclui valor equivalente a 5% da receita somado ao adicional do Pré-Sal.

²⁰ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

²¹ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

²² FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



➤ **Educação**

Neste exercício as transferências para o FUNDEB estão sendo contabilizadas em conta redutora de receita, não mais havendo execução orçamentária de dotações alocadas nos Programas de Trabalho que identificavam a Perda Líquida do Estado (parcela aplicada pelo Estado nos seus municípios) e o Retorno do FUNDEB (aplicação direta na Rede Pública Estadual). Os R\$ 3,5 bilhões executados, demonstrados na Tabela 37 – Aplicação na Função, até o quarto bimestre, correspondem à totalidade dos recursos repassados ao FUNDEB, conforme dispõe a Lei Nº 11.494/2007. Os recursos que retornam ao Estado, para sua Rede de Ensino, são aplicados pela SEEDUC na FR 15 para identificar sua origem.

Até o 4º bimestre de 2013, a despesa liquidada, na Função Educação com recursos próprios do ERJ alcançou R\$ 5,28 bilhões (+R\$ 900,16 milhões quando comparada a 2012.). Até o 4º bimestre a despesa liquidada já ultrapassa o limite mínimo de 25% da receita base, evidenciando não só a celeridade da execução orçamentária como o crescimento de 13,2% da receita base.

No grupo Outras Despesas Correntes, o FUNDEB, aqui incluída a perda líquida, participou com 66,40% das aplicações (R\$ 3,58 bilhões), sendo responsável pelo acréscimo de R\$ 377,37 milhões em relação ao mesmo período do exercício passado. Aqui cabe esclarecer que, embora classificado como Outras Despesas Correntes por se tratar de uma despesa de transferência, parcela expressiva desses recursos é aplicada em gastos de pessoal de SEEDUC – R\$ 1,73 bilhão.

As despesas de pessoal, realizadas com recursos da FR 00 (Impostos e Transferências), conforme Tabela 37 – Aplicação na Função, cresceram 50,46%, (+R\$ 400,53 milhões em valores absolutos). Aqui cabe destacar o pagamento de R\$ 45,22 milhões pela SEEDUC em bonificação por resultado para os profissionais de 387 escolas da Rede que cumpriram as metas pré-estabelecidas pela Secretaria, contemplando 19 mil professores. Esta medida visa não só a melhoria do ensino e da aprendizagem como também a valorização dos profissionais da Educação.

Para melhor avaliar os gastos de pessoal da função Educação, ao valor indicado na Tabela 37 – Aplicação na Função, deve-se somar a

Tabela 37 – Aplicação na Função

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação
	2012	2013		
Pessoal	793.756.189	1.194.283.756	50,46%	22,60%
Outras Desp. Correntes	3.521.541.637	4.043.091.583	14,81%	76,52%
Custeio*	390.556.203	534.734.853	36,92%	10,12%
FUNDEB*	3.130.985.434	3.508.356.730	12,05%	66,40%
Investimento/Inversões	68.296.129	50.901.373	-25,47%	0,96%
RP Cancelado	(241.637)	(4.762.034)	1870,74%	-0,09%
TOTAL	4.383.352.318	5.283.514.678	20,54%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

* A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral.



parcela paga com recursos do FUNDEB (R\$ 1,73 bilhão), o que eleva o gasto total para R\$ 2,92 bilhões.

O Custeio (Outras Despesas Correntes) apresentou uma variação relevante em relação às despesas liquidadas, atingindo uma variação positiva de 36,92% (+R\$ 144,18 milhões). Este acréscimo está representado pelo maior gasto na SEEDUC a partir da implantação de benefícios para a categoria os quais já foram citados em edições anteriores deste Boletim. Até o 4º bimestre foram gastos R\$ 32,66 milhões no Auxílio-Alimentação e R\$ 10,64 milhões no Auxílio Transporte.

A Tabela 38 – Distribuição do índice por UO abaixo apresenta a distribuição da despesa do Índice referente à educação, por Unidade Orçamentária do ERJ.

Tabela 38 – Distribuição do índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	317.098.921	688.598.175	117,16%	38,69%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	395.198.069	474.523.646	20,07%	26,66%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	366.596.099	424.137.078	15,70%	23,83%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	70.753.131	83.131.729	17,50%	4,67%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	76.727.348	79.314.074	3,37%	4,46%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	15.102.256	15.995.066	5,91%	0,90%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	11.132.698	14.220.215	27,73%	0,80%
Total das Unidades Orçamentárias**	1.252.608.520	1.779.919.982	42,10%	33,69%
FUNDEB**	3.130.985.434	3.508.356.730	12,05%	66,40%
RP Cancelado**	(241.637)	(4.762.034)	1870,74%	-0,09%
TOTAL DO ÍNDICE	4.383.352.318	5.283.514.678	20,54%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Participação calculada com base no Total do Índice da Educação.

Em relação às demais unidades executoras da Função, a Secretaria de Educação – SEEDUC, por sua abrangência e público-alvo, participa com de 38,69% da despesa apurada no período, tendo aplicado R\$ 688,60 milhões. Deste montante, R\$ 284,59 milhões foram gastos com os novos benefícios concedidos aos profissionais da Educação, inclusive o reajuste de 8% concedido no bimestre anterior. Com o pagamento de policiais militares que prestam serviços de segurança em algumas escolas situadas em área de risco, foram



gastos R\$ 24,61 milhões no Programa Estadual de Integração na Segurança – PROEIS.

As despesas de custeio liquidadas pela SEEDUC somaram R\$ 302,61 milhões (+R\$ 100,05 milhões que em 2012), com destaque para os pagamentos com prestação de serviços em geral, locação de prédios onde funcionam algumas escolas e pessoal de apoio administrativo que requereram R\$ 54,43 milhões até agosto/2013. No pagamento do vale transporte para alunos da Rede Pública Estadual foram aplicados R\$ 16,88 milhões.

Na melhoria da rede física, com recursos do Tesouro, a SEEDUC investiu R\$ 34,37 milhões, sendo R\$ 12,97 milhões em equipamentos e R\$ 19,71 milhões em reformas e reparos, além de construção de quadras poliesportivas. A Tabela 39 – Quantitativo Alunos/Unidades por Região demonstra os dados atualizados referentes às escolas da rede estadual e o quantitativo de alunos por região.

O segundo maior gasto da Função Educação está sob a gestão da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – que apresentou considerável incremento no período, quando comparado a 2012: participação de 26,66% das despesas liquidadas pelas unidades orçamentárias que compõem o índice, apresentando um acréscimo de R\$ 79,33 milhões (+20,07%) em relação ao mesmo período do ano passado. Desse montante, R\$ 44,25 milhões estão relacionados à folha de pagamento que vem agregando os reajustes concedidos ao pessoal docente e a convocação dos técnicos administrativos que estão substituindo gradativamente o pessoal de apoio administrativo contratado. No custeio administrativo, o acréscimo foi de R\$ 35,72 milhões (+33,85%), incluídas as despesas vinculadas à folha (Auxílio Transporte e Auxílio Alimentação) e demais direitos de empregados celetistas; o auxílio financeiro concedido aos estudantes e pesquisadores requereu R\$ 10,71 milhões. Ainda neste período a UERJ quitou despesas com precatório no valor de R\$ 10,15 milhões.

A UERJ mantém ainda, o Sistema de Desembolso Descentralizado – SIDES – um programa de liberação de recursos financeiros para manutenção das unidades não integradas ao “Campus Universitário” cuja localização está marcada na Figura 1 – Unidades da UERJ ao lado. Até o bimestre, foram desembolsados R\$ 2,82 milhões para as 6 unidades.

A FAETEC, órgão que também executa despesas da Função Educação, voltado para o ensino profissional, obteve satisfatória

Tabela 39 – Quantitativo

Alunos/Unidades por Região

Quantitativo Alunos/Unidades por Região		
Regionais	Unidades	Alunos
Noroeste Fluminense	63	25.390
Norte Fluminense	104	61.260
Região Serrana	156	89.610
Baixada Litorânea	100	65.703
Centro -Sul	99	52.374
Médio Paraíba	92	54.264
Região Metropolitana	696	504.767
TOTAL	1310	853.368

Figura 1 – Unidades da UERJ





avaliação no período: crescimento de 15,70% em relação a 2012 (+R\$ 57,54 milhões), com participação de 23,83% nas despesas liquidadas. As despesas de pessoal do órgão cresceram R\$ 55 milhões (+17,4%) em relação a 2012, em decorrência da contratação de pessoal temporário (+R\$ 9,45 milhões) além das contratações de pessoal terceirizado para atender as implantações de polos dos CVTs; inclui-se ainda o reflexo financeiro do reajuste de 8% concedido aos professores.

Em relação aos investimentos e inversões, o órgão deu continuidade às obras e melhorias das suas unidades, desembolsando até o momento R\$ 6,03 milhões. Também foram direcionados R\$ 487,26 mil na aquisição de imóvel mediante desapropriação no município de Valença para construção de mais um Centro Vocacional Tecnológico na região Centro-Sul do Estado.

Completando os gastos do índice com Educação, com menores participações as despesas do DEGASE, UENF, CECIERJ e UEZO constam da Tabela 38 – Distribuição do índice por UO.

- **Educação - Outras Fontes de Recursos**

A área de Educação, além de sua principal fonte de financiamento, recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de Transferências da União os quais são contabilizados para fins do cumprimento do Índice, conta ainda com Outras Fontes de Recursos que executam montante significativo dentro do gasto total da área, R\$ 1,78 bilhão até agosto.

A Tabela 40 abaixo discrimina a aplicação desses recursos segundo a origem e vinculação que em relação a 2012, registra variação positiva de 2,76% (+R\$ 48,07 milhões) até o 4º bimestre.



Tabela 40 – Função Educação

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2013	Em R\$
	2012	2013			
FUNDEB (15)	1.441.445.934	1.465.020.387	1,64%	81,96%	
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	199.846.918	185.190.612	-7,33%	10,36%	
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	39.021.738	59.936.686	53,60%	3,35%	
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	26.245.309	24.932.813	-5,00%	1,39%	
SUS (25)	19.096.265	22.467.121	17,65%	1,26%	
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)		15.972.645	-	0,89%	
CONVÊNIOS (FR 12-13)	13.823.114	14.028.895	1,49%	0,78%	
TOTAL	1.739.479.278	1.787.549.158	2,76%	100,00%	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

Nesse grupo de outras FR, a maior participação no financiamento dos gastos se dá por conta da FR 15 – FUNDEB, aplicada na remuneração dos profissionais do magistério. Na realidade, são recursos do ERJ transferidos ao FUNDO que retornam para aplicação em sua Rede, segundo coeficiente definido no Censo Escolar de responsabilidade do MEC. Até o quarto bimestre, a FR 15 registra elevada participação (81,96%) em relação às demais fontes de recursos. Do montante executado, R\$ 97,80 milhões correspondem aos auxílios concedidos aos profissionais da área: Alimentação (R\$ 44,29 milhões), Qualificação (R\$ 25,14 milhões), e Transporte (R\$ 28,37 milhões), em parte, responsável pelo crescimento de 1,64%, (R\$ 23,57 milhões) no ano.

A execução da despesa financiada com recursos do Salário Educação (FR 05) apresenta, até o bimestre, variação negativa de 7,3% (-R\$ 14,65 milhões), embora a receita já realizada seja bem superior (R\$ 278,24 milhões). Do total executado nesta fonte (R\$ 185,19 milhões), R\$ 93,73 milhões foram aplicados em nutrição escolar, R\$ 7,24 milhões no Programa Renda Melhor Jovem, ação que visa incentivar a permanência do jovem na escola para a redução da repetência, e R\$ 11,28 milhões em melhorias e reformas de escolas da Rede.

As Transferências Voluntárias do FNDE (FR 24) aumentaram 53,60% (+R\$ 20,91 milhões) e financiaram, até o bimestre, R\$ 50,52 milhões no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Pequeno valor de R\$ 585,86 mil foi aplicado no Pro Jovem Campo - Sabores da Terra, programa que oferece qualificação profissional e escolarização aos jovens agricultores familiares, de 18 a 29 anos, que

Até o 4º bimestre, foram executados, a partir dos recursos do FUNDEB, R\$ 44,29 milhões em benefícios com auxílio alimentação.

Dos R\$ 59,94 milhões recebidos pelo ERJ até agosto na FR 24, R\$ 50,52 milhões foram aplicados no PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.



não concluíram o ensino fundamental: atualmente é desenvolvido nos municípios de Santo Antonio de Pádua, Natividade e Campos.

Os repasses do SUS (FR 25), aplicados pela UERJ na Operacionalização do Hospital Universitário Pedro Ernesto, cresceram 17,65% (+R\$ 3,37 milhões) no acumulado até agosto: basicamente, este recurso é aplicado no financiamento de despesas com realização de reparos e aquisição de equipamentos hospitalares e materiais cirúrgicos e também no repassa para outras unidades de saúde da UERJ.

Neste exercício, a SEEDUC vem aplicando recursos de Operação de Crédito (FR11), no Programa de Melhoria da Infraestrutura do ERJ-Pró-Cidade. Até o bimestre, R\$ 15,97 milhões foram aplicados na ampliação da rede física e melhoria da infraestrutura nos municípios de Macaé, Mendes, Valença Nova Friburgo, dentre outros.



➤ Saúde

Até o quarto bimestre de 2013, registra-se significativo aumento das despesas em ações direcionadas para a saúde pública: 26,7%, ou seja, R\$ 443,37 milhões em valor absoluto, conforme demonstrado na Tabela 41 – Aplicação na Função

Tabela 41 – Aplicação na Função

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2013		
	JAN A AGO					
	2012	2013				
Pessoal	833.543.733	834.429.016	0,11%	39,62%		
Outras Despesas Correntes	764.616.497	1.218.214.485	59,32%	57,84%		
Investimento/Inversões	64.225.513	50.139.613	-21,93%	2,38%		
Amortização da Dívida	631.527	3.822.470	505,27%	0,18%		
RP Cancelado	342.223	564.911	65,07%	0,03%		
TOTAL	1.662.675.047	2.106.040.673	26,7%	100,0%		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

Vale destacar o expressivo aumento do grupo Outras Despesas Correntes, acréscimo de 59,3% (+R\$ 453,60 milhões), em relação a 2012, arcando com 57,8% do montante líquidado na função. Esse crescimento é reflexo da implantação do novo modelo de gestão na prestação de serviços de saúde, agora administrando a maior parte da Rede Pública de Saúde por contratos de gestão com Organizações Sociais (OS).

Essa nova forma de gestão acarreta uma aparente redução na aplicação dos recursos em despesas de capital/investimentos (-21,9%; -R\$14,09 milhões) porque o valor do Contrato de Gestão com a Organização Social é classificado como custeio / Outras Despesas Correntes, independe de sua aplicação pelo contratado. A cargo da Saúde fica a despesa com investimentos realizada através da EMOP.

Os maiores valores líquidados até o bimestre em análise estão registrados na Operacionalização Integral de Unidades Próprias para Gestão Compartilhada. Dos R\$ 264,09 milhões realizados no período, R\$ 18,36 milhões foram para o Hospital Estadual Roberto Chabo; R\$ 28,32 milhões para o Instituto Estadual do Cérebro; R\$ 57,71 milhões foram para o Centro de Trauma do Hospital Estadual Alberto Torres; R\$ 17,83 milhões para o Hospital de Ortopedia e Traumatologia Dona

O Instituto Estadual do Cérebro começou a realizar cirurgias em agosto desse ano. A unidade atende exclusivamente pacientes do SUS e é o primeiro centro voltado para o tratamento de doenças do cérebro do país. O projeto integral do instituto recebeu quase R\$ 80 milhões em investimentos, em obras e em equipamentos de última geração.



Lindu; R\$ 24,07 para o Hospital da Criança e R\$ 46 milhões para o Hospital da Mulher Heloneida Studart.

Com a Operacionalização das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais, o gasto foi de R\$ 228,21 milhões, assim distribuídos: R\$ 78,66 milhões em pagamento de mão-de obra para Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 36,05 milhões na aquisição de Medicamentos em Geral; R\$ 24,02 no Preparo e Distribuição de Alimentação nas Unidades Próprias de Saúde do ERJ e R\$ 16,61 milhões em Serviços de Asseio e Higiene.

Na Operacionalização das UPA's 24 horas Próprias administradas por OS, a despesa foi de R\$ 205,91 milhões. Tais recursos foram destinados à Gestão dos Serviços de Saúde em diversas UPA's do ERJ: Copacabana, Tijuca, Botafogo, Jacarepaguá, Mesquita, Bangu, Queimados, Nova Iguaçu, Caxias, Marechal Hermes, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Ricardo de Albuquerque, Realengo, Engenho Novo, Ilha do Governador, Irajá, Maré e Penha.

A Tabela 42 – Distribuição do índice por UOabaixo, apresenta a execução da despesa que avalia o cumprimento do Índice da Saúde

As UPA's ultrapassaram 18 milhões de atendimentos em julho de 2013, dois meses depois que o projeto completou seis anos. Já são 124 milhões de medicamentos distribuídos e 16 milhões de exames laboratoriais e de Raios-X realizados nas 52 UPA's do ERJ.

Tabela 42 – Distribuição do índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
FES - Fundo Estadual de Saúde	1.634.508.323	1.928.854.003	18,01%	91,56%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	5.147.655	146.882.280	2753,38%	6,97%
IVB - Instituto Vital Brazil S.A.	23.189.352	30.779.408	32,73%	1,46%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	141.943	89.894	-36,67%	0,00%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro	29.996	-	-100,00%	0,00%
Total das Unidades Orçamentárias	1.663.017.270	2.106.605.584	26,67%	100,00%
RP Cancelado	342.223	564.911	65,07%	0,03%
TOTAL DO ÍNDICE	1.662.675.047	2.106.040.673	26,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.
por Unidade Orçamentária.

Os dados evidenciam que o Fundo Estadual de Saúde (FES) executou 91,6% da despesa do período, R\$ 1,92 bilhão até agosto, aumento de 18,0% (+R\$ 294,36 milhões) frente ao executado em igual período de 2012.



O gasto da Fundação Saúde do ERJ, representa 7,0% do liquidado do índice até agosto, considerável crescimento em relação a 2012, +R\$ 141,73 milhões, variação positiva de 2.753,4%, reflexo da contratação pelo regime celetista de profissionais concursados para preenchimento de vagas existentes com melhor remuneração. A execução da despesa nessa unidade orçamentária ocorre por meio da FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhados no FES com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB), até o 4º bimestre, aumentaram R\$ 7,59 milhões (+32,7%) em relação ao ano anterior. Contudo, apesar do incremento constatado, sua participação na execução do índice é de apenas 1,5% das aplicações.

No quadro abaixo, dá-se destaque a ações e metas alcançadas por algumas Unidades de Referência.

Quadro 1 – Outras Ações de Saúde em Destaque no bimestre

Metas Alcançadas em algumas Unidades de Referência do ERJ

Hospital Estadual da Criança - em Vila Valqueire	O Hospital encerrou seu primeiro trimestre de funcionamento com resultados expressivos: foram realizados 440 procedimentos, 255 cirurgias, 868 consultas ambulatoriais e 796 exames. Com investimentos de R\$ 5 milhões em equipamentos e obras de adaptação, a unidade tem 58 leitos de enfermaria, 16 de UTI neonatal, 9 de UTI pediátrica, 8 poltronas de quimioterapia, além de ultrassonografia, tomografia computadorizada, ecocardiografia e broncoscopia, terapia ocupacional e apoio psicológico.
Centro de Referência em Diabetes - Policlínica Piquet Carneiro	Inaugurado em agosto, o mais novo Centro de Referência no Tratamento da Diabetes do ERJ tem capacidade de atendimento para 2,2 mil pacientes por mês. O investimento foi de R\$ 1 milhão através da FAPERJ e do Hospital Pedro Ernesto.
Hospital Estadual de Traumatologia e Ortopedia Dona Lindu - em Paraíba do Sul	O Hospital completou 3 anos de funcionamento com 9,5 mil cirurgias. O Dona Lindu é certificado pela Organização Nacional de Acreditação e atua de acordo com o Protocolo de Cirurgia Segura determinado pela Organização Mundial de Saúde. O índice de pacientes satisfeitos chega a 97%.
Centro da Trauma do Hospital Alberto Torres - em São Gonçalo	Com apenas 2 meses de funcionamento, o centro se consolida como moderno polo de atendimento na área de traumatologia e é referência no ERJ em politraumatismo. O governo investiu R\$ 6,2 milhões em infraestrutura e equipamentos. A unidade tem 3 salas cirúrgicas, 1 sala de tomografia, 5 leitos de recuperação pós-anestésica, 35 leitos de CTI e um heliponto para receber casos graves de todo estado.
Centro Estadual de Transplantes - Hospital São Francisco de Assis	O Centro de Transplante completou 4 meses e superou as expectativas: atingiu a marca de 100 transplantes realizados, sendo 66 de rim e 34 de fígado. A meta estipulada pela Secretaria de Saúde é de realizar 200 transplantes em 12 meses.



- **Saúde - Outras Fontes de Recursos:**

Além dos recursos do Tesouro, a Função Saúde também é financiada com recursos de Outras Fontes, não contabilizados para fins de apuração do Índice Constitucional. A Tabela 43 – Função Saúde – Outras Fontes abaixo discrimina o detalhamento da execução a partir de tais fontes.

Tabela 43 – Função Saúde – Outras Fontes

Em R\$

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE		Variação %	Participação em 2013
	2012	2013		
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	28.152.173	157.994.362	461,2%	35,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (FR 11)	-	5.000.000	-	1,1%
CONVÊNIOS (FR 13)	8.104.424	9.470.821	16,9%	2,1%
SUS (FR 25)	318.586.688	276.359.236	-13,3%	61,6%
TOTAL	354.843.285	448.824.419	26,5%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

Comparada à execução até o quarto bimestre de 2012, as despesas liquidadas com recursos próprios (FR 10) registrou um acréscimo de R\$ 129,84 milhões (+461,2%), aplicados pelo Instituto Vital Brazil (IVB): R\$ 113,95 milhões em Medicamentos em Geral; R\$ 3 milhões na Aquisição de Imóveis mediante desapropriação para ampliação da Capacidade de Produção Industrial; e outros R\$ 5 milhões em Estudos e Projetos para o programa de Desenvolvimento do Parque Tecnológico da Vida.

As despesas financiadas com recursos do Sistema Único de Saúde SUS (FR 25) decresceram em 13,3% em relação a 2012, apesar de sua receita ter crescido 13,13%. Até o 4º bimestre foram liquidados R\$ 276,36 milhões em despesas voltadas para assistência hospitalar e ambulatorial de alta e média complexidade (R\$ 91,80 milhões); em aquisição de medicamentos excepcionais (R\$ 19,37 milhões); na contratação de serviços de saúde junto à rede privada (R\$ 25,92 milhões); e na Gestão Compartilhada de Unidades Próprias (R\$ 13,29 milhões). Em aquisição de material permanente e melhorias na rede física, foram gastos R\$ 5 milhões provenientes de Operações de Crédito (FR 11), contratadas junto ao Banco do Brasil (Programa Pró-Cidades II),

Até o quarto bimestre de 2013, o IVB aplicou R\$ 113,95 milhões de recursos próprios do órgão em Medicamentos em Geral. Os remédios produzidos no Instituto reduzem os custos para o governo e possibilitam a ampliação do acesso desses medicamentos aos cidadãos do Sistema Único de Saúde (SUS).



➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro atua como agência de fomento à ciência, tecnologia e inovação, promovendo, financiando e apoiando programas e projetos de pesquisa individuais ou institucionais.

Até o 4º bimestre, a FAPERJ executou R\$ 215,01 milhões do total de R\$ 250,70 milhões assegurados por norma constitucional, atingindo 1,72% do índice.

A Tabela 44 – Execução Orçamentária da FAPERJ demonstra a execução orçamentária da FAPERJ, que além dos recursos do Tesouro conta ainda com recursos próprios e provenientes de convênios.

O total liquidado à conta de recursos do Tesouro, quando comparado ao mesmo período de 2012, registrou variação negativa de 3,28% (-R\$ 7,29 milhões), consequência de menor quitação de editais. No Programa Pensa Rio, desenvolvido em parceria com diversas instituições de ensino (UFRJ, UFF, FIOCRUZ e PUC-RJ) em apoio ao estudo de temas relevantes para o ERJ, foram aplicados R\$ 7,84 milhões.

Cabe registrar ainda o desembolso de R\$ 12,54 milhões (Edital 02/13) para aquisição de equipamentos de grande porte, dentre eles a implantação do laboratório de microscopia eletrônica na (UERJ) e da plataforma de sequenciamento de alto desempenho para estudos de parasito-hospedeiro e vacinas, na FIOCRUZ-Quadro 2 – Projetos Contemplados.

A despesa liquidada à conta de Outras Fontes de Recursos, R\$ 6,97 milhões, foi menor em 66,04% (-R\$ 13,56 milhões), quando comparada a igual período de 2012. Com recursos próprios (FR 10) foram aplicados R\$ 4,80 milhões no Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico – FATEC, em projetos de inovação tecnológica e implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos.

Tabela 44 – Execução Orçamentária da FAPERJ

PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Variação %	
	FONTE TESOURO		JAN A AGO		
	2012	2013			
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	52.909.314	55.584.674		5,06%	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	49.374.291	49.924.613		1,11%	
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	47.068.167	38.742.084		-17,69%	
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	18.497.463	17.341.228		-6,25%	
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	14.336.524	14.879.945		3,79%	
Inovação Tecnológica	11.441.105	12.901.717		12,77%	
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	11.083.362	9.692.496		-12,55%	
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	7.038.660	5.747.325		-18,35%	
Pessoal e Encargos Sociais	3.564.028	3.822.636		7,26%	
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	3.395.074	3.466.503		2,10%	
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	1.936.409	1.438.240		-25,73%	
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	1.131.676	1.106.833		-2,20%	
Despesas Obrigatorias	385.805	235.436		-38,98%	
Apoio ao Pesquisador na Empresa	125.080	117.160		-6,33%	
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	15.454	15.595		0,91%	
TOTAL - FR Tesouro	222.302.410	215.016.485		-3,28%	
OUTRAS FONTES					
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A AGO		Variação %		
	2012	2013			
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	18.836.569	1.117.999	-94,06%		
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	1.450.259	845.040	-41,73%		
Inovação Tecnológica	215.167	0	-100,00%		
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	26.835	5.008.094	18562,54%		
TOTAL - Outras FR	20.528.829	6.971.133	-66,04%		

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

**Quadro 2 – Projetos Contemplados**

FAPERJ -INSTITUIÇÕES E PROJETOS CONTEMPLADOS COM EDITAL02/2013 - EQUIPAMENTO DE GRANDE PORTE	
Instituição	Título do Projeto
FIOCRUZ	Plataforma de sequenciamento de alto desempenho: aplicação em estudos da biodiversidade, relação parasito-hospedeiro e vacinas
UFRJ	Aquisição de um equipamento multiusuário Dual Sputtering/Pulsed Laser Deposition
IME	Capacitação de RH e desenvolvimento de biomateriais
UFRJ	Pesquisa translacional em doenças degenerativas e infecciosas
UENF	Atualização de infraestrutura multiusuário em ultraestrutura e análise elementar visando à promoção qualitativa de trabalhos realizados por grupos de pesquisa & ensino da UENF
CBPF	Microscopia eletrônica de varredura de alta resolução
UERJ	Implantação do laboratório de microscopia eletrônica de varredura de emissão de campo e de duplo feixe na área biomédica
UNESA	Infecção endodôntica: decifrando a etiologia de uma das infecções crônicas mais comuns em humanos e avaliando a eficácia de propostas terapêuticas
UERJ - REDE PROTEÔMICA	Aquisição de uma plataforma 2D nanoUPLC-HDMS^E na sub-rede proteômica da UERJ para implementação de técnicas de proteômica quantitativa label-free e outras aplicações interdisciplinares
UERJ	Laboratório de geocronologia Ar-Ar do Rio de Janeiro
PUC	Equipamentos para análise dinâmica experimental e Controle de Estruturas
UFF	Instalação de um sistema de ablação por laser no IF-UFF
UFF	Aquisição de um difratômetro de raios x de monocrystal para o laboratório multiusuário de difração de raios x (LDRX)

➤ FECAM

As ações do FECAM, financiadas com recursos oriundos da indenização pela exploração do petróleo e gás, são executadas, também, de forma descentralizada, por outros órgãos voltados para meio ambiente, Secretaria do Ambiente – SEA, CEDAE, Instituto Estadual do Ambiente – INEA – e Secretaria de Obras – SEOBRAS.

A Tabela 45 – Ações e Principais Projetos FECAM apresenta as ações realizadas e os principais projetos por elas desenvolvidos, como também o órgão responsável pela execução e os valores liquidados até o 4º bimestre de 2013.

A ação com maior expressividade no período foi Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara, um gasto de R\$ 32,75 milhões, 21,56% dos R\$ 151,90 milhões, aplicados, principalmente, na construção de sistema de coleta e transporte de esgoto na Pavuna e Sarapuí e no esgotamento sanitário na Marina da Glória.



A Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, obras de desassoreamento e recuperação ambiental na Baixada Fluminense, bem como controle de inundações e indenização às vítimas atingidas pela tragédia natural da Região Serrana, requereram R\$ 30,35 milhões.



Tabela 45 – Ações e Principais Projetos FECAM

AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	ORGÃO RESPONÁVEL PELA EXECUÇÃO	JAN - AGO
Saneamento nas Bacias da Baía de Guanabara	CONSTRUÇÃO DE SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO DO SISTEMA PAVUNA E SARAPUÍ.	CEDAE	32.755.807
	CONSTRUÇÃO DA LINHA DE RECALQUE DA ELEVATÓRIA DE ESGOTOS.	CEDAE	
	AQUISIÇÃO DE TUBULAÇÕES PARA ESGOTO DO SISTEMA DE SANEAMENTO DA MARINA DA GLÓRIA.	CEDAE	
Prevenção e Controle Ambiental Inundações	OBRA DE DESASSOREAMENTO E RECUP. DA LAGOA DE PIRATININGA - NITERÓI E DAS MARGENS DE DIV. CURSOS D'ÁGUA NA BAIXADA FLUMINENSE.	INEA	30.349.257
	OPERAÇÃO ASSISTIDA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. VILAS MARINGA, MAROMBA E COMUNIDADES EM ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS.	INEA	
	PREST. DE SERV. DE ASSIST. TÉCNICA ESPECIALIZADA P/ APOIO AO INEA NO GERENCIAMENTO DE PROJ. E PROGR. DA DIR. DE RECUP. AMBIENTAL DO INEA.	INEA	
	PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES, RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E INDENIZAÇÕES ÀS VITIMAS ATINGIDAS PELA TRAGÉDIA NATURAL DA REGIÃO SERRANA E DA BACIA DO RIO IMBOAÇU, EM SÃO GONÇALO.	INEA	
Projeto Iguaçu - PAC-RJ/FECAM	AJUDA MORADIA - ÁREAS DE INTERVENÇÕES JUNTO AOS CORPOS HÍDRICOS - PROJETO DE CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - BACIAS DOS RIOS IGUAÇU/BOTAS E SARAPUÍ.	INEA	28.326.544
	APOIO AO INEA NO GERENCIAMENTO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS NO ERJ.	INEA	
	AÇÕES DE URBANIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO DE 06 BLOCOS, TOTALIZANDO 114 UNID. HABITACIONAIS COM OBRAS DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO DE MESQUITA.	INEA	
	TRABALHO SÓCIO-AMBIENTAL E DESASSOREAMENTO DA BAIXADA FLUMINENSE.	INEA	
	INDENIZAÇÃO ÀS VÍTIMAS ATINGIDAS PELA TRAGÉDIA NATURAL NA REGIÃO SERRANA DO ERJ.	INEA	
Rio Mais Limpo	IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL NO MUNICÍPIO DE QUATIS, BARRA MANSA E PRAIA DE SÃO CONRADO.	SEA	18.442.373
	PROJETO EXECUTIVO E EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA, TRANSPORTE E TRAT. DE ESGOTO SANITÁRIO NO DISTRITO DE MONTE ALTO, MUNICÍPIO DE ARRAIAL DO CABO.	SEA	
	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA PRAIA DA BICA E URCA- PROGRAMA SENA LIMPA.	CEDAE	
Apoio a projetos de saneamento, proteção e recuperação ambiental	AQUISIÇÃO AERONAVE HELICÓPTERO MONOMOTOR DE ASAS ROTATIVAS MULTIMISSÃO MODELO AS350.	PMERJ	17.582.717
	DESPESAS COM A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS RURAIS PARA IMPLEMENTAÇÃO E CONDUÇÃO DE JARDINS CLONais, VIVEIROS DE MUDAS DE SERINGUEIRA E ESPÉCIES NATIVAS DA MATA ATLÂNTICA NOS MUNICÍPIOS DE ITAOCARA, MACAÉ, SILVA JARDIM, TRÊS RIOS E VALENÇA.	PESAGRO	
	DEMOLIÇÃO E RECUPERAÇÃO EM ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, SERVIÇOS TÉCNICOS PARA MITIGAÇÃO DAS CHEIAS DO RIO MURIAÉ NA CIDADE DE ITALVA, ITAPERUNA, S.A. DE PÁDUA, CARDOSO MOREIRA E DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM JACAREPAGUÁ.	SEA	
	INDENIZAÇÃO DAS BENEFICIÁRIOS LOCALIZADAS NA ÁREA DO ATERRO SANITÁRIO DO MORRO DO CÉU NO MUNICÍPIO DE NITERÓI E OUTROS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL.	INEA	
	SERVIÇO DE CONSULTORIA EM HEVEICULTURA PARA DAR ORIENTAÇÃO ÀS EQUIPES DE CAMPO NA CONDUÇÃO DOS JARDINS CLONais E VIVEIROS DE MUDAS DE CLONE DE SERINGUEIRA E CONSULTORIA PARA INSTALAÇÃO DE RADARES METEOROLÓGICOS, URBANISMO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL.	PESAGRO	
	PROJETO DE MACRODRENAGEM, LIXÃO ZERO, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, ESGOTAMENTO SANITÁRIO, GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA EM COMUNIDADES ASSISTIDAS, GESTÃO E CONTROLE FLORESTAL, PLANO MUDANÇA DO CLIMA, CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, PROGRAMA DE REAPROVEITAMENTO DO ÓLEO VEGETAL, SANEAMENTO AMBIENTAL DO ENTORNO DA BAÍA DE GUANABARA.	INEA/SEA/CENTRAL/CEPERJ/SEOBRAS/UEPS AM	
TOTAL GERAL			151.903.657

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

1. Valores Liquidados



➤ FEHIS

Compõem o FEHIS os recursos da FR 22 – Fundo Estadual de Combate à Pobreza, aplicados pelas Secretarias de Obras e de Habitação, Instituto de Terras e Cartografia (ITERJ) e Companhia de Habitação (CEHAB) com enfoque em habitação. Ainda compõe o índice, a parcela do Aluguel Social paga pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH).

A Tabela 46 – Ações e Principais Projetos FEHIS demonstra as ações executadas até o 4º bimestre, agrupadas por órgão, com a descrição dos principais projetos executados e o valor total liquidado em cada uma delas.

Neste ano de 2013, o gasto com Aluguel Social para as famílias da Região Serrana e a Produção de Unidades Habitacionais, requereram R\$ 80,32 milhões dos R\$ 136,37 milhões executados até o período.

O Aluguel Social é um benefício assistencial temporário, instituído no âmbito do Programa Estadual Morar Seguro, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco ou desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. O auxílio poderá ser concedido por um período de 12 meses e o valor pode ser de R\$ 500 ou R\$ 400. A Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos é o órgão responsável pelo projeto, e executou, até o 4º bimestre, R\$ 45,27 milhões.

Já a construção de unidades habitacionais (UH's) fica a cargo da CEHAB. Foram construídas unidades em Duque de Caxias, Muriaé, Carmo, Petrópolis, Casemiro de Abreu, Três Rios, totalizando R\$ 35,04 milhões no período em análise.



Tabela 46 – Ações e Principais Projetos FEHIS

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	Em R\$ JAN - AGO
SEOBRS	URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DO ALEMÃO - PAC	PRODUÇÃO DE EMPREENDIMENTO HABITACIONAL NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA.	15.030.976
	URBANIZAÇÃO DO COMPLEXO DE MANGUINHOS- PAC	INDENIZAÇÕES PARA DESOCUPAÇÃO DE IMÓVEIS NECESSÁRIOS ÀS OBRAS DO PAC NO COMPLEXO DE MANGUINHOS.	2.643.735
	URBANIZAÇÃO DO PAVÃO- PAVÃOZINHO PAC	OBRAS DE INFRAESTRUTURA E REURBANIZAÇÃO DAS COMUNIDADES PAVÃO/PAVÃOZINHO E CANTAGALO.	2.448.811
	URBANIZAÇÃO DO DONA MARTA	CONSTRUÇÃO DE 64 UNIDADES HABITACIONAIS E DE 1 CENTROCOMUNITÁRIO DE AÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE SANTA MARTA-BOTAFOGO.	899.161
	Reassentamento de Moradores de Áreas de Risco	INDENIZAÇÕES EM FUNÇÃO DE REALOCAÇÃO DE MORADORES DA ÁREA DE ALTA FLORESTA, NO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO-REGIÃO SERRANA.	64.800
TOTAL SEOBRS			21.087.482
SEH	Reloc. morad Assent. Pop. - Áreas Risco/Insalub.	ALUGUEL PROVISÓRIO MUNICÍPIOS DO ERJ.	524.458
	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	APOIO AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS.	488.113
	Acomp. Exec. do Plano Est. Hab. Interesse Social - PEHIS	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.	171.750
	Banco de Terras	IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO ALUGUEL PROVISÓRIO EM LAJE DO MURIAÉ.	1.235
	Realização de Estudos Técnicos	DIÁRIA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA HABITAR BRASIL NO MUNICÍPIO DE PARAÍBA DO SUL.	200
TOTAL SEH			1.185.755
ITERJ	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS COMUNIDADES ASSISTIDAS PELO ITERJ.	1.311.174
	Cons. dos Assentamentos Rurais e Urbanos	DESAPROPRIAÇÕES E VERBAS INDENIZATÓRIAS.	806.035
	Implantação de Portal de Comunicação	SERVIÇO DE DESENVOLVIMENTO DE PORTAL DE COMUNICAÇÃO WEB E SISTEMADE GESTÃO VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO ITERJ.	414.993
	Regularização Fundiária de Interesse Social	DIÁRIAS COM DESLOCAMENTO DE SERVIDOR A MUNICÍPIO DO RJ PARA REALIZAÇÃO DE TRABALHOS DE TOPOGRAFIA E OUTROS.	69.108
TOTAL ITERJ			2.601.310
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS E CASAS EM VILA DA MELHOR IDADE.	35.041.507
	Recuperação e Melhoria de U. Habitacionais	MELHORIA EM UNIDADES HABITACIONAIS EM QUEIMADOS, NOVA IGUAÇU, SÃO GONÇALO, GUADALUPE, INHAÚMA, ILHA DO GOVERNADOR, JACAREPAGUÁ, MESQUITA E OUTROS.	15.383.515
	Urbanização de Assentamentos Irregulares	OBRAS/SERVIÇOS DE REURBANIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA EM VIAS E VIELAS NOS BAIRROS DE RIO DAS PEDRAS E JACAREPAGUÁ.	14.891.988
	Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	MEDição EM EMPREENDIMENTO HABITACIONAL.	708.618
	Recuperação de Receita Oriunda do FCVS	CONTRATO DE FINANCIAMENTO HABITACIONAL.	198.044
TOTAL CEHAB			66.223.671
SEASDH	ALUGUEL SOCIAL	ALUGUEL SOCIAL PARA AS FAMÍLIAS DA REGIÃO SERRANA.	45.276.177
TOTAL SEASDH			45.276.177
TOTAL GERAL			136.374.397

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 16/09/2013.

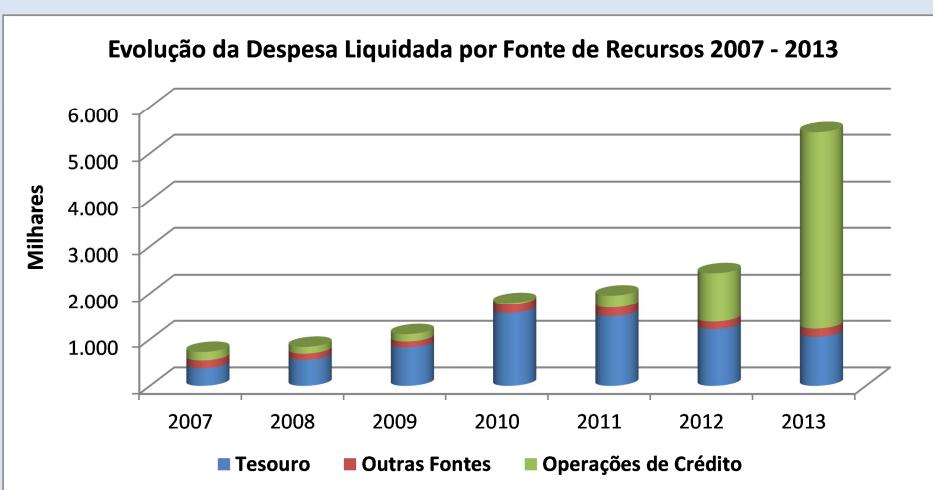
1. Valores Liquidados

**Box 02 - DESPESAS DO TRANSPORTE**

O Box deste bimestre destaca a evolução das despesas no período de 2007 a 2013 realizadas pela área de Transportes do ERJ, as fontes financeiras e os investimentos realizados na implantação de novas linhas metroviárias; aquisição de novas composições para a rede ferroviária e novas barcas. Somados a essa análise, procurou-se detalhar os gastos com custeio, essencialmente destinado ao Programa Bilhete Único.

Para fins da análise do montante já direcionado à função Transporte, foram computadas as despesas realizadas pela Secretaria de Transporte (SETRANS), Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro (DETRO), Fundo Estadual de Transporte (FET), Companhia de Desenvolvimento Rodoviário e de Terminais do Estado (CODERTE), Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística (CENTRAL), Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS), Fundação Departamento Estradas de Rodagem do Estado (DER) e Secretaria de Obras (SEOBRAS).

O gráfico abaixo apresenta as fontes de financiamento destas despesas. A melhoria do sistema de transporte do ERJ vem sendo financiada de forma significativa por recursos provenientes de operações de crédito. Do montante orçado para 2013, R\$ 4,22 bilhões são de Operações de Crédito, e deste valor, R\$ 2,79 bilhões (66,19%) estão direcionados ao financiamento do projeto de Implantação de Novas Linhas Metroviárias - um dos principais compromissos olímpico assumido pelo Governo do Estado.

FONTES DE FINANCIAMENTO NA ÁREA DE TRANSPORTES

Evolução da Despesa Liquidada por Fonte de Recurso 2007 - 2013									
Fonte de Recurso	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Disponível 2013	Até 08/2013	Δ % 2007 - 2013
Tesouro	378.698	556.847	825.515	1.570.678	1.500.099	1.220.607	1.052.842	616.107	178%
Outras Fontes	167.558	134.915	127.834	194.859	190.860	163.000	179.313	60.723	7%
Operações de Crédito	181.797	145.541	157.109	26.323	261.189	1.044.548	4.218.617	1.165.207	2221%
Total Geral	728.052	837.304	1.110.458	1.791.860	1.952.148	2.428.155	5.450.772	1.842.037	649%



Até o 4º bimestre de 2013, o Governo do ERJ disponibilizou R\$ 5,45 bilhões aos referidos órgãos com o propósito de alcançar os objetivos pretendidos, dos quais R\$ 1,84 bilhão já foi executado até o momento: aproximadamente 34% do total disponível.

Observando a evolução das despesas dos últimos anos, percebe-se que a partir de 2011 a maior parte dos recursos provenientes do Tesouro foi direcionada ao financiamento de despesas com custeio. Este fato decorre do início da operacionalização do Bilhete Único, que em 2013 já executou R\$ 325,95 milhões. A Tabela abaixo apresenta esta evolução.

Evolução da Despesa Liquidada por Grupo 2007 - 2013										
Grupo	Fonte de Recurso	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Disponível 2013	Até 08/2013	Δ% 2007 - 2013
Pessoal e Encargos Sociais	Tesouro	203.218	185.040	173.363	183.253	207.506	191.429	210.873	115.624	4%
	Outras Fontes	12.745	17.604	20.685	31.312	39.968	24.554	37.231	16.074	192%
Subtotal		215.962	202.643	194.048	214.565	247.475	215.982	248.104	131.697	15%
Juros e Encargos da Dívida	Tesouro	5.292	4.697	4.062	2.718	2.437	2.287	1.892	831	-64%
	Outras Fontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		5.292	4.697	4.062	2.718	2.437	2.287	1.892	831	-64%
Outras Despesas Correntes	Tesouro	105.082	201.854	216.081	483.031	651.328	731.138	815.356	486.591	676%
	Outras Fontes	63.757	58.095	62.448	66.691	98.831	95.570	93.593	40.039	47%
Subtotal		168.838	259.949	278.529	549.722	750.158	826.708	908.949	526.630	438%
Investimentos	Tesouro	60.673	160.656	427.919	898.585	635.811	293.248	23.009	12.221	-62%
	Outras Fontes	272.853	204.757	201.809	123.179	313.251	1.087.425	4.267.106	1.169.817	1464%
Subtotal		333.526	365.413	629.729	1.021.765	949.061	1.380.673	4.290.115	1.182.038	1186%
Amortização da Dívida	Tesouro	4.434	4.602	4.090	3.091	3.017	2.505	1.713	841	-61%
	Outras Fontes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal		4.434	4.602	4.090	3.091	3.017	2.505	1.713	841	-61%
Total TESOURO		378.698	556.847	825.515	1.570.678	1.500.099	1.220.607	1.052.842	616.107	178%
Total OUTRAS FONTES		349.354	280.456	284.943	221.182	452.049	1.207.548	4.397.930	1.225.930	1159%
Total Geral		728.052	837.304	1.110.458	1.791.860	1.952.148	2.428.155	5.450.772	1.842.037	649%

Dentre os investimentos realizados, cabe destaque à aquisição feita pelo ERJ de novas composições para a linha metroviária e ferroviária; sete novas barcas; e a ampliação das linhas metroviárias com a construção de novas estações.

A seguir será apresentado o resultado de algumas das principais ações na área de Transporte Público do Estado do Rio de Janeiro.

AQUISIÇÃO DE NOVOS TRENS (PET)

A aquisição de 60 novos trens chineses comprados pelo Governo do Estado para operar na Supervia irão ampliar a oferta diária em mais 576 mil de lugares para os passageiros da ferrovia. Em setembro de 2014, mês em que seriam entregues as três primeiras unidades, já deverão ser entregues 14 composições.

De última geração, os trens serão equipados com ar condicionado, sistema de comunicação direta com o Centro de Controle Operacional, interiores mais amplos e confortáveis, com bagageiros, Tv's de led e trânsito livre entre carros.

Recentemente, o Estado adquiriu 30 novas unidades, que já estão operando normalmente, possibilitando um aumento na oferta de novas 288 mil viagens por dia na SuperVia.



TELEFÉRICO DO ALEMÃO

Primeiro sistema de transporte de massa por cabos no Brasil, o Teleférico do Complexo do Alemão foi inaugurado em 7 de julho de 2011, já alcançando a marca de mais de 4 milhões de passageiros transportados. Atualmente, cerca de 10 mil moradores e turistas utilizam o transporte diariamente nas comunidades do Complexo do Alemão.

Administrado pela Supervia, o Teleférico tornou-se uma referência turística e de logística do Rio de Janeiro, contribuindo para a inserção e transformação social no complexo de 13 comunidades na Zona Norte do Rio de Janeiro.

NOVA ESTAÇÃO DO MARACANÃ

A estação Maracanã da Supervia encontra-se fechada para obras. No local, que funciona como ponto para trens paradores, será construída uma nova estação intermodal. Com um investimento de R\$ 175 milhões, a nova Maracanã unirá os serviços dos trens e do metrô em uma única estação e contará com cinco plataformas para embarque e desembarque.

As plataformas da Supervia passarão a receber trens semidiretos dos ramais Santa Cruz e Japeri, além dos trens dos ramais Saracuruna e Belford Roxo.

A previsão é que as obras da estação sejam concluídas no primeiro semestre do ano que vem para atender a demanda da Copa do Mundo de 2014.

AQUISIÇÃO DE NOVAS BARCAS

Em abril de 2013, o ERJ firmou contrato com o estaleiro chinês Afaí Southern Shipyard, pertencente ao China Shipping Group, para a aquisição de sete novas barcas de 2 mil lugares cada, que serão destinadas à travessia Rio-Niterói nos terminais Praça XV - Praça Araribóia. A previsão é que as embarcações fiquem prontas em 24 meses, mas há a possibilidade de pelo menos uma embarcação ser entregue antes da Copa do Mundo.

Outras duas barcas adquiridas pelo Governo do Estado, de 500 lugares cada uma, serão fabricadas pelo estaleiro cearense Inace.

Segundo a Secretaria de Transportes a capacidade atual das Barcas S/A de atender ao público vai dobrar, a partir da operacionalização das novas embarcações, passando de 12.600 lugares para 24 mil lugares por hora.

O objetivo é propiciar um novo padrão de conforto à população fluminense, a partir da disponibilização de meios de transporte mais eficientes e tecnologicamente avançados: as novas embarcações são dotadas de ar condicionado e de um sistema moderno de navegação, reduzindo assim o tempo de travessia para 15 minutos.



IMPLANTAÇÃO DE NOVAS LINHAS METROVIÁRIAS

Linha 3

Em parceria com o Governo Federal, o ERJ anunciou a liberação de recursos no valor de R\$ 2,57 bilhões para a implantação da Linha 3 do metrô, a qual ligará os municípios de Niterói e São Gonçalo.

A iniciativa faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 - Mobilidade Grandes Cidades. A conexão será feita pelo sistema de monotrilho, que deverá transportar aproximadamente 350 mil passageiros por dia. A Linha 3 será o primeiro percurso intermunicipal feito por metrô no Rio de Janeiro e vai agilizar o deslocamento de pessoas que circulam entre Niterói, São Gonçalo e municípios vizinhos.

Cerca de 1,7 milhão de pessoas serão beneficiadas pelo projeto de mobilidade urbana. Estão previstas 14 estações ao longo de um percurso com de aproximadamente 22 quilômetros.

Atualmente, o deslocamento entre Niterói e São Gonçalo chega a ser feito em duas horas. Com o monotrilho, o tempo de trajeto cairá para 40 minutos.

O projeto da Linha 3 está na fase de conclusão dos estudos técnicos, com prazo final para o dia 15 de outubro. A licitação das obras e concessão deverá ocorrer entre novembro e dezembro desse ano, enquanto a contratação deve acontecer em janeiro de 2014.

Linha 4

Até as Olimpíadas de 2016 o município do Rio de Janeiro ganhará uma nova linha de metrô – a Linha 4, que ligará a Zona Oeste às zonas Sul, Norte e Central da cidade.

Com 14 quilômetros de extensão, a ligação subterrânea contará com seis estações, passando pelos bairros de Ipanema, Leblon, Gávea, São Conrado, até a Barra da Tijuca.

A expectativa é que a extensão da rede beneficie diariamente 300 mil pessoas, impactando positivamente na qualidade de vida da população fluminense.



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

A Resolução SEFAZ nº 657/13, publicada pela Secretaria de Estado da Fazenda em 13 de agosto de 2013, incrementou a Cota Financeira em relação ao definido na Resolução publicada no bimestre anterior²³. O acréscimo gira em torno de R\$ 293 milhões, sendo que, desse montante, cerca de R\$ 164 milhões são pertinentes às Fontes de Recursos do Tesouro. Esse incremento nas Fontes de Recursos do Tesouro decorre, em sua maioria (65,0% do total), do crescimento da arrecadação tributária. A maior parte de tais recursos foi gasto em programas ligados à construção, reformas e aquisições de materiais permanentes para unidades da área de Saúde.

Quanto à Cota Financeira liberada até o quarto bimestre do ano corrente, observa-se (Tabela 47) que o percentual foi praticamente equitativo para as Fontes de Recursos do Tesouro e Outras FR; 49,6% (R\$ 3,89 bilhões) e 50,3% (R\$ 3,95 bilhões), respectivamente. Comparando-se com o mesmo período de 2012, este montante total da Cota liberada, até o 4º bimestre de 2013, foi superior em 23,0%.

No tocante à utilização da Cota Financeira, verifica-se que o índice de utilização com Fonte de Recursos do Tesouro manteve-se elevado: foram convertidas em Programações de Desembolso praticamente 100% do montante liberado suportado com Fonte Tesouro; enquanto, o percentual de utilização para as Outras FR, foi de 77,1%.

Analizando-se somente a utilização da Cota Financeira liberada com Fonte de Recursos do Tesouro, até o 4º bimestre de 2013, constata-se o equilíbrio das áreas prioritárias (Saúde, Educação e

Gráfico 7

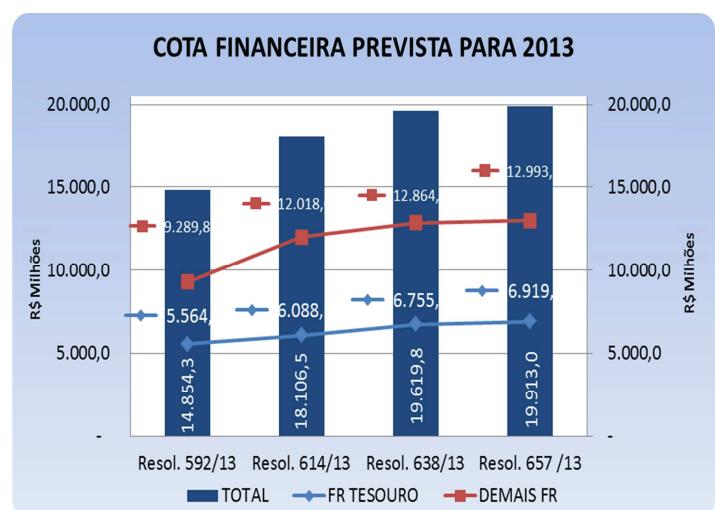


Tabela 47

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2013 POR ÁREAS (FR TESOURO)					
ÁREAS	DESP. EMPENHADO (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	R\$ MILHÕES DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	477	371	324	323	319
SAÚDE	1.765	1.469	1.283	1.282	1.243
SEGURANÇA	391	282	276	273	266
DEMAIS ÁREAS	2.586	2.133	2.010	1.959	1.834
TOTAL GERAL	5.218	4.254	3.893	3.837	3.662

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Ago/2013

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	77,9%	114,7%	87,1%	99,9%	98,6%
SAÚDE	83,2%	114,4%	87,3%	99,9%	97,0%
SEGURANÇA	72,1%	102,0%	96,7%	98,7%	97,5%
DEMAIS ÁREAS	82,5%	106,1%	91,9%	97,5%	93,6%
TOTAL GERAL	81,5%	109,3%	90,2%	98,6%	95,4%

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Ago/2013

Tabela 48

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS POR FR ATÉ AGOSTO DE 2013					
FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	5.218	4.253	3.893	3.837	3.662
FR - Outras	4.606	3.137	3.952	3.046	2.950
Total geral	9.824	7.390	7.846	6.884	6.612

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs: Posição acumulada até Ago/2013

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	81,5%	109,2%	90,2%	98,6%	95,4%
FR - Outras	68,1%	79,4%	97,1%	77,1%	96,8%
Total geral	75,2%	94,2%	93,1%	87,7%	96,0%

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs: Posição acumulada até Ago/2013

²³ Resolução SEFAZ nº 638, de 12 de junho de 2013.



Segurança), como também das áreas não prioritárias, em relação ao bimestre anterior. Ambas as áreas utilizaram, aproximadamente, 100% da Cota Financeira liberada, conforme observado na Tabela 48. Outro ponto que merece destaque é o fato da área de Saúde manter elevado o índice de liquidação em comparação as demais áreas (Educação e Segurança), no decorrer do ano de 2013: esta área liquidou 83,2% até agosto de 2013.

O Tesouro Estadual continua empenhado em honrar de forma célere os pagamentos do Estado junto a seus fornecedores, aumentando de 90,6% para 95,4% o percentual de Programações de Desembolso – PD's quitadas, referentes, respectivamente, aos bimestres maio-junho e julho-agosto, consolidando R\$ 3,66 bilhões de gastos no período de janeiro a agosto de 2013.

VI.2 Pagamento de PD's

Tabela 49

Em consonância com o Sistema de Gestão da Qualidade, instituído no âmbito do Tesouro Estadual²⁴, no qual adotou-se como escopo realizar de forma eficiente o planejamento financeiro, a administração e a movimentação financeira e os pagamentos, a Subsecretaria de Finanças, responsável pela gestão financeira dos recursos públicos, vem priorizando a celeridade no adimplemento das despesas registradas pelos órgãos estaduais.

Nesse passo, o Tesouro continua mantendo o prazo médio de pagamento das obrigações contraídas com os fornecedores, bem abaixo de 30 dias: 17 (dezessete) dias, para as áreas prioritárias; e, 24 (vinte e quatro) dias, para as áreas não prioritárias (Tabela 49).

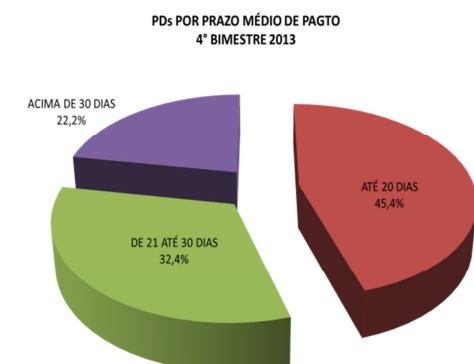
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

4º BIMESTRE DE 2013

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	17
NÃO PRIORITÁRIAS	24
MÉDIA GERAL	22

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 8



²⁴ Norma ISO 9001:2008.



VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou a taxa Selic em 0,5 pontos percentuais²⁵, passando a vigorar a taxa Selic de 9,00% a.a. A decisão foi unânime entre os membros votantes do Copom, confirmando, assim, as expectativas do mercado financeiro. Esse é o quarto aumento consecutivo desde abril desse ano. Na ocasião, a taxa estava em 7,3% ao ano; desde então, foram promovidas quatro elevações: uma de 0,25 ponto percentual e três de 0,50 ponto percentual.

Assim, o aumento da taxa Selic, junto com outros fatores, como a disponibilidade financeira do período e alocação dos recursos em fundos com melhores rentabilidades, acarretaram um aumento de 4,9% da receita financeira no 4º bimestre, quando comparado ao 3º bimestre de 2013; e, 24,8% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Com isso, o Tesouro até o quarto bimestre realizou 59,9% da receita financeira estimada pela LOA, para o exercício de 2013.

Esse bom desempenho advém do constante esforço do Tesouro Estadual em otimizar os recursos em sua administração, por meio da manutenção da política de investir nos fundos exclusivos (criados especialmente para o Estado), que apresentam um resultado melhor que os outros fundos. Tais fundos exclusivos obtiveram rentabilidade média de 97,1% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos).

Após a realização da quarta elevação consecutiva no ano da taxa de juros básicas, e, ainda, de alguns indicadores econômicos apresentarem uma provável desaceleração da economia, a curva de juros foi ajustada pelo Banco Central, projetando para o final do 2013 uma taxa de juros de 9,75% a.a..

Sendo assim, espera-se que a rentabilidade dos fundos se mantenha elevada até o final do ano. Todavia, esse aumento, por si só, não garante o aumento da receita financeira, já que outros fatores

Gráfico 9

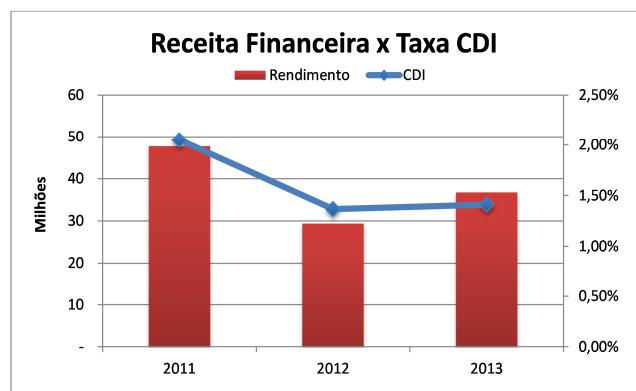
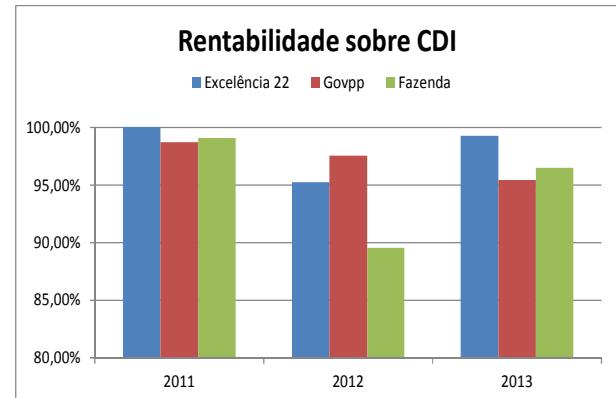


Gráfico 10



²⁵ 177º Reunião do Copom realizada nos dias 27 e 28 de agosto de 2013.



influenciam no rendimento dos fundos, como por exemplo, a disponibilidade em caixa.

VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

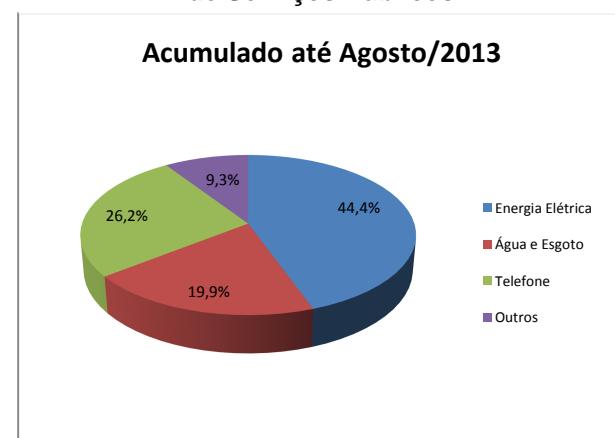
No período de janeiro a agosto de 2013, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 149,65 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais, prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 44,4%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica; o restante subdivide-se em: 19,9%, para serviços de água e esgoto; 26,2%, para serviços de comunicação - telefonia fixa, telefonia móvel e serviços de transmissão de dados; e 9,3%, para os demais serviços.

Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações, no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos elevados derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2013, foram disponibilizados R\$ 305,11 milhões²⁶ neste PT, e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 195,03 milhões, ou seja, 63,9%.

Um fator que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais²⁷, abarca atualmente 16 concessionárias.

Gráfico 11
Pagamento Acumulado das Concessionárias de Serviços Públicos



Fonte: SIG

²⁶ Considerando apenas o orçamento disponibilizado com Fontes de Recursos do Tesouro.

²⁷ Abarca somente as obrigações dos órgãos que honram suas despesas com fontes de recursos do Tesouro, excluindo-se as despesas das empresas e companhias estaduais.



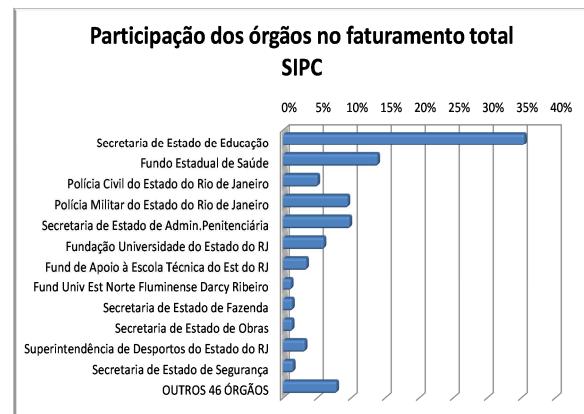
Considerando o faturamento de 2013, através do SIPC, foram registrados R\$ 200,09 milhões, referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 120,49 milhões, ou seja, 60,1% do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (40%), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

Analizando o 4º bimestre, verifica-se que a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Superintendência de Desportos do Estado do RJ (SUDERJ), a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) e o Fundo Estadual de Saúde (FES), juntos, são responsáveis por 69,4% do montante faturado em julho/agosto, sendo que este grupo quitou 50,3% do total faturado até o 4º bimestre.

De outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo do Centro de Tecn. de Informação e Comunicação do Estado do RJ (PRODERJ), da Fundação para a Infância e Adolescência (FIA), da Subsecretaria Militar e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ), que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Inst. de Segurança Pública do Estado do RJ (ISP), Fund. Dep. Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER), Inst. Estadual de Engenharia e Arquitetura (IEEA), dentre alguns outros.

Gráfico 12





VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 4º bimestre de 2013, verifica-se um aumento global de 2,8%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em julho e agosto de 2013, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 8,91 milhões, sendo R\$ 8,34 milhões de demanda contratada e R\$ 570,01 mil de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a agosto de 2013 a média do faturamento foi de R\$ 1,34 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 111,43 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar está realizando os procedimentos necessários para inclusão destes serviços no SIPC.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 4º bimestre de 2013, foram faturados R\$ 17,81 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE comprehende cerca de 83,9% deste total.

VI.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados – RPP's, as datas de pagamento previstas são maio e novembro. Portanto, não houve pagamentos efetuados no quarto bimestre de 2013.

Tabela 50

Faturamento Acumulado por Concessionária de Serviços de Água e Esgoto

FAVORECIDOS	1 Bim/13	2 Bim/13	3 Bim/13	4 Bim/13
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	73.462,18	120.709,11	93.389,34	76.957,58
AGUAS DE NITEROI	1.147.158,63	1.250.857,64	1.201.682,86	1.221.574,52
AGUAS DE NOVA FRIBURGO	93.906,75	133.348,01	120.983,37	114.980,65
AGUAS DO IMPERADOR	104.875,55	131.199,31	128.672,34	102.518,92
AGUAS DO PARAIBA	912.687,44	1.055.923,11	966.497,50	898.695,68
CEDAE	17.288.405,56	17.259.880,88	16.420.921,22	14.891.773,70
C. AGUAS DE JUTURNAIBA	185.017,42	189.434,35	190.957,66	182.101,99
PROLAGOS	108.902,96	150.844,01	131.248,28	122.852,30
SAAE/B. MANSA	27.963,81	38.573,46	36.223,63	32.370,18
SAAE/V. REDONDA	127.140,90	126.517,93	136.971,44	130.431,07
Total Faturado	20.069.521,20	20.457.287,81	19.427.547,64	17.774.256,59



Ademais, conforme cronograma publicado na Resolução nº 592, de 06 de fevereiro de 2013, os restos a pagar inscritos no exercício de 2012, foram quitados em julho de 2013.



VI.6 Requisições Judiciais de Pagamento

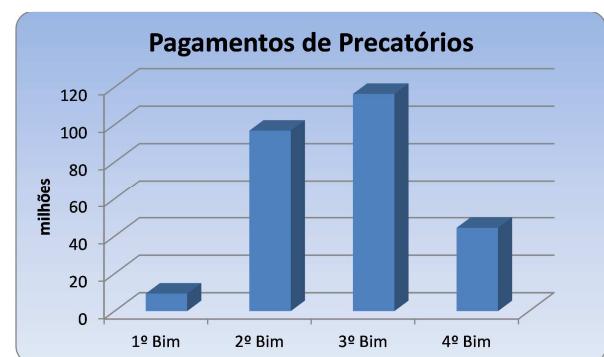
Precatórios

De acordo com as disposições da Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao regime especial de pagamento de precatórios, por meio do Decreto nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010, pelo qual deverá quitar seu estoque em 15 anos.

Gráfico 13

Conforme as regras desse regime especial, o Estado do Rio de Janeiro transferirá, anualmente, os recursos financeiros ao Tribunal de Justiça, para realização dos pagamentos de precatórios, observando a opção do Estado para utilização dos recursos e as preferências Constitucionais.

No entanto, no dia 14 de março de 2013, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4.357 e 4.425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional nº 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios.



Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que instituiu regras gerais para precatórios e, integralmente, inconstitucional, o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que criava o regime especial de pagamento.

Não obstante, até a publicação da decisão do STF, quando então serão modulados seus efeitos, os Tribunais deverão dar continuidade aos pagamentos conforme o Regime Especial adotado.

Assim, nos meses de julho e agosto de 2013, os Tribunais encaminharam à Secretaria de Estado de Fazenda os comprovantes de pagamentos de precatórios, no montante de R\$ 44,45 milhões.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Fazenda realiza os pagamentos dos acordos de parcelamento dos precatórios e das requisições judiciais de pequeno valor.



No 4º bimestre de 2013, foram aplicados pelo Tesouro Estadual, aproximadamente, R\$ 1,93 milhões em pagamentos de quatro acordos de parcelamento, celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

Cabe destacar que, em 27 de junho de 2013, foi promulgada a Lei Complementar nº 147, que dispõe sobre a utilização de parcela dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.

De acordo com o estabelecido na LC 147/2013, 25% do total de depósitos judiciais e extrajudiciais serão utilizados para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se o restante em um fundo de reserva destinado a garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos, conforme decisão proferida no processo judicial de referência.

Para iniciar os pagamentos das requisições judiciais de pagamento, em conformidade com a LC nº 147/2013, estão sendo expedidas as normas complementares no âmbito dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como convênio com o Banco do Brasil para operacionalização dos pagamentos.

A expectativa do Estado do Rio de Janeiro é que até o fim do ano o estoque de precatórios seja quitado.

Cabe destacar que essa é uma iniciativa pioneira do Estado do Rio de Janeiro no intuito de liquidar integralmente sua dívida com precatórios.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 4º Bimestre deste ano, foram pagas pelo Tesouro Estadual, 455 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 6,98 milhes.

Tabela 51

PAGAMENTOS DE RPV - 4º BIM. 2013.		
MÊS	QUANTIDADE	R\$ mil
JULHO	205	3.632.634
AGOSTO	250	3.355.637
TOTAL	455	6.988.271

Fonte: SUCADP em 30/08/2013

Ressalta-se que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁸.

²⁸ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".



Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagos, no 4º bimestre de 2013, o montante de R\$ 53,36 milhões.

VI.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 4º bimestre de 2013, R\$ 897,33 milhões com o serviço da dívida²⁹. A importância desembolsada foi 6,2% inferior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução do serviço extralimite, que foi 36,4% inferior ao pago no 3º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos de juros dos contratos PRÓINVEST e PRÓCIDADES I e II, que somam R\$ 92,26 milhões, ocorridos no bimestre anterior.

Do total pago no 4º bimestre de 2013, R\$ 765,16 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁰, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 97,07 milhões.

Gráfico 14



²⁹ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁰ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.



Além disso, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual³¹ alcançou R\$ 1,53 milhão, 7,3% inferior em relação ao 3º bimestre de 2013. Essa diferença se deve ao pagamento realizado no bimestre anterior pela CEHAB, de três parcelas de amortização e juros do parcelamento junto ao INSS (Lei 11.941/09).

Tabela 52

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							R\$ mil
	3º bim 2013			4º bim 2013			△ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	426.661	528.312	954.973	452.440	443.361	895.801	-6,20%
INTRALIMITE	355.294	394.293	749.587	369.010	396.153	765.163	2,08%
EXTRALIMITE	71.367	134.019	205.386	83.430	47.208	130.638	-36,39%
INTERNA	71.367	124.943	196.310	73.190	38.680	111.871	-43,01%
EXTERNA	-	9.076	9.076	10.240	8.527	18.767	106,78%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.507	147	1.654	1.381	152	1.533	-7,32%
TOTAL	428.168	528.459	956.627	453.821	443.513	897.334	-6,20%

Informações complementares:

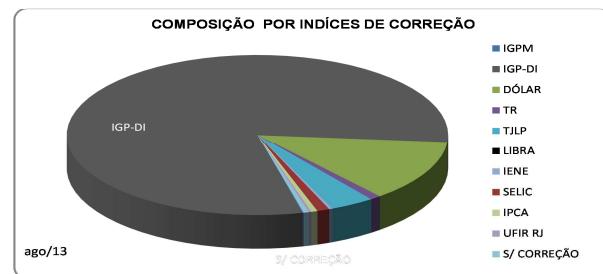
Valor devido intra-limite	267.962	394.293	662.255	271.936	396.153	668.090	0,88%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	355.540	394.293	749.833	369.010	396.153	765.163	2,04%
Amortização do resíduo	(87.578)	-	(87.578)	(97.073)	-	(97.073)	10,84%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

No tocante aos pagamentos da dívida externa, verifica-se um aumento de 106,8% em relação aos meses de maio e junho, visto que, ocorreram pagamentos da semestralidade de contratos da dívida externa (BID/PNB, CAF/PROCOPA II e BIRD/PRODEF II). Ressalte-se, contudo, que este montante representa 2,1% do total do serviço pago.

Gráfico 15



³¹ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



anterior.

O estoque da dívida interna, seguindo a mesma tendência do total da dívida, cresceu 1,6%, quando comparado ao 3º bimestre de 2013, explicado, basicamente, pela capitalização de juros do resíduo do contrato de refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9496/97, e, ainda, pela variação do IGP-DI³², no período.

Tabela 53

	R\$ mil		
	3º Bimestre	4º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	74.501.489	76.038.588	2,06%
INTERNA	68.670.288	69.745.990	1,57%
Dívida com a União	61.899.996	62.282.319	0,62%
Outras Dívidas Contratuais	6.770.292	7.463.671	10,24%
EXTERNA	5.736.773	6.196.726	8,02%
Com Aval do Tesouro Nacional	5.733.386	6.193.090	8,02%
Mobiliária	3.387	3.636	7,34%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	94.428	95.873	1,53%
DÍVIDA FINANCEIRA	74.501.489	76.038.588	2,06%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	34.189.103	34.421.457	0,68%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,18	2,21	1,37%

Valores a preços correntes

O estoque da dívida externa, que corresponde a 8,1% do total da dívida financeira, encerrou o 4º bimestre de 2013 com saldo de R\$ 6,2 bilhões, ou seja, 8,02% superior ao 3º bimestre de 2013, consequência da desvalorização do real frente ao dólar³³ e do ingresso de recursos das operações, que encontram-se em fase de desembolso.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta somou o montante de R\$ 95,87 milhões, representando um aumento de 1,5% em relação ao saldo verificado em março e abril de 2013.

³² A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 4º bimestre fechou em 0,9% (IGP-DI de mai/13 e jul/13) e nos últimos 12 meses (de ago/12 a jul/13) em 6,3%.

³³ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de agosto foi de 2,3725, 7,1% superior a cotação de 30 de junho foi de 2,2156.



O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/ Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou variação de 1,4% em relação ao 3º bimestre de 2013. A relação subiu de 2,18 para 2,21.



Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 89,76% do estoque. Desse montante, 92,99% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,10% e 6,00%.

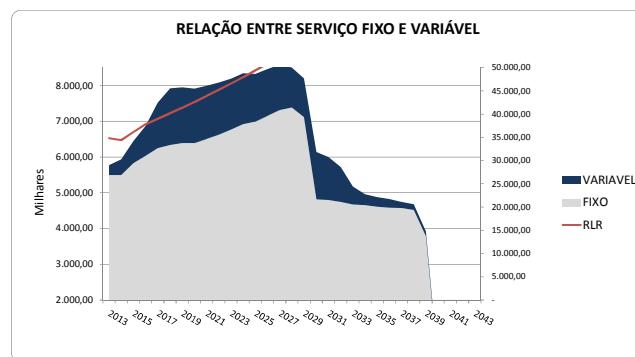
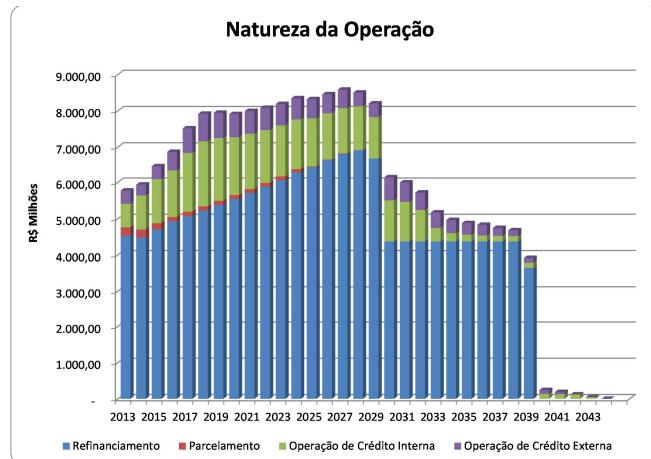
Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo³⁴ representam 6,41%, e desse percentual, apenas 0,40% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2029 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR³⁵. No exercício seguinte, 2030, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97.

O Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam, ao longo dos anos, o patamar de 21,57%. O Gráfico 4 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Tabela 54

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.273.934	1,87%	1,68%
2,1 - 4	239.800	0,35%	0,32%
4,1 - 6	63.465.313	92,99%	83,46%
acima de 6,1	3.270.727	4,79%	4,30%
Subtotal	68.249.774	100,00%	89,76%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	3.659.919	46,99%	4,81%
2,1 - 4	666.556	8,56%	0,88%
4,1 - 6	3.462.340	44,45%	4,55%
Subtotal	7.788.815	100,00%	10,24%
Total	76.038.588		100,00%

Gráfico 16**Gráfico 17**

³⁴ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

³⁵ Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.



Cenários Econômicos

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 55

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	74,41%	60.217.197,66	IGP-DI	73,94%	58.765.440,08	IGP-DI	76,56%	67.659.362,51
DÓLAR	17,10%	13.843.123,69	DÓLAR	17,42%	13.843.123,69	DÓLAR	15,66%	13.843.123,69
TR	1,34%	1.086.803,02	TR	1,37%	1.086.803,02	TR	1,23%	1.086.803,02
TJLP	4,59%	3.710.870,47	TJLP	4,67%	3.710.870,47	TJLP	4,20%	3.710.870,47
LIBRA	0,00%	3.635,77	LIBRA	0,00%	3.635,77	LIBRA	0,00%	3.635,77
IENE	0,25%	205.451,81	IENE	0,26%	205.451,81	IENE	0,23%	205.451,81
SELIC	0,87%	702.186,55	SELIC	0,88%	702.186,55	SELIC	0,79%	702.186,55
UFIR RJ	0,09%	76.861,60	UFIR RJ	0,10%	76.861,60	UFIR RJ	0,09%	76.861,60
IPCA	0,99%	799.914,43	IPCA	1,01%	799.914,43	IPCA	0,91%	799.914,43
S/ CORREÇÃO	0,35%	285.055,20	S/ CORREÇÃO	0,36%	285.055,20	S/ CORREÇÃO	0,32%	285.055,20
TOTAL	100,00%	80.931.100	TOTAL	100,00%	79.479.343	TOTAL	100,00%	88.373.265

ago/14

ago/14

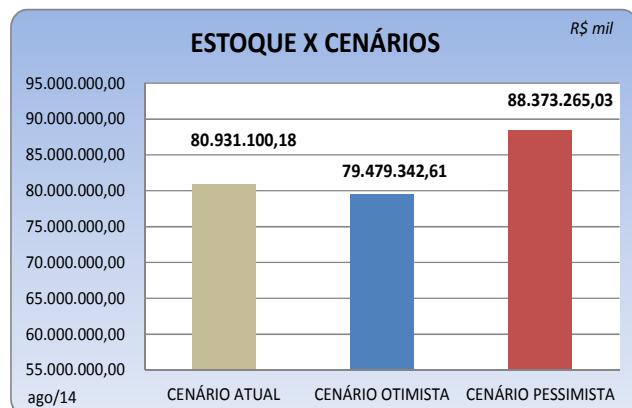
ago/14

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,71% a.a. e 15,34% a.a., respectivamente. Considerando os cenários de variação da projeção do IGP-DI apresentados, no estoque da dívida, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos, como pode ser observado na Tabela 55, entre o cenário otimista e pessimista de, aproximadamente, R\$ 8,89 bilhões e, em valores relativos, de 11,19%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 2,62% na participação do IGP-DI no total da dívida, passando de 74,41%, no cenário atual, para 76,56%, no cenário pessimista.

Analizando-se o cenário macroeconômico, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 0,46% em agosto, ante 0,16% em julho, de acordo com a FGV, repercutindo aceleração do IPA, IPC e INCC. O indicador acumula aumentos de 2,46% no ano, resultando em inflação acumulada, em doze meses, de 3,98%. O principal componente desse indicador, o Índice de Preços ao Produtor Amplo

Gráfico 18





(IPA), que responde por 60% do indicador geral, teve alta de 0,58% no mês, ante 0,20% em agosto, acumulando alta de 0,1,46% no ano e de 2,81% em doze meses. O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que tem peso de 30% no IGP-DI, segundo componente mais importante do IGP-DI, registrou crescimento de 0,20% no mês, ante a queda de -0,17% em julho, acumulando alta de 3,32% no ano, comparativamente a 3,51% no mesmo período do ano anterior, e de 5,54% em doze meses. O grupo alimentação, que pressionou o indicador, teve alta de 0,17% em agosto ante deflação de -0,49% em julho. O INCC-DI subiu 0,31% em agosto, ante 0,48% em julho, destacando-se o índice referente a preços de materiais, equipamentos e serviços, 0,66%, em agosto ante 0,40% em julho, enquanto os custos de mão de obra mantiveram-se estáveis em agosto, depois de subir 0,55% em julho. O INCC acumulou variações de 6,86%, no ano; e, de 7,85%, em doze meses.

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 3,94 bilhões para 9,50 bilhões e de 5,91% para 12,49%, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função das novas operações de crédito contratadas pelo Estado do Rio de Janeiro junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas a moeda norte americana.

Tabela 56

				R\$ mil
Variável Chave	Variação	Serviço	%	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10%	+60.539,02	+1,036	
Iene Japonês	+10%	+5.198,62	+0,089	
Libor	+1,0%	+53.719,85	+0,920	

As Tabela 56 e 57 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, nas Tabela 56, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 53,7 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 0,9% do mesmo. Constatase, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Tabela 577

				R\$ mil
Variável Chave	Variação	Estoque	%	
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10%	+3.666.369,85	+4,530	
Iene Japonês	+10%	+20.545,18	+0,025	

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 577, observase que um aumento de 10%, no dólar americano



e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 4,53 % e 0,02% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 577,43 milhões de receita oriunda de operações de créditos, em julho e agosto:

- R\$ 465,37 milhões, destinados à Elaboração de Estudos e Projetos Relativos a Linha 4 do Metrô - Fase II (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 53,06 milhões, destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA II (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 40 milhões, destinados à Reforma e Adequação do Estádio Mario Filho - Maracanã – PROCOPA (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 7,47 milhões, destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 3,83 milhões, para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) ;
- R\$ 2,42 milhões, destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 2,24 mil, destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 2,00 milhões, destinados ao Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 1,04 milhão, destinado ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD).



Tabela 58

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31.08.2013

R\$ mil

	2013		2014/16	
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	3.237.325	1.567.916	12.557.042	
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	3.055.110	689.092	8.277.338	
EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	6.770	6.770	
SANEAMENTO PARA TODOS - CAIXA	54.313	45.680	392.437	
SEGURANÇA - Delegacia Legal - BNDES	7.717	19.825	19.825	
PMAE II - BNDES	1.600	4.257	4.257	
PAC - CAIXA	13.026	35.895	61.249	
VIALIGHT - CAIXA	-	21.000	259.138	
MARACANÃ COPA 2014 - BNDES	40.000	-	-	
PROGRAMA PRÓ-CIDADES - B. BRASIL	539.000	-	1.656.000	
METRÔ LINHA 4 - FASE I - BNDES	-	22.845	22.845	
PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	61.000	415.372	
PROINVEST BB	-	471.821	471.821	
PROCOI - CAIXA	399.957	-	799.914	
PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL	1.004.128	-	2.131.672	
LINHA 4 METRÔ - FASE II - BNDES	995.368	-	2.036.037	
Demais	182.215	878.823	4.279.704	
PET II AQUISIÇÃO DE TRENS - B. BRASIL	18.187	46.198	63.132	
RIO RURAL - BIRD	5.580	17.910	37.601	
PROFAZ - BIRD	3.027	16.813	26.555	
PRÓ-GESTÃO -BIRD	3.000	25.101	38.601	
PRODETUR - BID	-	58.050	252.244	
PSAM - BID	-	48.762	1.050.970	
PET II ADICIONAL - BIRD	-	205.923	1.352.003	
POE - CAF	-	81.270	142.350	
PROVIAS - CAF	-	58.050	551.989	
MARACANÃ PROCOPA II - CAF	148.841	15.965	15.965	
ARCO METROPOLITANO - CAF	3.580	210.008	379.600	
INCLUSÃO SOCIAL - SEASDH-BID - FASE I - BID	-	48.929	131.444	
RIORURAL - ADICIONAL - BIRD	-	45.845	237.250	
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	417.600	505.600	
RIO METRÓPOLE PROGESTÃO II - BIRD		17.600	105.600	
PROSUT - ITAÚ		400.000	400.000	
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	1.072.838	1.664.000	
Total	3.237.325	3.058.353	14.726.642	

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de ago/2013

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 22/10/2012.



Tabela 59



Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

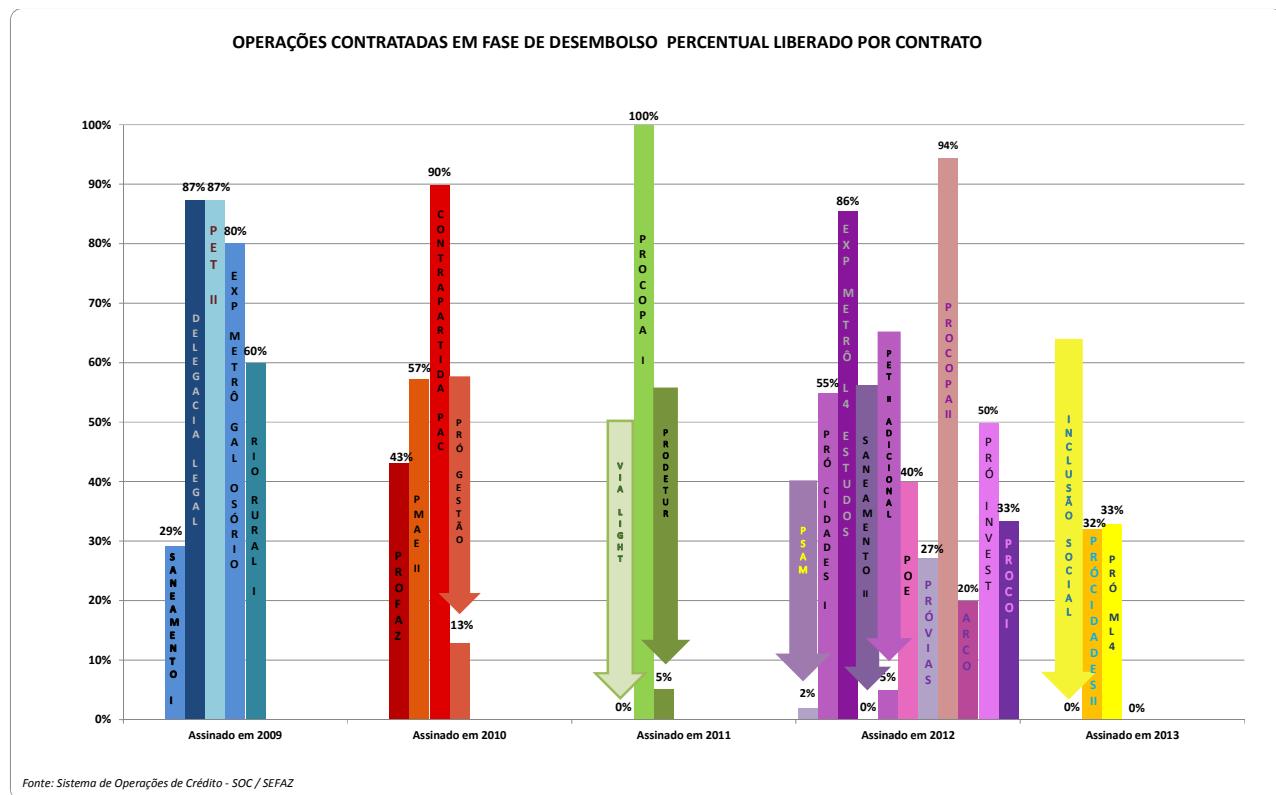
Data: 30.08.2013

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO/INST. FIN./ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
			CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009							
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I - CAIXA - CEDAE	REAL	558.000.000,00	163.142.120,33	29%	558.000.000,00	163.142.120,33
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL - BNDES - SEOBRAS	URTJLP	79.530.718,1067	69.487.935,9286	87%	157.000.000,00	137.174.744,56
24/09/2009	PET II - BIRD - SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	185.090.265,60	87%	502.258.250,00	346.767.840,35
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSORIO - BNDES - RIO TRILHOS	URTJLP	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	33.959.283,34	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I - BIRD - SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	23.651.149,22	60%	93.713.750,00	44.071.664,52
2010							
10/05/2010	PROFAZ - BID - SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	8.505.980,50	43%	46.878.346,13	15.324.362,56
26/05/2010	PMAE II - BNDES - SEPLAG	URTJLP	5.056.532,6633	2.900.302,2725	57%	9.982.000,00	5.725.428,71
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA - SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,9005	275.975.368,75	90%	606.046.612,59	544.797.455,95
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I - BIRD - SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	2.402.689,61	13%	44.301.692,50	5.027.959,78
2011							
28/06/2011	VIALIGHT - CAIXA - SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	-	0%	259.138.332,31	-
29/07/2011	MARACANÃ PROCOPA I - BNDES - SEOBRAS	URTJLP	202.626.033,3928	202.626.033,3928	100%	400.000.000,00	400.000.000,00
08/08/2011	PRODETUR - BID - SETUR	DÓLAR	112.000.000,00	5.680.000,00	5%	265.720.000,00	10.292.160,00
2012							
20/03/2012	PSAM - BID - SEA	DÓLAR	451.980.000,00	9.000.000,00	2%	1.072.322.550,00	18.816.300,00
05/06/2012	PRO-CIDADES I - B. BRASIL - SEOBRAS	DÓLAR	1.536.591.359,33	980.064.394,40	55%	3.645.563.000,00	1.989.563.000,00
12/06/2012	EXP.METRÔ - L 4 - Estudos e Projetos -BNDES-RIO TRILHOS	URTJLP	80.014.240,9500	68.441.894,4774	86%	157.954.512,77	135.109.775,05
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA - CEDAE	REAL	415.372.248,98	-	0%	415.372.248,98	-
05/09/2012	PET II Adicional - BIRD - SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	30.135.606,78	5%	1.423.500.000,00	61.536.909,04
13/09/2012	POE - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	100.000.000,00	40.000.000,00	40%	237.250.000,00	82.902.000,00
13/09/2012	PRÓ-VIAS - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	87.013.826,66	27%	758.428.937,50	180.510.183,41
22/11/2012	MARACANÃ PROCOPA II - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	120.666.000,00	113.936.976,71	94%	286.280.085,00	235.476.587,63
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO - CAF - SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	40.000.000,00	20%	474.500.000,00	83.004.000,00
12/12/2012	PRÓ-INVEST - B. BRASIL - SEPLAG	URTJLP	476.655.846,38	237.647.802,1255	50%	940.956.773,22	469.135.773,22
20/12/2012	PROCOI - CAIXA - SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	399.957.427,00	33%	1.199.871.427,00	399.957.427,00
2013							
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL - BID - SFASDH	DÓLAR	60.000.000,00	-	0%	142.350.000,00	-
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II - B. BRASIL - SEOBRAS	DÓLAR	1.321.728.134,88	471.728.637,77	32%	3.135.800.000,00	1.004.127.845,00
26/04/2013	METRÔ - PRO-ML4 - BNDES - RIO TRILHOS	URTJLP	1.535.603.926,89	504.218.674,02	33%	3.031.405.000,00	995.368.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL PA - BIRD - SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	-	0%	237.250.000,00	-

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



Gráfico 19





VI.8 Acompanhamento Financeiro de Convênios³⁶

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 4º bimestre de 2013, com 514 Convênios de Despesa e 395 Convênios de Receita vigentes³⁷.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁸; já na esfera dos Convênios de Receita, o Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC³⁹ engloba os investimentos de maior relevância.

No que tange ao Programa Somando Forças, encontram-se vigentes 87 convênios, beneficiando 52 Municípios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de, aproximadamente, R\$ 365,75 milhões, que foram ou serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura.

Nos demais Convênios de Despesa, encontram-se vigentes 427 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. O valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual, até os meses de julho e agosto de 2013 foi de, aproximadamente, R\$ 1,55 bilhão.

Com relação aos convênios abarcados pelo PAC, o Estado firmou com a União, até o 4º bimestre de 2013, o total de 44 Convênios de Receita, para a concretização das diversas obras de infraestrutura, alcançando um investimento de, aproximadamente, R\$ 2,09 bilhões⁴⁰. Dessa importância, R\$ 1,18 bilhão consiste no valor previsto de repasse da União, e R\$ 917,44 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Desses recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 4º bimestre de 2013, foram repassados em torno de R\$ 990,46 milhões,

³⁶Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês.

³⁷Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

³⁸Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

³⁹Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

⁴⁰Valor original desconsiderando os aditivos.



sendo destinados 82,54% à área de Habitação; e, 17,46% à área de Saneamento.

Ademais, cabe destacar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a PUC-Rio, está finalizando o Sistema de Convênios do Estado do Rio de Janeiro – CONVERJ, que tem como objetivo facilitar e assegurar o acompanhamento de convênios estaduais, por meio de ferramenta virtual. A iniciativa complementa as ações realizadas para a melhoria da gestão estadual, já que, por intermédio do CONVERJ, será possível ter maior controle sobre as verbas repassadas, tanto a instituições e entidades sem fins lucrativos, quanto a municípios.

De acordo com a Secretaria de Estado da Casa Civil, em outubro de 2013, os Órgãos/Entidades serão treinados no sistema, haja vista que o software, provavelmente, passará a ser utilizado a partir de janeiro de 2014.



VI.9 Operação de Crédito

No quarto bimestre de 2013, a Coordenação de Captação de Recursos (COCAR), incumbida de promover a negociação e a contratação de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, após tratativas mantidas junto ao Banco Itaú BBA. S.A., deu início à instrução do pleito da operação de crédito interno, que financiará o Programa de Suporte à Política de Transporte (PROSUT), no valor de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais). Deve-se ressaltar que, para isso, foi realizado processo de seleção junto as instituições financeiras para a contratação da referida operação, na qual foi selecionada a proposta do Banco Itaú BB.S.A., que se apresentou como a mais adequada ao Estado do Rio de Janeiro.

Cabe destacar, ainda, que foi dado prosseguimento ao Programa de Fortalecimento da Gestão do Setor Público e do Desenvolvimento Territorial Integrado – Rio Metrópole (PROGESTÃO II), negociado junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de dólares norte-americanos), e que sua assinatura deverá ocorrer nos próximos meses. Os recursos obtidos com este financiamento contribuirão para consumar objetivos de melhoria na gestão articulada de políticas públicas no território do Estado do Rio de Janeiro que estão estruturados em três componentes, a saber:

- (i) Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (Governança Metropolitana, Transporte Público, Habitação/Regularização Fundiária e Meio Ambiente/Prevenção de Desastres);
- (ii) Desenvolvimento Social (Assistência Social, Educação, Saúde e Ministério Público); e
- (iii) Sustentabilidade Fiscal (Política e Administração Tributária, Ambiente de Negócios, Investimento e Gestão da Dívida).

Por fim, deu-se início a mais uma negociação de operação de crédito externo junto ao BIRD, dessa vez, na modalidade de apoio orçamentário – Development Policy Loan (DPL) – o quarto nesse formato contratado pelo Estado do Rio de Janeiro. O Programa, intitulado Programa de Melhoramento da Qualidade e Integração dos Transportes de Massa Urbanos (PROMIT), visa assegurar recursos para a continuidade e expansão em áreas prioritárias, quais sejam: (i) gestão fiscal; e (ii) mobilidade urbana; de forma a apoiar as políticas



para fortalecimento dos programas estratégicos do Estado do Rio de Janeiro relativos à melhoria e aumento de cobertura dos serviços de transportes e à consolidação do ajuste fiscal. O conjunto das políticas abarcadas nessa operação constitui um esforço coerente e sustentável para apoiar o desenvolvimento econômico e social e estão em consonância com ações apoiadas em DPLs anteriores.



VI.10 Análise de Viabilidade Econômica de PPP's

Permanecem em análise com vista à inclusão no Programa Estadual de Parceria Público-Privada do Estado do Rio de Janeiro, 11 (onze) projetos distribuídos em diversas áreas, conforme demonstrado no Gráfico 15.

Até 4º Bimestre de 2013, a única Parceria Público-Privada estadual contratada, concernente à concessão administrativa da Gestão, Operação e Manutenção do Estádio Mario Filho (Maracanã) e do Ginásio Gilberto Cardoso (Maracanãzinho), cumulada com obras incidentais, passou por profundas alterações, em função das decisões pronunciadas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro em não remover os seguintes bens:

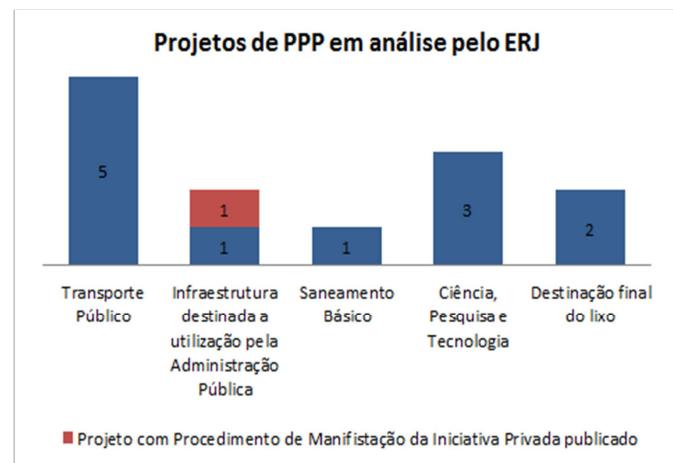
- (i) Estádio de Atletismo Célio de Barros;
- (ii) Parque Aquático Julio Delamare; e
- (iii) Escola Municipal Friedenreich.

Outras medidas de governo adotadas, neste bimestre, foram as publicações de 03 (três) Decretos Municipais, no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, de 12 de agosto de 2013, quais sejam:

- (i) Decreto nº 37.529, que torna sem efeito o destombamento do Estádio de Atletismo Célio de Barros e do Parque Aquático Julio Delamare;
- (ii) Decreto nº 37.350, que dispõe sobre o tombamento provisório da Escola Municipal Friedenreich, e
- (iii) Decreto nº 37.531, que determina o tombamento definitivo do prédio que abrigou o antigo Museu do Índio.

Estas ações afetaram diretamente à PPP do Complexo do Maracanã, tendo em vista que dentre as obras incidentais a cargo da concessionária, estava a responsabilidade pela execução destas remoções e construção de lojas, museu e estacionamento na área liberada em consequência da demolição, a fim de transformar o referido Complexo em um centro de entretenimento de fácil de acesso.

Gráfico 20





Além disso, cabia à contratada o dever de restaurar o prédio do antigo Museu do Índio e de construir um estádio de atletismo, um parque aquático e uma escola, equivalentes aos demolidos, em outras localizações.

Desse modo, o contrato Casa Civil nº 27/2013, celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e a Concessionária Complexo Maracanã Entretenimento S.A. encontra-se sob análise para a implantação das alterações necessárias.